



NARRATIVAS DO FIM

Pensamentos outros da comunicação
amazônica

André Demarchi

Antônio Pedroso

Elton Antunes

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira

ORGANIZADORES





NARRATIVAS DO FIM

Pensamentos outros da comunicação
amazônica

André Demarchi
Antônio Pedroso
Elton Antunes
Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira

ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Reitora: Sandra Regina Goulart Almeida
Vice-Reitor: Alessandro Fernandes Moreira

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Bruno Pinheiro Wanderley Reis
Vice-Diretora: Thais Porlan de Oliveira

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Coordenadora: Paula Guimarães
Sub-Coordenador: Daniel Reis Silva

SELO EDITORIAL PPGCOM

Bruno Souza Leal
Juarez Guimarães Dias

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS)	Jorge Cardoso (UFRB UFBA)
Benjamim Picado (UFF)	Kati Caetano (UTP)
Cezar Migliorin (UFF)	Luis Mauro Sá Martino (Casper Líbero)
Elizabeth Duarte (UFMS)	Marcel Vieira (UFPB)
Eneus Trindade (USP)	Mariana Baltar (UFF)
Fátima Regis (UERJ)	Mônica Ferrari Nunes (ESPM)
Fernanda Duarte (NCSU/EUA)	Mozahir Salomão (PUC-MG)
Fernando Gonçalves (UERJ)	Nilda Jacks (UFRGS)
Frederico Tavares (UFOP)	Renato Pucci (UAM)
Iluska Coutinho (UFJF)	Rosana Soares (USP)
Itania Gomes (UFBA)	Rudimar Baldissera (UFRGS)

© PPGCOM/UFMG, 2023

www.seloppgcom.fafich.ufmg.br

Avenida Presidente Antônio Carlos, 6627, sala 4234, 4º andar
Pampulha, Belo Horizonte - MG. CEP: 31270-901
Telefone: (31) 3409-5072

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

N234 Narrativas do Fim [livro eletrônico] : Pensamentos outros da comunicação amazônica [livro eletrônico] / Organizadores André Demarchi...[et al.].- Belo Horizonte, MG: FAFICH/Selo PPGCOM/UFMG, 2023

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85915-01-4

1. Amazônia - Aspectos culturais. 2. Comunicação. I. Demarchi, André. II. Pedroso, Antônio. III. Antunes, Elton. IV. Oliveira, Cláudia Guimarães de.

CDD 302

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

CRÉDITOS DO E-BOOK

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Atelier de Publicidade UFMG
Bruno Guimarães Martins

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Bruno Guimarães Martins
Daniel Melo Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO

Paulo Coelho Silva

Esta obra foi selecionada pelo Conselho Editorial do Selo PPGCOM/UFMG após avaliação por pareceristas *ad hoc*.

O acesso e a leitura deste livro estão condicionados ao aceite dos termos de uso do Selo do PPGCOM/UFMG, disponíveis em: <https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/termos-de-uso/>

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes.



| Sumário

Prefácio	11
<i>Phellipy Jácome</i>	
APRESENTAÇÃO	15
<i>André Demarchi, Elton Antunes, Antonio Pedroso e Ivana Oliveira</i>	
CAPÍTULO 1	
Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): a busca de outra comunicação possível	23
<i>Yasmin Gatto e Elton Antunes</i>	
CAPÍTULO 2	
Poemas indígenas: fortalecimento de identidade e resistência cultural na etnomídia	53
<i>José de Arimateia Ferreira de Oliveira e Rosângela Araújo Darwich</i>	

CAPÍTULO 3

Narrativas indígenas redesenham territórios na
“Última Floresta” 73

Thiago Almeida Barros, Vânia Maria Torres Costa e Edgar Monteiro Chagas Junior

CAPÍTULO 4

Contranarrativas indígenas na sala de aula: experimentações
contracoloniais no ensino de pós-graduação em comunicação 99

André Demarchi

CAPÍTULO 5

O que significa fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia? 135

Leandro Lage e Rosane Steinbrenner

CAPÍTULO 6

A Amazônia no twitter: o (in)visível do interdiscurso
no perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro 156

*Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira, Diego Duarte Borges e
Luna Carvalho de Lucenal*

CAPÍTULO 7

Inteligência Artificial (IA), desinformação e Amazônia:
apontamentos sobre a vulnerabilidade das narrativas
nas plataformas digitais 181

Liana Vidigal Rocha e Máira Evangelista de Sousa

CAPÍTULO 8

De jornalistas como comunidade interpretativa
aos jornalismo colonizados e colonizadores:
coberturas de feminicídios em jornais amazônicos 205

Cynthia Mara Miranda e Carlos Alberto de Carvalho

Sobre as autoras e os autores 229

Agradecemos à CAPES que fomentou recursos via Edital Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia N° 21/2018 para a realização do Projeto “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências glocais amazônicas”, que viabilizou esta obra.

PREFÁCIO

PHELLIPY JÁCOME¹

Hoje fez 38°C numa cidade cuja média para esta época do ano seria de 28°C. O calor escaldante e a baixa umidade do ar são o corpo-tempo-espaço que tornam possível a leitura de notícias que dão conta da pior seca “histórica” do Rio Negro, no Amazonas, da fumaça que invade Manaus por conta de queimadas, da mortandade de botos e outros seres aquáticos por conta das altas temperaturas da água. Uma reportagem se pergunta se a onda de calor e seca seria o “novo normal”, na medida em que os prognósticos não demonstram nenhum sinal de arrefecimento climático. Também não dá sinais de trégua, o habitar-colonial que se impõe sobre naturezas-culturas de todas as partes do planeta, incluindo a região que se convencionou chamar de “amazônica”. Há um avanço sistemático das monoculturas agrícolas, epistêmicas e tecnológicas, que reduzem a pluralidade e a diversidade humana e não-humana na região.

1. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Essa invasão, cabe negritar, está longe de ser recente. Já no século XIX fazia-se como projeto de estado-nacional, como aponta artigo publicado pelo *Diário do Rio de Janeiro* em 1853, no qual defendia-se a necessidade de aproximar-se desse “sertão inviolável”, com o argumento de que “a proporção que os vapores forem descobrindo nesse oceano interno - o Amazonas - os pequenos mundos de riqueza de toda espécie, que ahi jazem no estado selvagem, no cofre das florestas, iremos nós também” - acreditava-se como missão emancipatória que persiste - “dando civilização a povos que ainda se escondem do mundo e para quem, com direito, ha o dever de esclarecer e proteger”.

O projeto de que esse livro é parte intitula-se “Narrativa e Acontecimento Midiáticos: Desafios metodológicos para apreensão das experiências locais amazônicas”, resultado de edital Procad-Amazônia, da Capes, que, desde 2018, reúne pessoas pesquisadoras de diferentes estados brasileiros, amazônidas e não amazônidas. Pode ser lido como uma espécie de tentativa de se contrapor ao saque dos “cofres da floresta” bem como da ideia de um centro do mundo desterritorializado e descorporificado. Os capítulos aqui resultantes de pesquisas conjuntas pretendem não responder à pergunta “O que é a Amazônia?”, mas fazer dela o seu ponto de embate para tornar possível variadas formas de agenciar e ser agenciados por essa região específica, interconectada a saberes, problemas, desafios que parecem estar também em várias outras partes.

Nesse sentido, os oito textos aqui compilados oferecem a leitura atravessada por questões relativas a raça, gênero, tecnologias, despolíticas institucionais, direitos à narrativas, bem como a necessidade de pensarmos formas de contraposição à lógica moderno-colonial (ainda que esse intento seja certamente atravessado de incompletudes e paradoxos que, desde o início, surgem como pressupostos do Procad-Amazônia). Não há, neste livro, resolução dos graves problemas que enfrentamos tendo em vista as catástrofes climáticas, políticas, econômicas e sanitárias. Mas certamente há um conjunto de questões que permite vislumbrar essas catástrofes não como pertencentes a campos isolados, mas há uma interconexão profunda que desafia as fissuras disciplinares próprias da colonialidade. O convite

para quem lê é o de, então, habitar essas fissuras, deixando-se contaminar pelos temas, enfoques, métodos aqui abordados, na esperança de que o rio seco possa novamente ser fonte de água viva, em movimento, num tempo e numa forma de morar quiçá menos destrutivos a humanos e não-humanos.

APRESENTAÇÃO

Para além dos fins

ANDRÉ DEMARCHI

ANTÔNIO PEDROSO

ELTON ANTUNES

IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

O fim, o extremo, o desaparecimento, a dizimação, o desastre, a catástrofe, a morte, o ecocídio e o genocídio, mais que nunca marcam o imaginário e a experiência dos nossos mundos com a Amazônia. Eventos trágicos se acumulam e ações predatórias se multiplicam, como que a anunciar que o fim está próximo.

Mas ao investigarmos o modo como as narrativas e as mídias se entrelaçam para falar dos problemas de desmatamento, das delimitações de terras indígenas e quilombolas, das chamadas doenças tropicais, das antigas e renovadas formas de destruição que se abatem sobre a realidade amazônica, identificamos agentes, processos, instituições e pensamentos diversos configurando maneiras alternativas de vida, alimentando formas comunicativas outras para lidar e experimentar esses mundos amazônicos. Que forças são essas? Que práticas comunicacionais se vitalizam na resistência? Que perspectivas outras se abrem para pôr fim a tudo isso ao invés de apenas anunciar o fim? Quais agendas alternativas os meios de comunicação, as redes sociais digitais e as universidades também apresentam?

Algumas das respostas para essas complexas questões são problematizadas neste livro de continuidade das reflexões do projeto de pesquisa “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências glocais”, contemplado com o Edital Capes Procad-Amazônia/2018, com parceria entre docentes vinculados aos PPGCOM/UFT, PPGCOM/UFMG e PPGCLC/UNAMA. As problematizações aqui presentes estão, de certo modo, apontando para possíveis recomeços, prospectando proposições alternativas que, nos processos narrativos e comunicacionais, alimentam outras epistemes, outros pensamentos, outras práticas e renovadas experiências que transformam a realidade Amazônica em consonância com as formas com que ela vinha sendo fabricada (e protegida) pelos povos que nela habitam.

Além dos vetores da destruição e do fim, existem outras possibilidades e experiências sendo testadas agora por pessoas e povos correntemente invisibilizados. Contra esse apagamento, notamos nos movimentos culturais, o reconhecimento da diversidade de povos e culturas, o respeito, a empatia e a admiração. No plano econômico, observamos a existência de experiências de manejo sustentável, de patentes e circuitos de troca e comércio de produtos autóctones, pelos autóctones. No plano político, há lideranças nativas bem como movimentos coletivos reconhecidos nacional e internacionalmente, inclusive com indígenas presentes nos postos políticos eletivos e também nos ministérios e secretarias. Partindo dessas experiências, e de outras tantas que tensionam a produção de conhecimentos na e sobre Amazônia, apresentamos neste livro reflexões sobre as epistemologias, as cosmologias, as formas de saber e de produzir conhecimento que sinalizam soluções e proposições objetivas e subjetivas.

É neste sentido que o primeiro capítulo da obra, “Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): a busca de outra comunicação possível”, de autoria de Yasmin Gatto e Elton Antunes, apresenta, através da metodologia do enquadramento multimodal, formas de compreensão de processos comunicativos contaminados pelas cosmologias dos povos indígenas. Os autores identificam, descrevem e refletem sobre uma “forma acampamento de comunicação”, eminentemente indígena, além de analisar outros produtos comunicacionais que a Articulação

dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) utilizou em dois momentos de mobilização nacional dos povos originários: o Acampamento Luta pela Vida, em 2021, e o Acampamento Terra Livre (ATL), em 2022. A pesquisa aponta para a necessidade de compreendermos as especificidades dessa “forma acampamento de comunicação”, também segundo as chaves conceituais da guerra e da festa, incorporando na análise as diferentes dimensões das cosmologias dos povos indígenas presentes nos acampamentos. Ao especificar essa forma outra de comunicação que se estende e ocupa, no sentido político do termo, também as redes sociais digitais como o Instagram, os autores apontam para a conclusão de que as postagens potencializam a luta política alimentando e retroalimentando uma forma de comunicação que opera como aldeamentos simbólicos e cosmológicos.

Seguindo essa mesma toada, o capítulo “Poemas indígenas: fortalecimento de identidade e resistência cultural na etnomídia”, escrito por José de Arimateia Ferreira de Oliveira e por Rosângela Araújo Darwich, investiga as tessituras poéticas da obra da escritora e poeta Marcia Kambeba, partindo do conceito de etnomídia. A proposta é ir além de uma análise puramente textual e compreender também os gestos performáticos presentes nisso que se convencionou chamar de “literatura indígena”. Os autores destacam como unidade de análise os conceitos de identidade e resistência, demonstrando como a poética de Kambeba é marcada por um forte elemento polifônico, mesclando diferentes linguagens, culturas, memórias que se alternam entre seus saberes ancestrais e sua experiência presente como mulher indígena que vive em um contexto urbano. Partindo dessas experiências complexas em suas análises, os autores compreendem certos elementos que diferem e caracterizam a poesia de Márcia Kambeba no quadro da literatura indígena contemporânea.

Seguindo as análises sobre produções indígenas, no capítulo “Narrativas indígenas redesenham territórios na ‘Última Floresta’”, Thiago Barros, Vânia Costa e Edgar Chagas Junior buscam examinar como representantes indígenas, ativistas e artistas têm buscado visibilidade para as demandas dos povos originários no Brasil, utilizando-se de iniciativas no campo da comunicação, especialmente em produções audiovisuais.

Tais processos vêm ganhando força, promovendo resistência, expressão e ampliando a legitimação das narrativas dessas comunidades e permitindo obter maior representação nas esferas públicas. O documentário “A Última Floresta” é tomado como exemplo contundente desse tipo de iniciativa. No trabalho aqui publicado, os autores e a autora investigam essa produção à luz de uma análise pragmática da narrativa, observando como a linguagem, o enredo e os temas abordados valorizam os territórios e as lutas indígenas, caracterizando uma relação entre humanos e natureza com ênfase em bens comuns, justiça ambiental, bem viver e direitos da natureza. Mostra, assim, um cinema que desconstrói a visão colonizadora ao reconfigurar a perspectiva do espectador, evidenciando o protagonismo dos Yanomami, e ao explorar a interseção entre realidade e mitos, utilizando-se do tempo como elemento constituinte central da narrativa.

Já no capítulo seguinte, as potências e agências das narrativas e contranarrativas dos povos indígenas são experimentadas em um contexto pedagógico. Em “Contranarrativas indígenas na sala de aula: experimentações contracoloniais no ensino de pós-graduação em comunicação”, André Demarchi apresenta resultados acerca da utilização de materiais majoritariamente produzidos por autoras e autores indígenas e quilombolas no programa de curso de uma disciplina. A proposta pretendeu alcançar um novo patamar de reflexão acerca do uso de metodologias de ensino antirracistas e contracoloniais, buscando explorar a capacidade transformadora dessas contranarrativas na prática docente e nas experiências dos estudantes. A experiência vivida pelo autor, ao assumir um cargo de professor em cidade próxima a uma terra indígena, evidenciou a necessidade premente de repensar e adaptar o ensino superior às realidades sociais e culturais diversificadas. O formato da disciplina propiciou, assim, investigar modos de preencher uma lacuna existente nos currículos acadêmicos, não só enfrentando processos de invisibilização que historicamente excluíram autores indígenas, negros e quilombolas, mas, fundamentalmente, demonstrando como as potências orais das contranarrativas têm poder de subverter visões coloniais e agir como formas de resistência.

Se os primeiros capítulos do livro rumam para os povos originários e suas formas específicas de produzir processos comunicacionais imbuídos de suas cosmologias, poéticas e contranarrativas, os subsequentes viram-se para experiências de pesquisa em comunicação na/sobre a Amazônia. Na curva entre esses dois momentos, temos a questão central colocada por Leandro Lage e Rosana Steinbrenner: “O que significa fazer pesquisa em comunicação na Amazônia?”. Os autores iniciam o texto expondo a ampliação do número de programas de pós-graduação da área de Comunicação e Informação na Amazônia Legal. Na sequência, apresentam o quadro institucional da pesquisa em comunicação na região norte e a série histórica da criação dos programas no Brasil, e da criação e expansão na Amazônia. Então, explicitam e descrevem um tema que transpassa o capítulo: a dissimetria de várias características da pós-graduação da região norte vis-à-vis outras. Por fim, exploram um duplo significado da Amazônia nas pesquisas e nas pretensões de pesquisa; a existência de diferentes enquadramentos sobre a região e a existência da região como problema e lócus de pesquisa, e não somente como noção, fenômeno, coisa preconcebida por imaginários colonizados. Enfim, alinhavando tudo isso, o capítulo projeta uma atenção, uma direção para as práticas: ter um olhar amazônico e ter em conta que “construir saberes sobre, a partir da e para a Amazônia” é um horizonte possível para além dos fins.

Com análises sobre a internet, as redes sociais digitais e suas potencialidades, o capítulo “A Amazônia no twitter: o (in)visível do interdiscurso no perfil do ex-presidente Jair Bolsonaro”, de Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira, Diego Duarte Borges e Luna Carvalho de Lucena, coloca em cena dois fenômenos contemporâneos importantes: a Amazônia e as estratégias discursivas do ex-presidente da república, Jair Bolsonaro, de 2019 a 2022, no Twitter. Uma das revelações é que, em um primeiro momento, as postagens, interdiscursivamente, fizeram fortes referências a ameaças à soberania brasileira. Os autores demonstram que, combinando autoridade religiosa e laica, dados científicos foram sistematicamente profanados. Mas os problemas com a região, o território, o bioma e a vida social em plena pandemia se avolumaram com desmatamento, queimadas, mortes por Covid, etc. Então, mostram os pesquisadores,

em um segundo momento, que o ex-presidente diminuiu as postagens sobre a Amazônia – silêncio sobre o tema – e, nas que restaram, continuou usando dos dois tipos de autoridade, mas, então, para anunciar e divulgar feitos, além de expor problemas de relações políticas e seguir com as profanações. Dentre outras coisas, o capítulo contribui para pensar e pesquisar as novas mídiatizações da política que têm como correlatas a forte presença de agentes, legitimidades e narrativas religiosas e/ou de gramática religiosa.

Continuando, e de certo modo expandindo as possibilidades de análise da temática da desinformação na Amazônia, o capítulo “Inteligência Artificial (IA), desinformação e Amazônia: apontamentos sobre a vulnerabilidade das narrativas nas plataformas digitais”, escrito pelas pesquisadoras Liana Vidigal Rocha e Maíra Evangelista de Sousa, trata de questões contemporâneas centrais acerca do entrelaçamento entre as formas de narrar e produzir informações e desinformações sobre a região amazônica. As autoras apresentam um histórico das indústrias da desinformação, suas fontes de financiamento e produção global, bem como os agentes envolvidos no processo de disseminação e consumo. Além disso, as autoras inserem os discursos sobre a Amazônia no âmbito das inteligências artificiais, testando seus limites e possibilidades com relação às vulnerabilidades das narrativas sobre a região. Nesse sentido, as autoras concluem que os algoritmos das plataformas digitais favorecem a disseminação de desinformação, apontando para os usos estratégicos da inteligência artificial para combater a “desinfodemia” em contextos de vulnerabilidades narrativas.

Fechando as reflexões do livro, as considerações a partir de um conjunto de narrativas sobre feminicídios coletadas em jornais amazônicos é a base da pesquisa intitulada “De jornalistas como comunidade interpretativa aos jornalismo colonizados e colonizadores: coberturas de feminicídios em jornais amazônicos”, de autoria de Cynthia Mara Miranda e Carlos Alberto de Carvalho. Neste capítulo, os autores abordam a perspectiva dos jornalismo pluralizados evidenciando a diversidade sociotécnica das plataformas a partir das quais ele é produzido, circula e reverbera, e a potencial amplitude de políticas editoriais verificáveis, com seus compromissos políticos, econômicos, culturais,

ideológicos, comportamentais. A pesquisa aponta ausências de coberturas noticiosas dos feminicídios em jornais amazônicos, delineando jornalisismos colonizados e colonizadores pelas lógicas machistas e misóginas, que reforçam a desigualdade entre os gêneros e a narrativa das mulheres como cidadãs inferiores. Apontam na conclusão que as relações de gênero ainda têm suas desigualdades enraizadas na sociedade marcada pelo machismo, misoginia e patriarcalismo, afetando as narrativas jornalísticas que reforçam esses estigmas diariamente pelas colonialidades do poder e do saber que encontram espaço neste gênero.

Enfim, no seu conjunto, o volume visita mais uma vez uma diversidade de fenômenos, realidades e epistemes que tem a Amazônia como referência, postulando que a heterogeneidades de seus territórios, formas sociais e imaginários, alimentam não apenas nossas reflexões na comunicação, mas, sobretudo, resistências, inovações, alternativas e práticas de enfrentamento cotidiano.

CAPÍTULO 1

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB): a busca de outra comunicação possível¹

YASMIN GATTO
ELTON ANTUNES

Introdução

Alinhado a perspectivas como a de Milhomens (2021, p.28), que aponta que “a produção comunicacional dos povos indígenas tem se mostrado um exemplo de resistência, luta e originalidade”, objetivamos neste texto indicar como modos de vivência territorial dos indígenas aparecem de maneira decisiva na configuração das ações comunicacionais da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)². Para reali-

1. Uma primeira versão do texto foi apresentada ao GT Comunicação e Cidadania no 32º Encontro Anual da COMPOS.

2. A APIB foi criada por várias entidades de lutas dentro do movimento indígena no Acampamento Terra Livre - ATL no ano de 2005. O objetivo do ATL é tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações. A APIB é uma referência nacional do movimento indígena do país, tendo representação em todo território brasileiro sendo composta pela COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); APOINME - Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Conselho Terena - Conselho do Povo Terena; Aty Guasu - Grande Assembléia do povo Guarani; CGY - Comissão Guarani Yvyrupa; ARPINSUDESTE - Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste e ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul.

zação deste trabalho, apresentaremos uma análise temática centrada na Revista “Acampamento Terra Livre”, e em publicações realizadas pela entidade nas redes sociais digitais (*Instagram*) no entorno de dois eventos: Primavera Indígena - “Luta pela Vida: a maior mobilização indígena dos últimos tempos” (2021) e Acampamento Terra Livre (2022). Uma das principais pautas da APIB é unificar a luta dos povos originários em todo o país. Mas, para além de uma associação bem estruturada, a articulação se destaca por ações de comunicação contínuas, como manutenção de site institucional e perfis nas redes sociais digitais (*Instagram, Twitter, Facebook e YouTube*), contando com número expressivo de seguidores, curtidas, comentários e *reposts*, que instituem as práticas comunicacionais também como instância da sua territorialidade.

Em vários aspectos partilhamos, assim, indicações feitas por Santi e Araújo (2020) acerca da centralidade do território para as práticas comunicacionais do movimento dos povos indígenas, constatando que “as disputas pelo território têm sido historicamente palavras-chaves na constituição desse movimento social e de suas organizações - e das formas e práticas comunicacionais acionadas pelo e/ou através do Movimento Indígena” (SANTI; ARAÚJO, 2022, p. 154). Destacamos, porém, que é preciso verificar como a comunicação se estabelece em marcos mais específicos às práticas do movimento, que a nosso ver se dá, por exemplo, em instâncias como a concepção de acampamento indígena vislumbrada nessas práticas comunicacionais.

Postulando a construção de uma comunicação anticolonial e em ruptura com imaginários subalternizantes dos indígenas (OLIVEIRA, 2018), a entidade empreende ações que envolvem a utilização dos mais diferentes recursos e linguagens nos ambientes das mídias digitais, com produção de conteúdo voltado para diversos segmentos, das comunidades indígenas ao jornalismo corporativo, dos múltiplos agentes sociais às instâncias do poder público. Tais iniciativas comunicacionais, muitas vezes sinalizadas como “independentes”, “alternativas”, “periféricas”, “ativistas”, “colaborativas” (PEREIRA; DI FELICE, 2021; PERUZZO, 2022), e mais recentemente caracterizadas como práticas etnocomunicacionais (ARAÚJO; SANTI, 2022), se inscrevem em expe-

riências pouco estudadas fora de uma abordagem altamente normativa dos estudos tradicionais, em especial do jornalismo, que as identifica fundamentalmente com a rubrica de “em oposição” ao formato “central”, “hegemônico”, “*mainstream*”, etc.

O fato é que tais iniciativas, se vistas por exemplo em torno de práticas da comunicação jornalística, primam não apenas pela reavaliação crítica de valores jornalísticos tradicionais e por apontar a necessidade de inclusão e envolvimento de novos agentes sociais nos processos jornalísticos, em um esforço de dar espaço às vozes que tradicionalmente não ganham acesso à mídia de referência. São especialmente formas emergentes de experiências comunicacionais/jornalísticas que, a nosso ver, no modo como lidam com a questão dos povos indígenas e a maneira como as narrativas se produzem, são também formas comunicacionais renovadas que sinalizam perspectivas estimulantes para a investigação. Tais iniciativas podem

[...] evidenciar experiências outras da comunicação que subvertem tanto na forma quanto nos usos dos meios o que entendemos por comunicação, trazendo não só ações comunicacionais diferenciadas seja na experiência de produção da forma de vida em si, seja nas suas aparições públicas, quanto desafios comunicacionais de natureza epistêmica. (OLIVEIRA, 2020, p. 49).

Nesse conjunto articulado de ações, interessa-nos examinar a comunicação que se apresenta como iniciativa prática considerada alternativa ao quadro da mídia corporativa e é realizada pelos próprios agentes indígenas. Mas procuraremos sinalizar o modo como elas se propõem a imaginar a sua luta (e, nesse caso, a questão do território é definitivamente central) com formas de narrar que inextricavelmente se relacionam com modos de vida – e que são outros modos de pensamento em uma tentativa de “narrar uma outra experiência de existir” (BRUM, 2021, n.p.).

Pretendemos indicar de que maneira se evidenciam elementos de arranjos que renovam compreensões do quadro contemporâneo das práticas comunicacionais, com destaque para a problematização da existência de “modelos” (em especial no universo de comunicações jornalísticas), da busca de outras referências narrativas, e da sua arti-

culação com novos atores e novos formatos institucionais. Iremos verificar, dentre outros aspectos, como algumas dessas iniciativas se definem por propostas radicalmente contextualizadas (GROSSBERG, 2015) nas e pelas experiências dos povos indígenas.

Organizações indígenas e redes comunicacionais anticoloniais

Segundo Milhomens (2021, p. 18), é somente nas últimas décadas que a questão indígena começa a ser tratada de forma diferente pelos governos da América Latina. “[...] menos pela preocupação em resolver problemas seculares relacionados a essas populações, e mais pelo reordenamento geopolítico da economia mundial.” É por meio desses recursos naturais que o sistema capitalista se retroalimenta, e essas commodities estão, em sua maioria, dentro ou próximo das reservas indígenas. Para entender a problemática dos povos indígenas é preciso que compreendamos que o avanço do capitalismo dentro das terras indígenas tem causado etnocídio dessas populações e, em casos extremos, o genocídio. É resultante deste genocídio, ou como prevenção dele, que os povos indígenas estabeleceram uma série de pautas reivindicatórias.

Nesse sentido, o conjunto diverso de povos indígenas e a amplitude de suas ações demonstram algumas das características de suas estratégias, que vão desde *a pauta por reconhecimento territorial, preservação de suas culturas, ineditismo e criatividade de suas ações coletivas, até a apropriação tecnológica de ferramentas e processos comunicacionais e mediações em espaços de representatividade no âmbito nacional e internacional.* (MILHOMENS, 2021, p. 19, grifos nossos).

Para Gonzaga (2021) é necessário descolonizar o olhar para ver tais pautas dos indígenas de outra maneira. A mudança do uso do termo índio para “indígenas” ou “povos originários”, por exemplo, não se refere apenas de uma questão de nomenclatura, pois o termo índio, utilizado por grande parte da sociedade brasileira de forma pejorativa, “visa ao estereótipo e a construir uma ideologia a fim de macular a imagem do indígena.” (CHAUÍ, 1984, p.119 apud GONZAGA, 2021).

Além disso, o termo “índio” generaliza os povos e omite toda a diversidade existente entre eles.

É assim, a partir da articulação dessas pautas, que os povos originários têm se apresentado como protagonistas nesse processo de reivindicação e as lutas encampadas por eles têm se concretizado não só nas esferas “reais” da política institucional, mas também em ações nas esferas “virtuais” de grandes proporções: as ferramentas comunicacionais advindas da internet que começaram a compor a agenda de lutas dos indígenas. “Essa estratégia surge a partir de características comuns de um movimento internacional dos povos indígenas, [...], que começava a compreender que, além dos protestos em seus territórios e países, eram necessárias estratégias midiáticas.” (MILHOMENS, 2021, p. 23). Para que esse objetivo fosse atingido, os povos indígenas contaram com uma rede de colaboradores e organizações sensíveis à causa. A relação dessas organizações com a mídia tradicional, e também com a mídia alternativa, foi importante para ampliar essa rede de visibilidade.

A relação entre organizações indígenas e suas redes comunicacionais anticoloniais é, portanto, parte constitutiva de uma história de resistência, luta e sobrevivência. Essas redes sempre incluíram formas de comunicação próprias como rituais, festas e contemporaneamente o uso de tecnologias modernas como o rádio, a televisão e a internet (KOLLING e MÜLLER, 2021). Por meio dessas redes, os povos indígenas foram capazes de compartilhar informações, mobilizar-se, organizar-se politicamente e lutar por seus direitos. Tais ações podem ser compreendidas naquilo que Farias e Gomes (2021, p. 293) chamam de fluxos ativistas, “redes de práticas e produtos – discursivos, sonoros, imagéticos, audiovisuais – que, de maneira articulada, organizam, mobilizam e expressam afetos, alianças e ecologias de pertencimento, disputando modos de sentir e valores.” Tais fluxos em torno da luta indígena compõem a luta pela demarcação de terras relacionada sempre com variadas questões tais como luta antirracista ou contra a desigualdade de gênero de maneira orgânica e diversa, em uma articulação constituinte aberta e viva entre cultura, tradição e território (FARIAS; GOMES, 2021).

Pensando a *forma acampamento da comunicação indígena*

Nesse sentido é que observamos a comunicação que se materializa por meio do Acampamento Terra Livre (ATL), evento anual organizado desde 2004, que reúne lideranças e representantes de diversas etnias indígenas de todo o país. O ATL, que levou à criação da APIB, é considerado o maior encontro indígena das Américas e tem como objetivo principal reivindicar os direitos desses povos, fortalecer a luta pela demarcação de terras e promover a valorização das culturas indígenas. O ATL é um espaço de mobilização política e articulação entre as diferentes etnias indígenas, em que são discutidas estratégias de resistência e fortalecimento das comunidades. Também tem como papel fortalecer as redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras organizações da sociedade civil.

O evento recebe a presença de diversas organizações não-governamentais, movimentos sociais e artistas que apoiam a luta dos povos indígenas e contribuem para a divulgação das suas demandas e reivindicações. Durante o evento, são realizadas assembleias, debates, manifestações culturais e atos públicos, que buscam chamar a atenção da sociedade e das autoridades para a situação dos povos indígenas no Brasil. Assim, além da produção de visibilidade, os acampamentos servem como espaços de construção de novas formas de organização social, onde as pessoas podem compartilhar suas experiências, trocar ideias e construir alianças.

Nesse sentido, os fluxos ativistas articulados em torno das práticas comunicacionais, numa aproximação ligeira, poderiam ser vistos apenas como apropriação e uso pelos indígenas de práticas e de estratégias comunicacionais já disseminadas socialmente, de maneira similar ao próprio acampamento. “O ATL, efetivamente, vai ao encontro de uma maneira organizativa própria dos brancos. É uma instância criada, de certa forma, para os brancos e em razão deles. Esses instrumentos, contudo, também são armas dos brancos que os indígenas domesticam a seu favor.” (BRUNORO; TANNUS, 2020, p. 140).

A percepção de semelhança das práticas comunicacionais deve se fazer acompanhar então pela devida indicação a modos e elementos ameríndios que também configuram tais processos. Há uma espécie de *forma acampamento da comunicação*, relacionada a aspectos da cosmologia dos indígenas brasileiros, que é diversa e varia segundo cada grupo étnico,

mas que se combina a partir de diferentes instâncias, como as relações de interdependência entre seres (humanos e não humanos), o reconhecimento da multiplicidade de mundos, o aspecto central da dimensão da ancestralidade, a conexão com ciclos e ritmos da natureza. Essa *forma acampamento da comunicação* se refere assim a uma reunião de práticas comunicacionais já existentes e distribuídas pelas distintas comunidades indígenas que se incorpora na realização do ATL, não apenas como evento, mas como acampamento comunicacional.

O acampamento Luta pela Vida ocorreu do dia 22 de agosto ao dia 2 de setembro do ano de 2021 em Brasília, contando com 6 mil indígenas de 176 povos que ficaram acampados na capital federal durante 10 dias. Durante esses dias, as principais pautas trataram: da demarcação de terras e da pressão para com o Supremo Tribunal Federal (STF) na votação do PL 490; das mortes por Covid-19 e o total descaso do governo federal; da violência que se expande nas reservas indígenas. Uma série de atos, marchas, vídeos, textos e manifestos foram realizados e publicados em todas as redes sociais digitais e também no site oficial da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB. Segundo a associação, foram feitas um total de 3100 publicações, alcançando um número de 15 milhões de pessoas nas redes sociais digitais. Para a análise deste evento, examinamos postagens feitas no *Instagram*.

O segundo evento destacado aqui é o Acampamento Terra Livre, realizado de 4 a 14 de abril de 2022 também em Brasília. Com vasta programação e a celebração de 18 anos de Acampamento, o ATL 2022 teve como tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, marcando posição contrária ao chamado “governo genocida”. Nos últimos dois anos o evento tinha sido realizado de forma on-line por causa da pandemia. Por isso, em 2022, os indígenas também voltavam a estar nas ruas de Brasília. “Estamos enfrentando pautas urgentes que ameaçam nossas vidas e tradições. A demarcação dos nossos territórios segue como bandeira principal, de forma que a defesa pela vida contra a agenda de destruições é nossa prioridade.” (ATL, 2022). Nesse caso, nosso olhar se volta para a Revista Terra Livre, que foi produzida pela APIB em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – FLACSO.

Para examinar materiais comunicacionais dos dois eventos que marcaram o movimento indígena do Brasil nos últimos dois anos, escolhemos apontar enquadramentos presentes neles levando em consideração os elementos visuais e narrativos por meio da metodologia do enquadramento multimodal (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017). A partir de uma abordagem dedutiva lastreada em dada compreensão do contexto socio-cultural e da conjuntura política que envolvia a luta dos povos indígenas naquele momento no país, realizamos uma análise textual apontando o modo como certos temas propuseram molduras de sentido específicas às ações realizadas por meio dos acampamentos. Em uma análise comparativa dos diversos fragmentos, estivemos atentos para diferentes modos comunicativos dos textos: a identificação de palavras-chave (usadas, por exemplo, na legenda, ou hashtags da postagem) e o modo como indicavam os temas e as perspectivas abordadas na postagem; a análise de imagens e as informações e valores que apresentam; o estilo de linguagem e a maneira como configura o ponto de vista dos publicadores.

Analisados de forma distinta, mas ao mesmo tempo de maneira articulada, cada aspecto estudado vai contribuir para a construção do entendimento desses discursos. Na análise da imagem destacam-se “os níveis conotativo e ideológico (que) buscam responder, respectivamente, quais são os significados sociais inseridos nos símbolos e como as imagens são construídas de maneira a moldar a percepção da audiência.” (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017, p. 116). Quando se parte para análise da narrativa:

[...] características como dramatização e o uso de expressões emocionais definem o grau de narratividade geral em um artigo; indícios de gênero podem nos dizer a que tipo de gênero narrativo um artigo corresponde; e os atores podem ser identificados como cumprindo papéis narrativos particulares [...]. (WOZNIAK; LÜCK.; WESSLER *et al.*, 2015, p. 7, tradução nossa).

A análise de enquadramento nos diz que os recortes produzidos nos textos midiáticos são formados por definição do problema, diagnóstico das causas do problema, julgamentos morais e indicação de soluções. A escolha desse procedimento de análise ocorre então por entendermos que estudar a inter-relação entre os dois modos representacionais da infor-

mação – textual e visual – é fundamental para compreender a presença de significados para além do registro.

Sabemos que essa abordagem a partir do exame desses fragmentos de textos sobre os eventos apresenta limitações analíticas tais como certa dificuldades para identificação de enquadramentos não previstos em categorias predefinidas, a presença mais marcada dos vieses de quem conduziu a pesquisa e a dificuldade para análise de enquadramentos que não estejam mais claramente expressos no material analisado. E, no âmbito específico da análise de enquadramento multimodal, há também a crítica de que ao tentar aproximar a análise narrativa das formas visuais, pode haver uma perda interpretativa.

Mas, em geral, os autores enfatizam a realização desse procedimento pela maior possibilidade de relacionar narrativas, quadros e imagens, podendo ter a capacidade de analisar mais objetos e traçar comparações entre meios. Portanto, “a análise multimodal abrange, assim, as representações visuais e textuais da informação, bem como as duas possíveis construções comunicativas da notícia, quais sejam, o enquadramento e a narrativa.” (RIZZOTTO; PRUDENCIO, 2017, p. 115).

Acampamento Luta pela vida - 2021: *Instagram*

A primeira postagem feita no *Instagram* da APIB, em agosto, foi realizada no dia 1º, marcando o início da chamada “Primavera Indígena”.



Figura 1: Início Oficial Agosto Indígena.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

Na postagem existe uma comemoração pelo fato de o Agosto Indígena ter se tornado parte do calendário oficial do Estado de São Paulo. “Há anos o movimento indígena constrói uma série de atividades no mês de agosto por conta do Dia Internacional dos Povos Indígenas (09 de agosto). Vidas indígenas importam muito!” (INSTAGRAM APIB, 2021, n.p). A imagem escolhida destaca um grupo de indígenas mulheres, reforçando a ideia de coletividade e destacando um gesto de ação guerreira (Figura 1).

Outro *post* importante para ser analisado é o do dia 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas (Figura 2).



Figura 2: Post do Dia Internacional dos Povos Indígenas.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

A publicação chama atenção para a resistência de 500 anos, para a descolonização, reconhecimento e valorização dos povos indígenas. Destaca-se:

Há 521 anos esta terra é marcada por violações, pelo racismo e genocídio. São séculos de tentativas de subjugação de povos, de culturas e de territórios. Hoje, quando não são apenas armas dilacerando corpos, canetas assinam leis de extermínio. Quando não são apenas criminosos atacando diretamente, governos se omitem do seu dever de proteção. E por mais que as lutas se sobreponham, não permitiremos! Somos os primeiros desta terra, antes de o Brasil ser Brasil. (INSTAGRAM APIB, 2021, n.p).

Os indígenas marcam posição nesse Dia Internacional dos Povos Indígenas, afirmando que o Brasil já pertencia a eles antes da invasão e reafirmam que não aceitarão nenhuma gota a mais de sangue e que vão resistir.

No mesmo dia 9 de agosto outra postagem destaca a seguinte fala: “Decidimos Não Morrer” (Figura 3).



Figura 3: Imagem da chegada dos povos indígenas à Brasília.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

Dia 9 de agosto celebra a resistência dos povos indígenas, no Brasil e no Mundo. Também é um dia que nós povos originários manifestamos contra os retrocessos dos direitos e dos desmontes das políticas públicas, principalmente nesse atual governo. Infelizmente por causa da omissão do governo Brasileiro no combate a pandemia da covid 19, de acordo com os dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) 1.116, indígenas no Brasil perderam suas vidas por causa desse vírus. Nós povos indígenas do Brasil, mais de 305 povos, falantes de 274 línguas diferentes, sofremos dia a dia ataques as nossas Terras, destruição de nossas florestas, perseguição as nossas lideranças e morte de nossos jovens, como o recente assassinato brutal da Jovem Daiane Kaingang, 14 anos, Terra Indígena Guarita, Rio Grande do Sul. (INSTAGRAM APIB, 2021, n.p).

Mais uma vez a palavra resistência aparece em destaque, o descaso do governo federal é citado, o número de mortes de indígenas por Covid - 19, os ataques sofridos por causa de terras e o assassinato de jovens indígenas são colocados como pauta. Uma luta unificada, mas com o texto chamando a atenção

para a diversidade de povos que se juntam nessa resistência. A imagem dá conta dessa diversidade étnica, em posição de dança ritual (Figura 3).



Figuras 4 e 5: Card de pedidos de doação e apoio para acampamento/ card divulgação de live.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

As mobilizações em torno de arrecadação de dinheiro, doações e chamamento para uma aliança internacional para o acampamento também foram pautas constantes nas publicações da página (Figuras 4 e 5). As imagens de rostos em tom de alvizez, muitas vezes com destaque para indígenas mulheres e/ou em posição guerreira. Outro ponto crucial ao longo do agosto indígena foi o lançamento do Dossiê Internacional de Denúncias contendo 55 páginas que reúne uma série de relatos de graves violências sofridas pelos indígenas em todos os âmbitos. A maior parte do documento aponta que o que vem acontecendo com os indígenas é um projeto do ex-presidente Bolsonaro. O dossiê foi publicado em português, inglês e espanhol.

Com a aproximação dos dias do acampamento “Luta pela Vida”, uma série de postagens foram realizadas trazendo a programação, fazendo uma contagem regressiva para a chegada dos povos em Brasília e apresentando uma sequência de pedidos de apoio e doações (Figura 6). As publicações feitas mais próximas ao início do acampamento foram disponibilizadas em português, inglês e espanhol. O Dossiê foi lançado também nessas línguas, acentuando a percepção dos indígenas de que eles precisam ter outros países e povos olhando para a sua luta.

Conforme aponta Milhomens (2021), os originários compreenderam que para além de protestos nos seus territórios, eles necessitam de estratégias comunicacionais para que a luta seja amplificada, inclusive na criação de um movimento internacional de povos indígenas.



Figura 6: Imagem da programação geral do evento.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

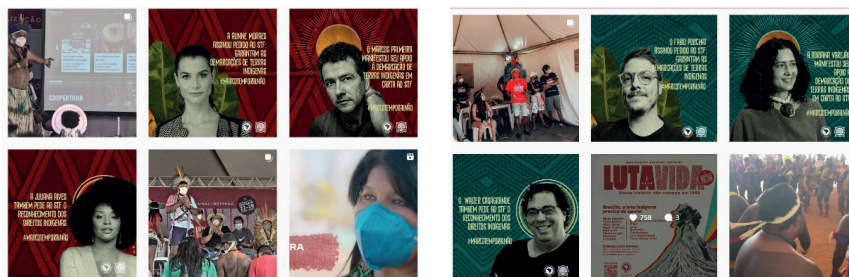


Figura 7: Card da contagem regressiva para o início do evento.
Fonte: Instagram APIB, 2021.



Figuras 8 e 9: Cards da contagem regressiva para o início do evento em inglês e espanhol.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

Outra estratégia utilizada pela APIB foi trazer depoimentos e falas do segmento artístico do Brasil, nos quais eles pediam a demarcação de terras indígenas, diziam não ao genocídio indígena, cobravam a volta da efetividade dos órgãos de proteção, etc. Os segmentos artístico e intelectual do país foram acionados diversas vezes pelos povos indígenas, muito decorrente da necessidade deles obterem visibilidade pública ampla e sugerir um somar forças com tais “celebridades”, como uma maneira de fazer a sociedade brasileira se identificar com a causa. Vários atores, atrizes, cantoras e cantores de grande visibilidade cederam espaço nos próprios perfis do *Instagram* para a realização de *lives*, ora feitas somente com os povos indígenas que traziam para o debate diversos temas e principalmente denúncias, ora com a realização de uma espécie de entrevista/conversa entre o “artista” e o indígena que estava ali naquele momento. Estimulou-se um quadro de “comoção nacional” para que os problemas fossem notados, principalmente aqueles que geraram denúncias e não tiveram qualquer ação ou resposta por parte do poder público.



Figuras 10 e 11: Print das páginas do Instagram em que vários artistas manifestam apoio a causa indígena.

Fonte: Instagram APIB, 2021.

Chamamos atenção aqui para as próximas duas publicações mencionadas, que a nosso ver, dentre as muitas publicações feitas no *Instagram* da APIB no período analisado, resumem com propriedade a luta e a busca dessa comunicação mais emancipatória, feita pelos próprios indígenas. Na primeira publicação abaixo (Figura 12), os indígenas demarcam que o evento foi a maior mobilização indígena desde 1988, se colocam como combatentes de uma pandemia global (que matou dezenas de indígenas), da mineração e do agronegócio, colocam em questão a autodemarcação de

seus territórios e bradam: Demarcação Já e Não ao Marco Temporal. A fotografia é de dois indígenas em cima do mastro da Praça dos Três Poderes, com a bandeira “Fora Bolsonaro”. A foto feita com o ângulo de baixo para cima deixa os indígenas gigantes, a vista da foto é como se eles estivessem com o poder nas mãos e o detalhe para as máscaras de proteção sendo utilizadas por eles, objeto de uso totalmente negado pelo ex-presidente.

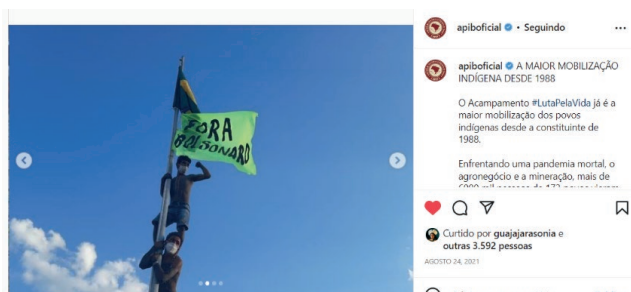


Figura 12: Fotografia no mastro de Brasília com bandeira escrita “FORA BOLSONARO”.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

A MAIOR MOBILIZAÇÃO INDÍGENA DESDE 1988. O Acampamento #LutaPelaVida já é a maior mobilização dos povos indígenas desde a Constituinte de 1988. Enfrentando uma pandemia mortal, o agronegócio e a mineração, mais de 6000 mil pessoas de 173 povos vieram a Brasília lutar contra o Marco Temporal que será julgado no STF amanhã, quinta-feira (25), às 14:00H. Marchando rumo à vigília, carregam mais de 1300 placas de autodemarcação de seus territórios. Em defesa da vida, os povos cantam com a força dos encantados: #DemarcaçãoJá e #MarcoTemporalNão! (INSTAGRAM APIB, 2021, n.p).



Figura 13: Fotografia que representa a comunicação indígena em ação.
Fonte: Instagram APIB, 2021.

Já a segunda publicação (Figura 13) inicia com: “Comunicação indígena em ação! Agora somos nós que narramos nossas histórias.” (INSTAGRAM APIB, 2021, n.p). O destaque é a câmera de um celular nas mãos de uma indígena, a fotografia de segundo plano agora passa a ser feita por esse celular, que expressa uma clara tomada de posição em que se produz um relato do acontecimento *com* o acontecimento, em que a representação e relato fazem parte ação que se desenrola na luta indígena. Na tela do telefone está acontecendo uma *live* da marcha dos indígenas, onde eles possuem as placas de autodemarcação, estão com acessórios de luta (cocar e pintura corporal) para enfrentar o inimigo e a máscara facial para proteção contra o vírus da Covid-19.

Ao analisar esta série de publicações no *Instagram* da APIB, percebemos que os enquadramentos produzidos são não apenas totalmente direcionados às causas indígenas - com a indicação precisa dos problemas e seus responsáveis e de que a luta indígena é contínua e feita dentro e fora das aldeias - mas que mostram as diferentes dimensões da existência dos povos de maneira relacionada. É válido salientar que a maioria das fotografias, dos cards pensados para o *Instagram* e das imagens de divulgação, são previamente elaboradas e pensadas a fim de comunicar com o público. O texto utilizado também condiz com a plataforma em questão, não é muito grande, traz *hashtag*, *arroba* e a possibilidade de replicação.

Os povos indígenas se apresentam como guardiões das terras, querem a posse e controle do território, e nunca se mostram em posição subalterna. Apontam todo o tempo para ações de descolonização, reconhecimento e valorização de suas causas e de suas terras. O *storytelling* remete sempre para dimensões ancestrais articuladas ao aqui e agora, fazendo com que os pontos de início e fim dos relatos estejam em redefinição e ao sabor das causas que acionam a defesa do território. São contra o desmatamento, o avanço do agronegócio e da mineração, contra a tese do Marco Temporal, contra o ex-governo, temas reiteradamente explicitados. Mas tais tomadas de posição se dão por meios de elementos verbo-visuais apresentados de modo a relacionar: traços do ambiente natural como uma entidade viva que deve ser respeitada e cuidada; processos de tomada de decisões que apontam e que acentuam imagens

coletivas e formas de governança participativa; elementos da memória e identidade cultural, nos quais estão enraizados mitos, ritos, línguas, tradições e costume.

Mesmo a visibilidade buscada com a mobilização dos segmentos artístico e intelectual do país repercutindo, o Agosto Indígena enfatiza a ideia de comunidade ou da reunião em torno de algo comum, não prescinde do sentido de reunião presente na forma do acampamento. Junta, nas formas comunicacionais, ações de resistência e maneiras de obter visibilidade com a perspectiva de fundar territórios que promovam a construção de novas formas de organização social para que favoreçam o compartilhar das experiências.

Acampamento Terra Livre 2022: a revista



Figuras 14 e 15: Capa da Revista Acampamento Terra Livre/ Índice da revista.
Fonte: Revista Acampamento Terra Livre, 2022.

Para o exame do segundo evento, o Acampamento Terra Livre - 2022, escolhemos analisar a Revista Terra Livre que foi produzida pela APIB em parceria com a FLACSO. A Revista conta com um total de 91 páginas e celebra os 18 anos de acampamento e também a volta presencial da manifestação, realizada de forma on-line nos últimos dois anos por causa da pandemia da Covid-19. A revista também demarca o ano eleitoral de 2022 e o sentença como o “Último Ano do Governo Genocida”, além de colocar a política como um território indígena, a fim de

construir um novo futuro. “Estamos enfrentando pautas urgentes que ameaçam nossas vidas e tradições. A demarcação dos nossos territórios segue como bandeira principal, de forma que a defesa pela vida contra a agenda de destruições é nossa prioridade.” (REVISTA, 2022, p.5). A revista é dividida em sete seções (Figura 15).

Na apresentação é feita uma espécie de resumo do que vai ser comentado ao longo da publicação. Na seção “18 anos do Acampamento Terra livre” ressalta-se o início do acampamento em 2004, que surgiu a partir de uma ocupação de povos indígenas no sul do país e que rapidamente teve adesão de lideranças indígenas de outros lugares do país. A mobilização começou denunciando falta de esclarecimentos de para onde iria a Nova Política Indigenista pactuada com o então presidente, Luís Inácio Lula da Silva. O ATL inaugurou, assim, um marco para o movimento no país, “consolidando as estruturas para a contínua mobilização nacional dos Povos Indígenas do Brasil, possibilitando formalmente a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em novembro de 2005.” (REVISTA, 2022, p.8). E é por meio dessa série de mobilizações que os indígenas obtêm diversas conquistas.

Na “Linha do Tempo”, é feito um pequeno resumo das lutas enfocadas por eles em cada evento, quantos participantes estiveram presentes e as principais pautas de reivindicações. Chamamos atenção para a informação de que em 2004, no primeiro acampamento, 150 indígenas participaram do evento. Em 2021, último registro da revista, foram mais de 5 mil participantes. Mas o crescimento do ATL não se deu somente em número de participantes, mas na abrangência do movimento que ao longo dos anos foi agregando mais povos. As pautas trazidas ao longo desses 18 anos giram sempre em torno da questão do território, saúde e educação precária, conflitos enfrentados pelos indígenas, destruição da floresta, expressas muitas vezes em cartas de repúdio e comunicados aos presidentes do Brasil. Dentre todos esses temas, o mais pautado e central ao movimento é a questão da demarcação de terras, do território e de reservas indígenas. Daí o nome da revista: Terra Livre.

A edição do acampamento de 2022, comemorativo pelos 18 anos de ATL, ganhou um espaço a mais dentro da revista. O registro das atividades foi realizado diariamente e as mesmas foram descritas detalhada-

mente, em caráter de relato. O texto que registra o acontecimento diário tem uma forma jornalística, a pessoa (não é identificada) que escreve fala dos acontecimentos, conversa com as lideranças e dá destaque para suas falas. No texto, a ênfase é sobre o ano político e de como os indígenas estão se engajando também neste cenário. Com o tema “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, o direcionamento do relato é o de explicar porque os indígenas tiveram que marcar presença também na esfera política institucional, disputando a representação parlamentar e ocupando cargos públicos para a defesa dos povos e de seus territórios. As fotografias que acompanham os textos foram feitas ao longo das atividades e são de responsabilidade de diferentes pessoas/instituições. Das 37 páginas dedicadas somente ao ATL 2022, selecionamos alguns textos que oferecem uma visão de conjunto do movimento realizado pela publicação.

O texto referente ao dia 4 de abril (Figura 16), início oficial do acampamento, destaca falas da então presidente da APIB, Sônia Guajajara, e a posiciona como figura central da reunião não só neste dia, mas ao longo de todo o ATL 2022. É evidente a estratégia midiática e política feita pelos povos originários, já que Sônia, na ocasião, era a candidata vista com mais chances de alcançar uma vaga na política parlamentar. Nas fotografias, ela aparece sempre de mãos dadas com algum outro indígena, como que sugerindo uma “autorização” para representá-los.



Figura 16: Fala e foto da ex-líder da APIB, Sônia Guajajara (Crédito: Ana Mendes)
Fonte: Revista Acampamento Terra Livre, 2022, p.40.

Outra publicação emblemática é a que trata da reunião de vários advogados indígenas na tentativa de colocar o então presidente Bolsonaro como réu em corte internacional. O texto evidencia a tentativa de se pôr em debate a invasão dos territórios indígenas pelos brancos. Neste mesmo dia, indígenas “de todo o país” marcham em defesa da demarcação dos seus territórios. A fotografia é feita por um indígena, Edgar Kanayko, também participante da APIB (Figura 17).



Figura 17: Fotografia de uma manifestação ocorrida dentro do acampamento (Crédito Edgar Kanayko).

Fonte: Revista Acampamento Terra Livre, 2022, p.47.

Também tem proeminência o texto que relata que os indígenas dedicaram dois dias do acampamento para tratar da questão de gênero e LGBTQIA+. No debate sobre a questão de gênero, a ênfase é para as mulheres originárias e a força que elas têm para aldear a política, realçando mais uma vez a figura de Sônia Guajajara. No texto produzido tem-se uma seção - “Parenta vota em Parenta” - que, novamente, reitera a reunião articulando ancestralidade e ações em um quadro contemporâneo: “Nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão.” (REVISTA, 2022, p.54).

Ao tratar da pauta LGBTQIA+ o texto realça a ideia de colorir a luta em defesa dos territórios com o lema: “Tire seu preconceito do meu caminho que eu quero passar com meu cocar.” (REVISTA, 2022, p.56).

Por fim, sinalizamos ainda os relatos voltados para tratar da presença, ao longo do ATL, do candidato à presidência Lula, ao qual o movimento entregou uma carta aberta anunciando o seu apoio à candidatura como

Presidente da República. O candidato Lula se comprometeu a atender uma série de reivindicações dos originários expressos no documento que apresentava cinco eixos de demandas.



Figura 18: Fotografia da reunião das mulheres originárias (Crédito: Mídia Ninja).
Fonte: Revista Acampamento Terra Livre, 2022.



Figura 19: Fotografia da reunião com a pauta LGBTQIA+ (Crédito: Juliana Pesqueira).
Fonte: Revista Acampamento Terra Livre, 2022, p.57.



Figura 20: Fotografia do encontro dos povos originários com o então candidato à presidência, Lula (Crédito: Kamikia Kisedje).
Fonte: Revista Acampamento Terra Livre, 2022, p.59

O texto final do ATL 2022 apresenta um resumo da luta indígena nos últimos anos, as pautas candentes neste momento histórico de retomada de território e da busca pela retirada de um genocida do poder.

Nesse processo de retomada do país, implodido pelo governo Bolsonaro, e de construção do Brasil que queremos, estamos dispostos e prontos a contribuir, como o fizemos ao longo desses mais de 500 anos. Queremos ser protagonistas dos nossos planos de vida, exercer a nossa autonomia em nossos territórios e o nosso direito de participação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que nos dizem respeito. (TERRA LIVRE, 2022, p. 71).

Segundo a APIB, nos 10 dias de mobilização, 8 mil pessoas permaneceram acampadas; mais de 200 povos indígenas presentes; 4 atos realizados para demarcar Brasília e pautar a luta dos movimentos sociais; 25 plenárias com debates e participação de 130 lideranças; 208 pessoas cadastradas para atuar como comunicadores na cobertura colaborativa; 137 veículos de imprensa cadastrados; 977 matérias publicadas em 50 países. Também foi fortalecida a incidência política nacional e internacional com reuniões com as embaixadas da Noruega, Alemanha, Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. Foram realizadas duas denúncias formais para a ONU e para o Parlamento Europeu, sem contar com reuniões com o STF e com o TSE.

Os enquadramentos da revista, tanto textual quanto visual, deixam a luta indígena em evidência o tempo todo, a construção do texto e as fotografias escolhidas foram pensadas para comunicar ao leitor de forma precisa e abrangente as demandas indígenas em questão. Com o produto produzido e o modo como as informações são apuradas, compiladas e editadas, resta evidente que os povos originários buscam potencializar a ação política. Além da tomada de posição de derrubar o “genocida” - forma com a qual eles, por diversas vezes, se dirigem ao então presidente Bolsonaro - para que eles continuem vivendo, o foco é posto nos problemas e nas demandas. O evento em si não é ponto de chegada, mas sim de partida, o acampar para eles é uma forma de trazer os problemas enfrentados para que *os brancos lidem com eles*, mostrando resistência.

A forma da revista, com suas imagens e relatos verbais, enfatiza novamente a ideia de reunião, a dimensão ritual de celebração e guerra do

acampamento. A revista se apresenta como parte de um fluxo em que os textos se orientam sempre para acentuar o modo decisivo dos povos indígenas em lidar com o território. Os textos verbais e as imagens mostram em articulação elementos físicos do espaço, aspectos da identidade cultural, características de modos de vida e referências a saberes ancestrais. Os textos e imagens referem e expressam reiteradamente formas de assembleia e discussão de povos indígenas (com presença e participação de não-indígenas) com ênfase a elementos coletivos de organização, reverência a lideranças coletivas ou membros experientes da comunidade, cenas de conversa e celebração próprios a cosmologias ameríndias em uma tentativa de dobrar a comunicação a um “léxico” mais próximo do mundo indígena. Trata-se de formas comunicacionais que operam como acampamentos e “aldeamentos” simbólicos com dimensões provisórias e permanentes em que esses povos originários se expressam e também se localizam, decidem as demandas mais urgentes, criam laços de resistência, escrevem manifestos e cartas construídas pelo coletivo com mais de 200 povos indígenas. Não é à toa que quase todas as fotografias escolhidas para compor a revista mostram os indígenas e as indígenas sempre em posição de luta, combate e resistência.

Algumas considerações

Os fragmentos de objetos comunicacionais escolhidos para esta análise derivam de acampamentos feitos pelos povos originários nos últimos dois anos. Ao buscar o significado dicionarizado da palavra acampamento, algumas expressões bélicas ganham destaque nesse contexto: fala-se em instalação de tropas em barracas, trata de tenda instaladas para abrigar tropas, dentre outras acepções. De alguma maneira, os povos indígenas operam atualmente como uma tropa em defesa da vida - não só a deles - mas a garantia da vida de toda humanidade. São os últimos bastiões da defesa do “céu”. “Quando a floresta acabar e as entranhas da terra tiverem sido completamente destroçadas pelas máquinas devoradoras de minérios, as fundações do cosmos ruirão e o céu desabará terrível sobre todos os viventes.” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 14-15).

Mas essa figura bélica nem sempre dá conta da natureza do espaço de mobilização política e articulação entre as diferentes etnias indígenas, de

resistência e celebração que se realiza nos acampamentos. E também do modo como o acampamento tem esse papel de fortalecer as redes de solidariedade entre os povos indígenas e outras organizações da sociedade civil, da construção de alianças estratégicas com outros movimentos sociais. É certo que quando citamos os povos originários como últimos bastiões em defesa do céu, fazemos referência à proteção de algumas terras que hoje só estão intocadas porque são reservas indígenas ou, como assinalam Pinassi e Di Guastalla (2022), as reservas indígenas são a última fronteira a serem destruídas pelo capital, talvez a nossa única chance de recriar a Terra como um lugar de vida pulsante e não de morte latente.

Nessa luta há para nós um evidente enquadramento na comunicação dos acampamentos da relação entre “guerra e festa”, forma importante para compreender a cultura e a cosmologia dos povos indígenas brasileiros. A luta em defesa dos seus direitos (e dos direitos da Terra) se dá também como um momento de celebração e renovação das relações sociais e cosmológicas. Para os indígenas, a guerra é uma atividade sagrada, que envolve não apenas a luta física, mas também rituais e práticas que buscam garantir a proteção espiritual dos guerreiros e a interação com as forças cósmicas. Nesse sentido, o acampamento reúne celebrações como forma de preparação para a “guerra”, pois permite aos guerreiros e às guerreiras se conectarem com os seus ancestrais, com os espíritos e com as divindades, fortalecendo sua coragem e determinação. Ao mesmo tempo, é um momento de celebração da vida e da convivência social.

Os enquadramentos presentes nos textos relativos aos dois eventos mostram os povos indígenas como protagonistas da sua história, evidenciando formas de narrar distintas em alguns aspectos da chamada “grande mídia”, ou das formas de comunicação não posicionadas que, em geral, buscam destacar aspectos episódicos ou sem explicitar relações entre dimensões e fenômenos variados. Os dois acampamentos comunicacionais trazem demandas urgentes dos povos indígenas, mas explicitam em vários momentos enquadramentos nos quais a questão do “território” é representada e apresentada como algo muito maior, relacional, em que lutar por um pedaço de terra que lhes é de direito é apenas uma das dimensões.

Assim, a nosso ver, essa prática comunicacional feita pelos indígenas se mostra emancipatória, autorreferencial e anticolonial, rompendo com

o imaginário subalterno destes povos (OLIVEIRA, 2018) e em oposição à lógica colonial e hegemônica de fazer comunicação, buscando fugir do raciocínio instrumentalista e de exploração de recursos próprios a maneiras de lidar com o espaço de formas capitalistas.

Destacamos ainda a ideia do comum e do coletivo, muito presente no acampamento e nos próprios objetos analisados. É inegável dizer que a luta dos povos originários hoje é por uma manutenção de sua existência comunal, que se torna cada vez mais difícil uma vez que o capitalismo avança sobre suas terras em suas variadas formas (a grande mineração, agronegócio, extração industrial, criação de gado, desmatamento, construção de hidrelétrica, etc.). “A forma comunal indígena e a propriedade privada burguesa são duas formas de reprodução social absolutamente incompatíveis.” (PINASSI; DI GUASTALLA, 2022, p. 93). Para os autores, os indígenas sobreviventes - seja do genocídio colonial, da Covid-19, ou da violência presente hoje em seus territórios - acreditam ainda que para sobreviverem precisam estar unidos e se lançam sozinhos na defesa daquilo que eles creem.

Grupos de homens, mulheres, crianças e velhos caciques montam sentinela na densa floresta, formam cordões sanitários de proteção contra a covid-19, bloqueiam estradas, retomam seus territórios, se necessários abatem o invasor com suas armas certeiras, *aprendem a língua, os gestos e os códigos de fé e moral dos forasteiros* e chegam até mesmo estabelecer acordos provisórios com o lado oposto. (PINASSI; DI GUASTALLA, 2022, p. 95, grifo nosso).

Talvez, por meio do acampamento e suas ações comunicacionais, a APIB - considerando-a aqui como uma forma de expressão desse coletivo - se apropria da linguagem dos meios digitais, das estratégias de redes, de “viralização” de conteúdo e da fórmula do que funciona nas redes sociais digitais, evidenciando que eles não estão tão sozinhos. Pensar e decidir juntos, destacar o planejar e o realizar coletivo do trabalho, são quadros de sentido que amarram esse acampamento comunicacional. Estar isolado não é um enquadramento possível.

*O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

APIB - Articulação dos povos indígenas do Brasil. 30 mai.2022. Instagram: @apiboficial. Disponível em: <https://www.instagram.com/apiboficial/>. Acesso em: 30 mai. 2022.

ARAÚJO, B. C.; SANTI, V. J. Os territórios midiáticos e a territorialização do movimento dos povos indígenas no bios midiático. *TraHs: Trayectorias Humanas Trascontinentales*, n. 14, p. 143-155, 2022.

ATL. Acampamento Terra Livre. Documento Final do Acampamento Terra Livre 2022. Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/04/atl-2022-reforca-uniao-movimento-e-luta/>. Acesso em 30 mai. 2022.

BRUM, E. *Banzeiro Òkotó: Uma viagem à Amazônia Centro do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

BRUNORO, M. de A.; TANNUS, R. M. Festa e Guerra na Esplanada: sons da política num Acampamento Terra Livre. *Wamon-Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM*, v. 5, n. 2, p. 135-146, 2020.

FARIAS, D. O. de; GOMES, I. M. M. Fluxos ativistas indígenas: instabilizando a hipótese da guerra cultural a partir de afetos, territorialidades e temporalidades no Brasil. *Revista Eco-Pós*, v. 24, n. 2, p. 277-308, 2021.

GONZAGA, A. de. A. *Decolonialismo indígena*. São Paulo: Matrioska Editora, 2021.

GROSSBERG, L. Lutando com anjos: os estudos culturais em tempos sombrios. *MATRIZES*, v. 9, p. 13-46, 2015.

KOLLING, P.; MÜLLER, K. M. Práticas comunicacionais acionadas para a construção do movimento indígena brasileiro. *Contra Corrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas*, n. 17, p. 193-215, 2021.

KOPENAWA, D; ALBERT, B. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MILHOMENS, L. Organizações indígenas e redes comunicacionais no Brasil: uma história de luta, mobilização e resistência. *Chasqui*. Revista Latinoamericana de Comunicación, v. 1, n. 148, p. 191-208, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.16921/chasqui.v1i148.4575>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, L. de. Na aldeia, na mídia, na rua: reflexões sobre a resistência Kaiowa e Guarani em diálogo com o contexto de golpe político no Brasil e com o campo hegemônico da comunicação. *Mídia e Cotidiano*, v. 12, p. 109-131, 2018.

OLIVEIRA, L. de. Cosmopraxis comunicacional dos povos indígenas Kaiowá e Guarani: resistência e luta por visibilidade. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, p. 19-33, 2020.

PEREIRA, E. da S.; DI FELICE, M. As qualidades ecológicas das redes indígenas no Brasil. *Chasqui*: Revista Latinoamericana de Comunicación, n. 147, p. 201-220, 2021.

PERUZZO, C. K. Comunicação popular, comunitária e alternativa na era digital: entre utopias freireanas e distopias. In: 31º ENCONTRO ANUAL DA COMPOS, 31., 2022, Maranhão. *Anais [...]*. São Luís, Maranhão: UFMA, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/comunicacao-popular-comunitaria-e-alternativa-na-era-digital-entre-utopias-freir?lang=pt-br>. Acesso em: 10 fev. 2023.

PINASSI, M. O.; DI GUASTALLA, I. A solidão indígena no mundo-inferno da Amazônia. *Revista Margem Esquerda - Revista da Boitempo*, n. 39, p. 82-95, 2022.

REVISTA Acampamento Terra Livre 2022. Brasília, vol. 1, abril, 2022. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2022/06/ATL2022_REVISTA_v3.2.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.

RIZZOTTO, C; PRUDENCIO, K. Corpos sem cabeça, sujeitos sem razão: análise multimodal da Marcha das Vadias. *Conexão – Comunicação e Cultura*: UCS, Caxias do Sul, v. 16, n. 31, jan./jun. p. 157-178, 2017.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. A EtnoMídia Indígena na Construção dos Territórios EtnoMidiáticos. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 122-142, 2020.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. Cartografias das práticas etnocomunicativas do Conselho Indígena de Roraima. In: 31° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 31., 2022, Maranhão. *Anais [...]*. São Luís, Maranhão: UFMA, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/cartografia-das-praticas-etnocomunicativas-do-conselho-indigena-de-roraima?lang=pt-br>. Acesso em: 10 fev 2023.

WOZNIAK, A.; LÜCK, J.; WESSLER, H. Frames, stories, and images: The advantages of a multimodal approach in comparative media content research on climate change. *Environmental Communication*, v. 9, n. 4, p. 469-490, 2015.

CAPÍTULO 2

Poemas indígenas: fortalecimento de identidade e resistência cultural na etnomídia

JOSÉ DE ARIMATEIA FERREIRA DE OLIVEIRA
ROSÂNGELA ARAÚJO DARWICH

Autorias indígenas contemporâneas compartilham suas produções e protagonismos literários sustentados principalmente por práticas identitárias, por lutas e resistências culturais. Este estudo de cunho bibliográfico lança mão de poemas de Márcia Wayna Kambeba que exemplificam estratégias etnomidiáticas utilizadas pela autora enquanto instrumentos de fortalecimento da cultura indígena. A metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) subsidiou a criação de categorias de análise que permitiram investigar e reconhecer o fortalecimento de identidade e resistência cultural no uso da comunicação midiática indígena.

O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 representa um avanço indiscutível para o movimento indígena (BRASIL, 1988): “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Um outro exemplo é referente à garantia, aos indígenas, do direito ao pleno exercício de sua capacidade processual para defesa de seus interesses (artigo 232).

Vale ressaltar a presença do termo “índio” na Constituição, justificando que ele não será utilizado neste estudo. Kambeba refere-se ao termo como um apelido dado erroneamente por Cristóvão Colombo, que acreditava ter chegado às Índias. O poema “Índio eu não sou” esclarece a não aceitação do termo, ele próprio um exemplo de imposição violenta por parte dos colonizadores europeus: “Não me chame de ‘índio’ porque / Esse nome nunca me pertenceu [...]. Ele [Colombo] veio sem permissão / Com a cruz e a espada na mão / Nos seus olhos, uma missão / Dizimar a civilização” (KAMBEBA, 2018, p. 27). Utilizaremos o termo “indígena”, que consideramos mais correto e respeitoso com relação à grande pluralidade de povos originários por significar natural do lugar que se habita ou aquele que está ali antes dos outros. Conforme Barros (2023, p. 22), “indígena” é um termo relacionado “a populações autóctones de um país, região ou localidade”. Assim sendo, representa as várias etnias, com suas múltiplas expressões culturais.

Retornando à Constituição de 1988, verificamos que, contrariamente ao previsto, permanecem os conflitos de povos indígenas com produtores rurais, garimpeiros, grileiros, empresas de mineração, petróleo e gás, madeireiras ilegais, traficantes de drogas, dentre outros setores anti-indígenas (BRAGATO; BIGOLIN NETO, 2017; HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005; SILVA, 2018). Além disso, no governo do presidente Jair Bolsonaro foram somadas práticas políticas que estão sendo consideradas como crimes contra a humanidade e genocídio aos povos indígenas. Bragato, Almeida e Kestenbaum (2020, p. 102) lançam mão da Convenção do Genocídio, de 1948, para afirmar, em referência à pandemia de Covid-19, que

[...] não é exagero dizer que o Estado Brasileiro já se encontra em estado de violação da Convenção do Genocídio na medida em que, diante de uma situação dramática de vulnerabilidade dos povos indígenas, avança em uma política de ausência de proteções e de submissão à contaminação, quando deveria estar envidando esforços para salvaguardar a vida e a integridade física e cultural desses povos (BRAGATO; ALMEIDA; KESTENBAUM, 2020, p. 102).

Denúncias como as realizadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) geraram a abertura de uma investigação, pelo

Supremo Tribunal Federal (STF), de autoridades do governo Bolsonaro por suspeita de genocídio contra os yanomami (BIERNATH, 2023). Está claro que nossa Constituição democrática precisa ser cumprida e não refeita, como propôs o mesmo governo federal agora sob investigação (MARETTI, 2020).

Ainda há muito a ser feito para garantir que os povos indígenas tenham seus direitos respeitados e protegidos, o que reflete lutas do movimento indígena, movimento sociopolítico que foi iniciado em fins dos anos 1970, buscando o reconhecimento da diversidade cultural e dos direitos coletivos dos povos indígenas. Lançando mão de alianças entre indígenas e não indígenas, e criando unidades interétnicas, o movimento indígena “demonstra que o caráter parcial, relacional e fronteiro das identidades pode ser a força, e não um empecilho, à construção de um movimento forte, que transponha limites nacionais e internacionais” (ROCHA, 2021, p. 1264).

A comunicação entre indígenas e não indígenas passa a ocupar, portanto, um espaço central a ser investigado. Marcondes Filho (2019, p. 21) ressalta que “para acontecer a comunicação é preciso uma ocorrência muito mais ambiciosa em termos qualitativos, ou seja, ela tem de mexer com minhas próprias concepções de mundo”. Por conseguinte, entende-se a comunicação como uma cadeia de relações de saberes que nos constitui como sujeitos críticos e reflexivos diante da construção de identidades e, conseqüentemente, diante do conhecimento e do posicionamento do outro nas expressões comunicativas.

É neste sentido que poemas de resistência cultural correspondem a espaços que buscam manter vivos história, território e identidade indígena, criando, assim, estratégias interculturais de comunicação entre indígenas e não indígenas. Assumimos, assim, que os processos de comunicação literária indígena são permeados por relações de poder, de lutas e resistência dos povos originários contra todo tipo de exploração e dominação.

Partindo da possibilidade de empoderamento representada pela internet, apresentamos, neste estudo, o seguinte problema de investigação: a utilização de estratégias etnomidiáticas contribui para a preservação da cultura indígena? Objetivamos refletir acerca da utilização de

estratégias etnomidiáticas enquanto instrumentos de fortalecimento de identidade e resistência cultural a partir de poemas de Márcia Wayna Kambeba. Consideramos que a autora representa um exemplo do protagonismo assumido por indígenas no desenvolvimento da história literária marcada pela diversidade comunicacional.

Tendo a etnomídia como uma das fontes fundamentais para o desenvolvimento deste estudo exploratório, recorreremos à plataforma de vídeo YouTube como principal fonte de informação. A metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) foi utilizada para a seleção dos poemas “Índio eu não sou” e “Silêncio guerreiro” (KAMBEBA, 2018).

Literatura indígena e etnomídia

Segundo Marcondes Filho (2019, p. 19), a comunicação não está baseada apenas no compartilhamento de um acontecimento, mas “tem a capacidade de nos desarranjar, de nos desestabilizar, de provocar e, através disso, nos levar a pensar, nos incomodar”. Entende-se que a literatura possui essa função comunicativa, a qual nos interroga e instiga na busca de novos conhecimentos e, como consequência, transforma realidades culturais.

No contexto das lutas do movimento indígena foi aberto espaço para uma grande expansão da literatura indígena brasileira, na década de 1990, representando o reconhecimento de expressões culturais que durante muito tempo foram negadas por outras representações literárias. Assim, a arte literária de autoria indígena tem representado uma forma importante de resistência, de afirmação da identidade e da cultura dos povos indígenas. Rompendo com modelos de obras estéticas ocidentais e aprofundando diálogos interculturais com a sociedade, ela tem se tornado cada vez mais reconhecida e valorizada (DANNER; DORRICO; DANNER, 2020). Os autores, refletindo acerca da literatura indígena brasileira, sustentam que

[...] para os povos indígenas, para as minorias culturais, para os grupos subalternos à modernização ocidental, profundamente determinada e orientada pelo colonialismo, ontem e hoje, a experiência fundamental de modernização, que é a violência, a exclusão e o silenciamento, deve ser enfrentada exatamente pela visibilização, pela

enunciação autoral da própria voz, pela publicização das experiências e das histórias próprias, pela politização da própria condição, bem como por um ativismo direto e pungente (DANNER; DORRICO; DANNER, 2020, p. 72).

A importância e a necessidade de expressão esbarram na dificuldade de publicar livros com temáticas indígenas, escritos por indígenas. Conforme relata Jekupé (2020, n. p.): “não é fácil publicar um livro no Brasil, especialmente na questão do tema dos povos indígenas, nem sempre a gente tem o apoio de editoras”. Nesse sentido, muitas autorias publicam suas obras com recursos próprios, quando não conseguem apoio editorial.

É comum críticos literários não reconhecerem o valor da literatura indígena realizada pelos próprios indígenas por acharem que a oralidade é a principal forma de expressão literária deles. Outra questão é que leitores se desinteressam pelas produções culturais de indígenas por falta de consciência ou reconhecimento histórico, social e cultural dos povos originários enquanto integrantes da identidade nacional. Por isso mesmo, o conteúdo das produções literárias indígenas expressa resistência e arte no cenário cultural da diversidade.

Mais recentemente os limites do mercado editorial passaram a ser rompidos, de modo que o consumo e a distribuição da produção literária estão sendo cada vez mais difundidos pelos diversos meios de comunicação midiática e, entre eles, a comunicação alternativa. Segundo Tupinambá (2016, n.p), “realizar uma comunicação alternativa e diferente da convencional abre um leque de possibilidades que são limitadas na mídia tradicional. É uma mídia livre de alguns formatos preestabelecidos e condicionados às estruturas fechadas no jornalismo”.

Nessa perspectiva, verificamos vários pontos de conexão que unem tecnologia, espaço e tempo nas experiências culturais e de resistência de povos indígenas. São redes informativas de saberes e conteúdos simbólicos, atravessados pela inserção da comunicação em suas múltiplas linguagens. Em outros termos, a literatura indígena vem sendo cada vez mais marcada pela diversidade comunicacional, com o uso de vários recursos, inclusive das mídias como espaço de possibilidades e reco-

nhecimento. Assim sendo, de acordo com Rodrigues, Ferreira e Ribeiro (2016):

A literatura indígena é marcada pela arte, história e comunicação de povos que buscavam reconhecimento histórico-social na contemporaneidade, tendo um espaço próprio para construir sua etnomidialogia e fazê-la um meio comunicacional para alcançar metas em geral – entre elas, reconhecimento literário (RODRIGUES; FERREIRA; RIBEIRO, 2016, p. 4).

Em publicações na internet, o próprio texto, como narrativa, apresenta-se de diversas formas, associando signos linguísticos e signos icônicos, como fotos e desenhos. Fiel à ideia de movimento, a modalidade de escrita de poemas representada pela videopoesia ou videopoema é conhecida também com outras nomenclaturas, como ciberpoema, poética digital, vídeoarte, vídeo de textos declamados ou lidos. Diante dessas possibilidades semióticas, Ferreira (2010) ressalta que:

A vídeoarte traz a inserção da temporalidade como um dos grandes ganhos na arte e na poesia (quando da vídeoarte deriva a videopoesia). Sendo entendida como uma experimentação audiovisual caracterizada pela interpenetração de signos provenientes de vários regimes semióticos, pois envolve a imagem, o áudio, o texto, a animação, dentre outros, esse tipo de trabalho foi decisivo para as mudanças na arte da década de 1960 até a contemporaneidade. (FERREIRA, 2010, p. 63).

A apropriação da tecnologia pelos indígenas remete ao surgimento do termo etnomídia indígena em referência a um campo de estratégia comunicacional alternativa que potencializa o fortalecimento entre as culturas indígenas e não indígenas. De um modo geral, etnomídia é um termo que se refere à produção de mídia por grupos étnicos historicamente discriminados, como indígenas e negros. Além disso, tornou-se um campo de estudo que se concentra na análise das representações culturais e identitárias em meios de comunicação de massa, como televisão, cinema, rádio, jornais e revistas, bem como em mídias digitais. Neste sentido, explora como representações culturais dispostas na mídia afetam as relações entre diferentes grupos étnicos, bem como a autoi-

magem e autoestima das pessoas pertencentes a esses grupos (FREITAS, 2021; SANTI; ARAÚJO, 2022).

Segundo Tupinambá (2016):

Etnomídia é uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, por meio da convergência de várias mídias dentro de uma visão etno. Por isso o uso deste prefixo. Ela é uma forma que promove a descolonização dos meios de comunicação, podendo ser executada por diferentes identidades étnicas e culturais. A apropriação dos meios de comunicar tornou possível aos povos serem seus próprios interlocutores. (TUPINAMBÁ, 2016, n.p.).

Tomando a ancestralidade indígena como lugar de fala, vem sendo possível demarcar uma interface de conhecimentos diversos diante das produções literárias.

Temos, assim, uma mídia livre e independente, que cria a sua própria forma de comunicação. Desprendida da comunicação hegemônica, enquanto aparelho ideológico, a etnomídia vem assumindo um papel de protagonismo por meio de um movimento de comunicadores, com depoimentos em redes sociais digitais, com divulgação de lutas sociais e, enfim, como um espaço de resistência cultural.

Identidade e resistência cultural em poemas de Márcia Kambeba

Márcia Vieira da Silva, conhecida pelo nome artístico de Márcia Wayna Kambeba, é uma indígena brasileira do povo Omágua/Kambeba, do Alto Solimões, no Amazonas. Nascida em 1980, aos 16 anos ela se mudou para a cidade de Manaus em busca de educação e melhores oportunidades, tornando-se mestra em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ela é reconhecida por seu ativismo em defesa dos direitos dos povos originários, da igualdade de gênero e da preservação da floresta amazônica, o que a tem levado a participar de eventos e conferências em diversos países. Em 2020, Márcia se candidatou ao cargo de vereadora pela cidade de Belém, pelo PSOL. Embora não tenha sido eleita, foi nomeada como Ouvidora Geral da capital paraense no ano seguinte, compondo o secretariado do novo prefeito Edmilson Rodrigues (PSOL) e tornando-se, assim, a primeira pessoa indígena em

um posto de primeiro escalão da cidade (KAMBEBA, 2021a; MELO, 2021).

Poeta, Márcia Kambeba publicou, dentre outros, os livros “Ay kakyri Tama - eu moro na cidade” (2018), e “O lugar do saber ancestral” (2021). “Trata-se de uma literatura com viés social, político e humanitário, engajada, militante, guerreira” (MELO, 2021, p. 110). Neste estudo, acompanhamos em suas incursões poéticas, que usam a tecnologia a seu favor sem deixar de expressar a narrativa oral de forma tradicional, inclusive em sua língua materna, e coexistindo com toda uma performatividade em conexão com imagens, movimentos de dança, uso de instrumentos musicais, como o maracá, vestimentas e acessórios indígenas. No canal de Márcia Kambeba no YouTube¹ é possível encontrar palestras, entrevistas, e performances musicais e literárias. Esse canal é um espaço em que ela compartilha suas experiências, conhecimentos e lutas em defesa dos direitos dos povos indígenas e da preservação da floresta amazônica.

Dentre os conteúdos que podemos encontrar no canal, destacam-se: (a) vídeos em que Márcia Kambeba discute temas como a luta dos povos indígenas pela demarcação de suas terras, a importância da preservação ambiental e cultural, a valorização da identidade indígena e a luta contra o racismo; (b) entrevistas com lideranças indígenas e ativistas de diferentes regiões do Brasil e do mundo, em que são discutidos temas como a defesa dos direitos dos povos indígenas, a situação das comunidades tradicionais, as mudanças climáticas e a relação entre povos indígenas e a sociedade não indígena; e (c) vídeos em que Márcia apresenta a sua poesia, abordando a realidade dos povos indígenas e a relação destes com a cultura e o meio ambiente.

Os poemas de Márcia Kambeba são baseados em narrativas orais, canções populares e tradições culturais dos povos originários, e especialmente em seu povo, Omágua/Kambeba. No YouTube, ao recitar poemas de sua autoria, ela utiliza o canto como performance, sendo a própria imagem um ponto de reunião entre conteúdo e expressão. Assim, os poemas cantados estão centrados na língua materna da autora, em

1. Disponível em: <https://www.youtube.com/@MarciaVieiradaSilva/videos>. Acesso em: 29 mar. 2023.

conexão com imagens, movimentos de dança e o uso de instrumentos musicais, vestimentas e acessórios indígenas.

Em um dos vídeos de seu canal, com inúmeras visualizações e curtidas, a artista fala sobre “Ay kakyri tama: eu moro na cidade”.

Esse vídeo é uma forma de informar acerca da vivência, cultura e arte dos povos indígenas, de modo particular do meu povo Kambeba [...] esse trabalho tem como base o meu mestrado e o livro AY KAKYRI TAMA que mesmo sendo de poemas fala dessa questão cultural e identitária dos povos, com participação especial do Grupo AY KAKYRI TAMA cantando a cultura e arte dos povos indígenas (KAMBEBA, 2015, n.p.).

O vídeo em questão mistura diversos elementos comunicacionais que integram natureza (mata, água, rios) e espaço urbano, como instrumentos musicais (maracás, violão, chocalhos, tambor), cantores/as, compositores/as, cantos, fotografias, colares, livros, o que caracteriza um universo de elementos criativos multifacetados. Observamos, assim, uma variedade de elementos culturais presentes em seu trabalho autoral.

Vale ressaltar que “é o chacoalhar do maracá que quebra os silenciamentos forçados pelos processos de dominação de territórios e vidas” (VIEIRA, 2020, p. 68). O maracá, que tem um simbolismo cultural sagrado, “quebra” silenciamentos e invisibilidades, sendo utilizado como instrumento de resistência presente em qualquer manifestação cultural indígena, seja acompanhado com o uso da voz, do canto, do movimento do corpo ou em uma performance poética.

De modo a relacionar a descrição de conteúdos discursivos produzidos em espaços midiáticos, enquanto ferramenta de fortalecimento da identidade e da cultura indígenas a conteúdos interpretativos sobre aspectos culturais em poemas, acompanhados da oralidade (performance) como pano de fundo, utilizamos, neste estudo, a metodologia de Análise de Conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin (2011). Tal metodologia consiste em identificar, classificar e organizar unidades de significado de modo a permitir analisar dados qualitativos, como entrevistas, discursos, textos e imagens. Segundo Franco (2008, p. 12), “o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou

diretamente provocada”. Bardin (2011, p. 37) resume essa perspectiva ao afirmar que a Análise de Conteúdo é um instrumento “marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

Com base em poemas apresentados por Márcia Kambeba em vídeos disponibilizados no YouTube, foram criadas duas categorias de análise: “identidade” e “resistência”. Tais categorias subsidiaram a escolha de dois poemas, que, cada um a seu modo, destacam aspectos culturais específicos e contribuem para a compreensão de estratégias etnomidiáticas enquanto instrumentos de fortalecimento da cultura indígena.

Os dois poemas utilizados, “Índio eu não sou” e “Silêncio guerreiro” (KAMBEBA, 2018), que representam as categorias de análise “identidade” e “resistência”, respectivamente, são apresentados no Quadro 1 de modo a evidenciar as estratégias etnomidiáticas escolhidas em cada caso para demarcar a presença de aspectos culturais específicos.

	Categorias de análise / poemas	
	Identidade (“Índio eu não sou”)	Resistência (“Silêncio guerreiro”)
Aspectos culturais	Floresta, canoa, água, animais, adornos (colar, pulseira, anel, penas), rio, maracá, palhas, farinha, dança, Uka, Não me chame de “índio”, Kambeba, Tembê, kokama, Sataré, Guarani, Arawaté, Tikuna, Suruí, Tupinambá, Pataxó, Terena, Tukano.	Território indígena, “o silêncio é sabedoria milenar”, “aprendemos com os mais velhos”, flecha, natureza, chão, “canto da mãe d’água”, dança, canto.
Estratégias etnomidiáticas	Som (natureza, pássaros e outros), performance, música, maracá (instrumento principal), imagens (floresta e cidade).	Performance, adornos, maracá (instrumento principal), megafone.

Quadro 1 – Aspectos culturais e estratégias etnomidiáticas nas categorias de análise

Fonte: Elaborado pelos autores

Com relação ao poema “Índio eu não sou” (KAMBEBA, 2018)², dos dados presentes no vídeo, destacamos palavras na língua portuguesa e materna da autora, imagens da floresta e da cidade, sons diversos e o uso de adornos. Nota-se a recitação e canto (performance) como presenças culturais marcantes na trajetória identitária de Márcia Kambeba, de modo que a leitura de um poema no canal da autora indígena não é realizada apenas visualmente, mas é um exercício que reúne saberes diversos, como linguagens, culturas e memórias, entre outros processos de construção do conhecimento, conforme representado visualmente na Figura 1.



Figura 1 – Imagem retirada do vídeo “Índio eu não sou”
Fonte: Canal de Márcia Wayna Kambeba no YouTube.

Verificamos, portanto, que a literatura indígena, expressão de manifestações orais, escritas e de tantas outras linguagens possíveis, não representa o diferente ou o exótico sobre o pensamento do passado colonial, mas torna-se protagonizada por sujeitos indígenas que expandem suas produções culturais por meio de saberes e diálogos nas fronteiras etnomidiáticas.'

A literatura indígena é uma fonte inesgotável de informações e experiências, principalmente quando abordam questões que envolvem a identidade, a qual passa por transformações nas estruturas interculturais, em que um determinado discurso com o outro se manifesta sempre em uma relação (RAJAGOPALAN, 2003). É preciso considerar

2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ERrggCQvK_o. Acesso em: 29 mar. 2023.

as amarras históricas e sociais a que vem sendo submetida a identidade indígena, que nos colocam diante de um Estado que “continua sustentando e legitimando uma relação de poder profundamente assimétrica de dominação, negação, opressão, inferiorização, discriminação, racismo e inviabilização dos povos indígenas e de outros grupos étnicos subalternizados” (BANIWA, 2016, p. 50).

A literatura, ao abordar o contexto identitário do indígena, que transita ou vive na cidade, manifesta a presença de discursos que estão sempre em profunda conexão com as origens ou saberes ancestrais, como expressa Kambeba (2021b, p. 15).

Deixamos a aldeia para viver na cidade, onde minha avó continuou com seus rituais de banhos e defumações. No ato do preparo, ela ia me ensinando para que servia cada planta que utilizava e também a importância das defumações em uma aula que faria parte da construção da minha identidade agora na cidade, mas sem perder meus costumes e conhecimentos de aldeia.

Em seus poemas, a autora vai descrevendo a sua cultura, revelando fortes traços de elementos vinculados à natureza, à memória e à construção da sua identidade. Dessa maneira, a identidade expressa vários sentidos, podendo estar relacionada com histórias do passado e do presente, com a memória individual e coletiva, e como dualidades culturais na aldeia ou na cidade.

Com um enfoque cultural entrelaçado com vários conteúdos discursivos sobre resistência, o poema “Silêncio guerreiro” transmite uma mensagem sobre a importância de silenciar para ouvir o pedido de socorro que vem da terra (território, natureza, chão, lar e nação). Os dados identificados no vídeo correspondem a palavras na língua portuguesa, frases, imagens da cidade (público participante), uso de megafone, uso de adornos e de instrumento musical indígena, conforme apresentado visualmente por meio da Figura 2.

Conforme Olivieri-Godet (2020, p. 9), a literatura indígena “revela-se como um lugar utópico de sobrevivência e de resistência, mas também de mediação, que propicia formas originais de expressão artística, mas que, no entanto, não renuncia a uma reapropriação memorial do território geocultural dos ancestrais”. Nestes termos, enquanto sujeitos

híbridos, destacam-se autorias indígenas que, por meio da utilização de várias abordagens linguísticas no fazer artístico, encontram no espaço literário um ambiente favorável para reviver memórias e criar formas de resistência cultural.



Figura 2 – Imagem retirada do vídeo “Silêncio guerreiro”
Fonte: Canal de Márcia Wayna Kambeba no YouTube

De acordo com Eliane Potiguara (2021, n.p.), a literatura, uma das formas de resistência dos povos originários,

[...] surgiu como um grito de socorro, com a necessidade de mostrar nossa cultura, nossas tradições. Por isso que eu digo que essa literatura é uma literatura de resistência. Isso você vai encontrar em quase todos os escritores, vão estar falando isso. É uma literatura no sentido de resistir enquanto etnia indígena, enquanto povos tradicionais, povos originários.

A literatura, portanto, amplia as possibilidades de visões de mundo e é uma excelente ferramenta para a sociedade não indígena conhecer formas de resistência cultural dos povos originários.

Considera-se que a resistência, enquanto fenômeno político-cultural, não está embasada em função de uma luta isolada ou de um passado histórico de determinados grupos sociais, mas em uma construção de autoafirmação, pois “um povo impossibilitado de refletir sobre a sua função no mundo é, com efeito, um povo oprimido” (GLISSANT, 2005, p. 102). Por seu turno, a noção de opressão social corresponde a um silenciamento de povos considerados oprimidos. No entanto, silêncio pode assumir uma forma de resistência, sendo uma das formas de responder

“não” à dizimação total de muitos povos indígenas e, portanto, podendo ser compreendido como estratégia de sobrevivência e perpetuação cultural e identitária.

Para o povo Omágua-Kambeba, o silêncio por séculos foi considerado um ato de *defesa e resistência* contra o colonialismo. Como afirma Silva (2012, p. 59),

O povo Omágua/Kambeba, que outrora habitou parte da várzea do Alto Amazonas, configura-se como um dos povos que por pouco não foi dizimado em consequência da aproximação com o dito branco. Seu silêncio foi uma estratégia de defesa e resistência perante a escravidão, guerras etc. A luta pela reafirmação étnica do povo Omágua/Kambeba tem seu início na década de 1980, juntamente com o surgimento de outros movimentos indígenas.

Entre silenciamentos, lutas e resistências por direitos originários como estratégia de sobrevivência, a literatura indígena tem o papel de manter viva a voz dos silenciados, de oportunizar a continuidade das culturas indígenas e, conseqüentemente, a permanência desses povos como protagonistas “que não podem mais ser idealizados como personagens de ficção romântica do passado” (KAYAPÓ, 2016, p. 71).

A análise e interpretação da ancestralidade dos povos indígenas, do passado histórico-social, de formas de resistências culturais, realidades linguísticas, culturais e identitárias dos povos indígenas por meio de conteúdos de poemas indígenas, vinculados em diferentes espaços de aprendizagens etnomidiáticas, permite perceber a existência de um manancial de possibilidades comunicativas na literatura indígena contemporânea.

Considerações finais

A poesia indígena enquanto linguagem, além da beleza estética, se constitui por meio de conteúdos comunicativos de naturezas diversas, de categorias cercadas de facetas culturais, interculturais e carregadas de protagonismos histórico-sociais. Por isso, neste estudo, acolhemos a necessidade de escolher especificamente um objeto que contemplasse

essas diversidades. Neste caso, optamos pela escolha de poemas indígenas na tentativa de entender esses contextos interdisciplinares.

Diante dos vários poemas disponibilizados por Márcia Kambeba em seu canal no YouTube, selecionamos dois, que foram desconstruídos em seus conteúdos, decompondo as partes textuais e demais linguagens para, em seguida, buscar novas relações entre os dados que representassem as categorias analisadas. Consideramos que os poemas oportunizaram conhecer, de forma mais clara, representações e dimensões, permitindo a realização do objetivo de refletir acerca da utilização de estratégias etnomidiáticas enquanto instrumentos de fortalecimento de identidade e resistência cultural.

Quanto ao problema de investigação, verificamos que a utilização de estratégias etnomidiáticas contribui para a preservação da cultura indígena, a exemplo dos poemas apresentados por Márcia Kambeba que, em seu conjunto, permitiram destacar categorias de análise bastante significativas, como “identidade” e “resistência”. São reforçados, assim, o protagonismo e o reconhecimento da literatura indígena na contemporaneidade.

Foi necessário usar todos os sentidos humanos, mas acima de tudo enxergar com o coração, com o silêncio e com a escrita, seguida da voz, dos gestos e do canto ancestral de Márcia Kambeba para encontrar uma conexão com a literatura. Foi necessário, também, construir imaginários, relacionar-se com o passado, na tentativa de encontrar uma conexão com a ancestralidade por meio de outras autorias indígenas contemporâneas que compartilham suas produções literárias e seus conhecimentos epistemológicos, sustentados por práticas socioculturais como suas identidades, lutas pelo direito territorial, valores, costumes, resistências históricas e tantos outros conteúdos.

Poemas indígenas não seguem uma rigidez na sua composição, apenas uma concepção diferente na escrita, pois há línguas, culturas, cosmologias e tantos lugares de saberes diferentes, de modo que seguem uma criação, transmissão e recepção de modo diferenciado, dependendo da autoria indígena. Literaturas relacionadas aos estudos da comunicação midiática se ampliaram no cenário cultural indígena, não sendo mais vistos apenas como uma valorização de textos escritos por

meio de uma produção estética, embora estejam permeados por uma esteticidade própria.

É preciso semear palavras, reflorestar pensamentos, colher e acolher outras culturas por meio de poemas. Esses poemas reverberam para além de categorias de análise que lhes possam dar suporte, pois, acima de tudo, representam um espaço que vem se afirmando pela mediação da escrita e outras linguagens possíveis na busca por reconhecimento de direitos e valorização da cultura dos povos indígenas.

Referências

BANIWA, Gersem. Língua, educação e interculturalidade na perspectiva indígena. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues (Org.). *Das margens*. Rio de Janeiro: Neplan, 2016. p. 41-56.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Thiago Almeida. *Coração da Amazônia, território em disputa: movimento indígena e representação política em campanha contra hidrelétricas*. Curitiba: Appros, 2023.

BIERNATH, André. Por que governo Bolsonaro é investigado por suspeita de genocídio contra os Yanomami. *BBC News Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64417930>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRAGATO, Fernando F; ALMEIDA, Marco A. D. de; KESTENBAUM, Jocelyn G. *Povos indígenas, genocídio e pandemia no Brasil*. Revista Culturas Jurídicas, v. 7, n. 17, maio./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/44623/28882>. Acesso em: 27 mar. 2023.

BRAGATO, Fernanda Frizzo; BIGOLIN NETO, Pedro. *Conflitos territoriais indígenas no Brasil: entre risco e prevenção*. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 156-195, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/QwksQbVvrLyPMrsrYBzJjMk/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DANNER, Leno Francisco; DORRICO, Julie; DANNER, Fernando. Decolonialidade, lugar de fala e voz-práxis estético-literária: reflexões desde a literatura indígena brasileira. *Alea: Estudos Neolatinos*, v. 22, n. 1, p. 59-74, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/330/33064173005/html/>. Acesso em: 30 mar. 2023.

FERREIRA, Ana Paula. *Espaço e poesia na comunicação em meio digital*. 2010. 361f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/5294>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. *Análise de conteúdo*. 3 ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

FREITAS, Roney de Gouveia. *Yandê: etnomídia pela poética de uma web rádio indígena*. 2021. Dissertação (Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

GLISSANT, Édouard. *Introdução a uma poética da diversidade*. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquista e desafios. *Estudos Avançados*, v. 19, n. 53, p. 237-255, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/5RnftMKtzRwmyTMrKpQX63S/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

JEKUPÉ, Olívio. A literatura indígena tem o papel de conscientizar a sociedade. [Entrevista concedida a Julie Dorrico] *Revista Acrobata*, 2020. Disponível em: <https://revistaacrobata.com.br/julie-dorrico/entrevista/a-literatura-indigena-tem-o-papel-de-conscientizar-a-sociedade-entrevista-com-olivio-jekupe/> Acesso em: 28 mar. 2023.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *Ay Kakyri Tama: eu moro na cidade*. 2 ed. São Paulo: Pólen, 2018.

KAMBEBA, Márcia Wayna. A força da mulher indígena. *Fragmentum*, Santa Maria, n. 58, p. 221-224, 2021a.

KAMBEBA, Márcia Wayna. *O lugar do saber ancestral*. 2 ed. São Paulo: UK'A, 2021b.

KAYAPÓ, Edson. Identidade e literatura indígena: o encontro necessário na escola brasileira. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues (Org.). *Das margens*. Rio de Janeiro: Neplan, 2016, p. 57-75.

MARETTI, Eduardo. Constituição democrática precisa ser cumprida, e não refeita. *Rede Brasil Atual*, 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/constituicao-democratica-precisa-ser-cumprida-e-nao-refeita/>. Acesso em: 27 mar. 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. A questão da comunicação. *Revista de Comunicação da FAPCOM*, v. 3, n. 5, 2019. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista/index.php/revista-paulus/article/view/87/81>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MELO, Carlos Augusto. Márcia Wayna Kambeba e as literaturas indígenas no Brasil. *Revista Igarapé*, Porto Velho (RO), v. 14, n. 2, p. 106-122, 2021.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Vozes de mulheres ameríndias nas literaturas brasileira e quebequense*. Rio de Janeiro: Makunaíma, 2020.

POTIGUARA, Eliane. Literatura produzida por indígenas: A literatura produzida por indígenas é destaque no Autores e Livros. [Entrevista concedida a Anderson Mendanha] *Rádio Senado*, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/autores-e-livros/2021/12/17/literatura-produzida-por-indigenas>. Acesso em: 26 mar. 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola, 2003.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A construção da cidadania indígena no Brasil e suas contribuições à teoria crítica racial. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, n. 2, p. 1242-1269, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/qjw8c7yvWRnBYKcMxxZ39GS/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

RODRIGUES, Renan Albuquerque; FERREIRA, Adeandra Rodrigues; RIBEIRO, Dener Albuquerque. *Comunicação e etnomidialogia na prática de escritores indígenas amazônicos Maraguá e Sateré-Mawé Renan*. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 15, Boa Vista, RR. *Anais [...]*. Boa Vista, RR, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/norte2016/resumos/R49-0216-1.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SANTI, Vilso Junior; ARAÚJO, Bryan Chrystian. Representações do Movimento dos Povos Indígenas na etnomídia roraimense. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 45, e2022123, 2022.

SILVA, Elisangela Cardoso de Araujo. *Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 133, p.

480-500, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/>. Acesso em: 26 mar. 2023.

SILVA, Márcia Vieira da. *Reterritorialização e identidade do povo Omágua-Kambeba na aldeia Tururucari-Uka*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

TUPINAMBÁ, Renata Machado. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. *Brasil de Fato*, 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios>. Acesso em: 26 mar. 2023.

VIEIRA, Fernanda Kaká. Literaturas indígenas: território do saber. *Poesia indígena hoje*, n. 1, p. 67-70, 2020. Disponível em: http://www.p-o-e-s-i-a.org/dossies/#dearflip-df_2733/27/. Acesso em: 8 fev. 2023.

CAPÍTULO 3

Narrativas indígenas redesenham territórios na “Última Floresta”

THIAGO ALMEIDA BARROS

VÂNIA MARIA TORRES COSTA

EDGAR MONTEIRO CHAGAS JUNIOR

Representantes de povos indígenas, especialmente integrantes de movimentos sociais e artistas, têm procurado intervir em discussões públicas para garantir visibilidade à agenda dessas comunidades no Brasil. Na atualidade, esse processo tem como exemplos iniciativas de ativistas – muitos deles com apoio de Organizações Não Governamentais (ONGs) –, de coletivos e produtores de conteúdos audiovisuais. Neste cenário, surge uma multiplicidade de narrativas e alternativas de comunicação, que variam de acordo com organizações culturais, políticas, sociais e cosmológicas (SOUZA, 2018).

A questão indígena tem sido palco de debates ao longo dos séculos, principalmente desde o momento em que inúmeras etnias passaram a ser consideradas entraves ao estabelecimento da colônia portuguesa no território brasileiro. Vítimas de todo tipo de violência, também foram alvo de paternalismos no que concerne ao tratamento de sociedades autóctones; pela repressão; e regime tutelar e assistencialista, este último ainda vigente no país. Esta dinâmica – não exclusiva da história do Brasil – representa “um intercruzamento que infelizmente se dá como embate entre dois tipos de civilização, dois grandes complexos de possi-

bilidades do ser humano.” (GOMES, 2017, p. 22). A saber, a indígena e a do homem branco.

O posicionamento discursivo do movimento e de organizações indígenas a partir da década de 1990 preparou terreno para a consolidação da atuação nos anos 2000, fortemente influenciada pela ampliação do acesso a novas tecnologias da informação e pela aceleração dos impactos da globalização. Neste período, percebe-se a consolidação de espaços de representação do movimento indígena nas esferas públicas, por meio das suas organizações e de várias lideranças de grupos indígenas que passaram a ocupar espaços de maior visibilidade no conjunto da sociedade nacional, mas também em boa parte do mundo (BANIWA, 2012).

Apesar de grande parte das iniciativas esbarrarem na dificuldade financeira para manutenção das ações, a retomada da autoestima indígena contemporânea – situação reforçada pela possibilidade de continuidade étnica, de se manter como indígena –, aliada ao acesso a recursos materiais e novas tecnologias, tem possibilitado a reafirmação de identidades, reelaboração de projetos de sociedade para o futuro, além da definição de novos caminhos de atuação para o movimento social indígena (BANIWA, 2012).

Na luta pela apropriação social da natureza não está em jogo a disputa apenas pelo espaço físico, mas sim, a busca de espaços preenchidos por diferentes significações, denominados como territórios, neste caso, social e simbolicamente produzidos. Analisar produções comunicacionais a partir do ponto de vista de territórios implica em, mais do que investigar a relação sociedade-natureza, concentrar-se na relação sociedade-sociedade e nos conflitos oriundos da produção de sentidos sociais concorrentes¹.

Nas últimas três décadas, tem se desenvolvido uma crescente caminhada de grupos indígenas rumo à apropriação de novas tecnologias para fins de representação de demandas e, conseqüentemente, a elaboração de conteúdos audiovisuais, entre eles produções cinematográficas

1. Consideramos o conceito de território como campo que abriga relações de poder, uma categoria de análise da geografia, incluída na concepção de espaço de Milton Santos: conjunto de objetos materiais, ações in loco e estratégias simbólicas – e regido pela circulação de capitais e informações (SANTOS, 1999).

ou documentais, internamente às comunidades ou em coautoria com não indígenas. “Para os povos indígenas, a apropriação dos meios de comunicação, sobretudo os de produção audiovisual, emergem como canais expressivos para a preservação da memória coletiva e autodeterminação.” (COSTA; GALINDO, 2021).

A produção audiovisual indígena, e sobre os indígenas, ganha nova força, especialmente quando produtos cinematográficos ocupam espaços globais de ampla visibilidade. Tornam-se caminhos de resistência e também de expressão. Denunciam tragédias, mas propõem perspectivas. Muitos desses documentários e filmes, inclusive, estão envolvidos em contextos de mobilização social de abrangência internacional, exibição em plataformas de *streaming*, apresentações em festivais cinematográficos e eventos políticos de referência, amplificando a legitimação das narrativas indígenas e consolidando a aproximação de novos públicos.

Nesse contexto, nos interessa analisar neste capítulo o documentário “A Última Floresta” (*The Last Forest*, 76 min.), lançado no Brasil em 2021. A produção tem roteiro produzido pelo diretor Luiz Bolognesi e pelo escritor, ator e líder político, Davi Kopenawa Yanomami. O próprio Davi, no posto de Xamã² de uma aldeia Yanomami na Amazônia, defende a cosmologia indígena³ e tenta manter entre os jovens da comunidade o modo de vida e as tradições e visões sobre os espíritos da floresta diante dos “encantos” do mundo branco trazidos pela expansão do garimpo ilegal.

O documentário apresenta pressões comuns envolvendo a disputa por terras indígenas localizadas no Brasil, mas destaca narrativas e cosmovisões que abrem perspectivas para o futuro. A própria produção documental, a estética das imagens e o roteiro em si podem ser caracterizados como práticas comunicacionais sensíveis – para evidenciar subjetividades e explorar potências, distanciando-se do contexto de

2. O Xamã é considerado um líder religioso, referência no sistema de pensamento da comunidade e também pode atuar como referência política (ISA, 2018).

3. A cosmologia indígena faz referência aos saberes de etnias e como compreendem a criação e configurações do universo, especialmente a relação dos humanos em sinergia com a terra e outros seres vivos (ISA, 2018).

comunicações de larga escala – que amplificam a resistência de modos de vida possíveis, no entanto, em conflito com o mundo capitalista e não indígena.

Uma das possibilidades de análise do documentário é enquadrá-lo como objeto da narratologia, como expressão narrativa factual e que engloba a produção cultural de sentidos. Assim, observamos os enunciados a partir de três instâncias: a) o plano de expressão: linguagem ou discurso; b) o plano da estória: ou conteúdo, enredo ou intriga; e c) o plano da metanarrativa: pano de fundo, temas, fábula e modelos de mundo (MOTTA, 2013). No processo, buscamos compreender como essa prática narrativa problematiza temáticas amazônicas relacionadas a existências, direitos e realidades distintas daquelas relacionadas às diversas formas de exploração de territórios e sujeitos.

Consideramos que este objeto se enquadra no contexto do que atualmente se denomina como “giro ecoterritorial” das lutas, em uma valorização das terras e territórios dos países latino-americanos, destacando uma nova gramática dos movimentos indígenas e camponeses. Um processo direcionado ao futuro, com o objetivo de reaproximar os seres humanos da natureza (SVAMPA, 2016). O restabelecimento dessa relação homem-natureza, que contrapõe a lógica capitalista, pressupõe a existência de novos atores sociais, que não somente resistem, mas ressignificam as suas existências a partir de alternativas de vida. Essa dinâmica de lutas “assentou as bases de uma linguagem comum de valoração sobre a territorialidade, que dá conta cada vez mais da confluência inovadora entre matriz indígena-comunitária e o discurso ambientalista.” (SVAMPA, 2016, p. 146-147).

A linguagem ecoterritorial apresentada por Svampa (2016) avança justamente no ponto futuro, no qual movimentos sociais se posicionam a partir de narrativa de ordem instituinte, a fim de defender o novo. Assim, ganham destaque as seguintes marcas ou temas que atravessam essa linguagem de valoração alternativa sobre a territorialidade: a) Bens Comuns (elementos de garantia compartilhada de sustento de formas de vida em um território); b) Justiça Ambiental (sujeitos considerados não como apartados, mas como parte integral do ambiente); 3) Bem Viver (alternativas para equilíbrio da reprodução da vida social); e 4) Direitos

da Natureza (perspectiva jurídico-filosófica que considera a natureza como sujeito de direitos).

Histórico e sentidos do cinema indígena

Em todos os continentes a luta indígena ganhou uma nova dimensão de desenvolvimento político e de visibilidade (SILVA, 2000; SOUZA, 2018). O movimento indígena encampou ações de produção cultural com diferentes expressões sobre integridade, conservação, conexão com a natureza, espiritualidade e participação. As dinâmicas deste processo permitiram a criação de “novas representações e interpretações e ensaiam linguagens renovadas.” (JIMENO, 2012, p. 54).

No Brasil, o acesso a recursos materiais e a novas tecnologias tem impulsionado a produção de discursos de “reafirmação das identidades reprimidas e a (re)elaboração/(re)construção de novos projetos societários para o futuro.” (BANIWA, 2012, p. 207). A presença de indígenas em espaços contemporâneos de comunicação faz emergir uma noção de autorrepresentação, com a produção simbólica de práticas e identidades culturais (PEREIRA, 2015; BARROS; CHAGAS JUNIOR, 2022).

Frey e Brito (2020) identificam, a partir de 2010, uma expansão do cinema indígena com temáticas e formatos cada vez mais diversificados e abordagens de diferentes perspectivas, especialmente pela possibilidade de uma relação intercultural entre diretores indígenas e não indígenas. Cineastas, roteiristas e diretores indígenas têm se destacado em festivais nacionais e internacionais e conquistado premiações, estabelecendo um novo espaço de visibilidade de discursos e racionalidades de povos originários.

Esta configuração do cinema indígena é um movimento global e cresceu concomitantemente, de forma orgânica, em várias regiões, com destaque para iniciativas nas Américas, onde produtores e artistas indígenas discutem questões a partir de perspectivas semelhantes e preocupam-se com a afirmação política indígena e renascimento cultural (DUDEMAINE; MARCOUX; ST-AMAND, 2020; PINHEIRO, 2022).

Baker (2023) observa a produção recente de cinema indígena na América Latina como espaço alternativo emergente que contesta formas dominantes de representação. Córdova (2014), que estudou a produção

de documentários indígenas na Bolívia e no Brasil, ressalta a riqueza e diversidade de práticas narrativas decoloniais – que se opõem a estruturas e padrões impostos a povos subalternizados –, com características experimentais, heranças de cunho ativista e promotoras de autodeterminação.

Essas produções cinematográficas indígenas fazem contraponto às narrativas etnográficas cristalizadas socialmente desde a empreitada colonial e ajudam a repensar a história. Neste sentido, em estudo sobre a produção documental do Coletivo Guarani Mbya de Cinema, Aurélio Felipe (2019) descreve a elaboração de contranarrativas fílmicas, atos decoloniais de desobediência institucional, nas quais

[...] identifica-se um regime imagético que configura atos de desobediência fílmica e histórica, além de desnudar a colonialidade do poder, do saber e do ser em volta do povo Guarani. Identificam-se também processos de metalinguagem, que confundem os espaços fílmicos e históricos, criam uma rede intrincada entre os filmes e forçam o cinema para além de suas fronteiras. (AURÉLIO FELIPE, 2019, p. 231).

A complexidade do regime imagético citado por Aurélio Felipe (2019) é fruto de um processo iniciado na década de 1970 e que ganhou velocidade e consistência nas duas últimas décadas: os indígenas começaram, com maior intensidade, a deixar o lugar de objetos para assumir a posição de sujeitos da produção cinematográfica no Brasil (NUNES; SILVA; SILVA, 2014). Essa mudança de eixo remarca a posição internacional do cinema brasileiro justamente pela exibição em festivais, salas comerciais e plataformas de *streaming*, e premiação de produções totalmente indígenas ou em coautoria com indígenas.

No Brasil, aponta Freitas (2019), os festivais de cinema indígena mais destacados são a Bienal Cinema Indígena – Aldeia SP, Mostra Paraguaçu de Cinema Indígena, Cine Kurumin – uma das maiores referências no País, realizado desde 2011 –, Cine Tekoha, Tela Indígena, Mostra Amotara – Olhares das Mulheres Indígenas, Mostra Indígena de Filmes Etnográficos do Ceará e Mostra CineÍndio Brasil. Em dezembro de 2022 foi realizada a primeira edição de um novo evento, o Festival de Cinema

e Cultura Indígena, no Cine Brasília (Distrito Federal), que contou com a exibição de 45 filmes protagonizados por povos originários.

Em uma edição especial, o CineSesc, em São Paulo, realizou entre julho e agosto de 2021 uma mostra concentrada na produção cinematográfica baseada na cosmologia Yanomami, com filmes e documentários dirigidos exclusivamente por indígenas da etnia e também outras películas em coprodução com não indígenas. O evento, realizado na plataforma digital da organização, foi intitulado “Luta Yanomami: Cinema como aliado” e apresentou sete títulos produzidos nos últimos dez anos: “A Última Floresta” (2020, documentário, dir. de Luiz Bolognesi), “Gyuri” (2019, documentário, dir. Mariana Lacerda), “O Sopro dos Xapiri - Xapiri pë në mari” (2020, documentário, dir. Gisela Motta, Isabella Guimarães e Mariana Lacerda), “Um filme para Ehuana” (2018, dir. Louise Botkay), “Urihi haromatimapë - Curadores da terra-floresta” (2014, dir. Morzaniel Framari Yanomami), “Xapiripë yanopë - Casa dos Espíritos” (2010, dir. Morzaniel Framari Yanomami e Dário Kopenawa Yanomami) e “Xapiri” (2012, documentário, dir. Leandro Lima, Gisela Motta, Laymert Garcia dos Santos, Stella Senra e Bruce Albert).

Nesse sentido, Porfírio (2022) argumenta que essas produções representam a reconstrução de territórios indígenas em telas. Em estudo de produções audiovisuais de grupos Guarani da Argentina e do Brasil, propõe que o cinema indígena seja visto como um dispositivo de ação política, na acepção de Agamben (2009), que apresenta uma ação estratégica concreta inscrita em uma relação de poder. O território reconstruído por meio de imagens, portanto, vai além de uma representação do ponto de vista geográfico. A discussão se concentra em “como se dá a representação de territórios sobrepostos e compartilhados com o que Cadena (2020) chama de ‘seres-tierras’ que, por assim dizer, habitam as imagens.” (PORFÍRIO, 2022, p. 142, tradução nossa).

Aílton Krenak, uma das mais destacadas personalidades indígenas do Brasil, destaca essa concepção: “nossa luta hoje é para demarcar nosso espaço na tela, quando não podemos mais demarcar nossas terras.” (KRENAK, 2017, *apud* HAMASH, 2018, p. 11, tradução nossa). As produções que retratam as demandas de indígenas brasileiros estão inseridas no contexto do cinema emergente (FREITAS, 2019; BAKER,

2023). “Os povos indígenas caminham nesse segmento, principalmente a fim de criar uma narrativa própria e vista desde a autoconcepção de mundo e vida.” (FREITAS, 2019, p. 8).

Inseridos no sistema neocolonial dos países que abrigam seus territórios, os produtores audiovisuais indígenas contemporâneos reinventam a crítica a modos de vida ressaltando a “descolonização da alma”, em esforços para inverter os projetos ocidentais que reforçam a invisibilização de culturas diferentes (SCHIWY, 2008, p. 657). Nas telas, dessa maneira, surgem imagens que reforçam a diferença de racionalidades e identidades – em comparação a modos de vida alternativos propostos por indígenas diante da impossibilidade de (r)existência diante do sistema capitalista global.

Quem são os Yanomami

O povo Yanomami ocupa territórios de floresta amazônica no Brasil (nos estados do Amazonas e Roraima) e na Venezuela. Comunidades indígenas começaram a se estabelecer na região há pelo menos mil anos. Os Yanomami vivem em aldeias comunitárias, que reúnem dezenas de famílias em relação direta e cosmogônica com a natureza, da qual dependem para reprodução da subsistência e bem-estar – é a “Nossa Terra-Floresta” (Kami Yamaki Urihipë), entidade viva, segundo a cosmologia da etnia. De acordo com o mais recente censo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), no Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Yanomami, de 2019, a população é de 26.780 indígenas (YANOMAMI, 2023).

A Terra Indígena Yanomami, homologada e registrada por meio do Decreto s/n - 26/05/1992, se estende por 9.664.975 hectares e abriga, além das comunidades Yanomami e Ye'kwana, povos isolados da Serra da Estrutura, Amajari, Auraris/Fronteira, Baixo Rio Cauaburis, Parawa e Surucucu/Kataroa (TERRA, 2023a). Os primeiros contatos com não indígenas começaram a ser registrados com maior frequência entre os anos de 1940 e 1960, com a abertura de postos do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que antecedeu a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Os constantes contatos passaram a trazer mudanças negativas

para a vida dos Yanomami, notadamente surtos de gripe e malária que provocaram muitas mortes (YANOMAMI, 2023).

Ao longo de 50 anos de pressões ainda mais intensas, atualmente os Yanomami sofrem com uma série de ameaças a suas comunidades e território pela exploração ilegal de recursos por extrativistas e garimpeiros, além da atuação de grileiros. O garimpo é o principal problema enfrentado pelo povo indígena, com o registro de constantes crises provocadas por invasões de terras. A exploração de minérios tem causado desmatamento desenfreado, desequilíbrio no ecossistema local e graves impactos na saúde e modo de vida dos indígenas.

Os Yanomami lutam há décadas pela garantia de direitos constitucionais e reconhecimento de suas terras. A região tem 11 organizações indígenas e está no radar de atuação de ONGs ambientalistas (YANOMAMI, 2023). No entanto, a ausência de políticas públicas e o desmonte dos órgãos fiscalizadores como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) nos quatro anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro amplificou os desafios já enfrentados pelos indígenas na região para a proteção do território e garantia de subsistência (VINTE..., 2019).

Desde o início de seu mandato, Jair Bolsonaro defendia a abertura de terras indígenas a atividades de exploração comercial, contrariando os resultados de décadas de pesquisas e outros levantamentos realizados por universidades e outras organizações em busca de soluções para a redução da pressão a comunidades e as florestas que as abrigam. O ex-presidente é acusado por ter negligenciado problemas de saúde enfrentados pelos Yanomami e outras etnias indígenas. Em 2021, denúncias de organizações da sociedade civil já mostravam a crise. “São cerca de 20 mil não indígenas morando ilegalmente na Terra Indígena Yanomami, contaminando os rios com mercúrio, contribuindo para espalhar Covid-19 e malária, além do álcool e da prostituição.” (MAISONNAVE, 2021, n.p).

Desguarnecidos de apoio, especialmente em saúde e segurança, as comunidades Yanomami viram a pressão sobre suas terras aumentar com a crise humanitária e sanitária que eclodiu com a pandemia do

coronavírus (BARCELLOS; SALDANHA, 2023). A emergência tomou contornos dramáticos em 2023, quando as imagens de indígenas desnutridos e sem assistência passaram a circular nas manchetes da imprensa brasileira e em redes sociais digitais.

Após a viagem do recém-empossado presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Roraima, em janeiro de 2023, para avaliar a situação dos Yanomami, a imprensa, então, passou a reportar com maior intensidade e profundidade problemas que vinham se agravando há anos: a disputa entre garimpeiros e madeireiros ilegais para a exploração de recursos naturais na terra indígena; ampliação das taxas de desmatamento e contaminação dos cursos d'água, afetando diretamente a subsistência e saúde dos indígenas; casos de violência e abuso sexual de crianças e mulheres Yanomami por invasores; e a ausência de assistência médica adequada que resultou na morte de 42 indígenas somente nos dois primeiros meses do ano (TERRA, 2023b).

Em meio às ações de combate à crise Yanomami, o governo federal oficializou, também em janeiro de 2023, a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), um compromisso estabelecido por Lula ainda no período das eleições presidenciais no ano anterior. A pasta tem como ministra a ativista e líder indígena Sônia Guajajara e surge com a atribuição de reverter a ausência de políticas públicas favoráveis aos povos indígenas. O ministério amplia a rede de organizações e movimentos sociais indígenas e não indígenas que intensificaram ações de combate às pressões que ameaçam os Yanomami.

O percurso da análise

Partimos da análise pragmática da narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2013) para mergulhar na tessitura audiovisual proposta pelo documentário “A Última Floresta” enquanto “dispositivo argumentativo”. Tomamos a produção e suas estratégias de sentidos enquanto narrativa que emerge em práticas sociais em um contexto social, cultural e histórico dado. “As narrativas são relações argumentativas que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades, e sob os constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e de poder.” (MOTTA, 2013, p. 121).

Trata-se de uma produção de significados e suas intencionalidades enquanto experiência que propõe um modo de enunciação sobre a etnia indígena Yanomami. A narrativa audiovisual é um modo de produção complexo do ponto de vista de sua observação, descrição e reflexão porque trata-se de desnudar várias camadas que caminham juntas e ao mesmo tempo separadas no andamento fílmico. As imagens em movimento, o som e os textos que entram em cena seguem uma alternância frequente que exige a observação do ritmo e de como essas diversas camadas vão se apresentando na narrativa (COSTA; COSTA; AMORIM, 2017).

Motta (2013) não analisa produções audiovisuais, mas tem nos ajudado muito a problematizar as narrativas enquanto textos verbais e não verbais. Tomamos o vídeo em análise como algo que propõe uma relação (BOURDIEU, 2000) entre interlocutores para entender o que estão dizendo e com quem estão falando. “O texto é o ponto de partida para a análise, mas representa apenas o elo entre um narrador e um destinatário em contexto, para produzir significado.” (MOTTA, 2013, p. 120).

Nesse sentido, falamos do “plano de expressão”, ou seja, a linguagem ou discurso, por meio do qual o conteúdo proposto se mostra ao espectador. Iniciamos pela descrição dessa camada ao transcrever integralmente o documentário para observar amiúde como o discurso audiovisual vai se mostrando ao longo do texto (COSTA, 2022).

Finalizada essa etapa operacional, partimos para observar o “plano da estória”, o conteúdo, enredo ou intriga que nos apresenta o desenrolar da estória em uma “ordenação” temporal de episódios (MOTTA, 2013) e estratégias que permitem identificar uma sequência de acontecimentos que nos conduzirão a ter uma visão completa da narrativa com início, meio e fim, enquanto agenciamento dos fatos que torna a narrativa verossímil. “Compor a intriga já é fazer surgir o inteligível do acidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico.” (RICOEUR, 2010, p. 74).

Enfatizamos que os planos não se separam na análise, mas são camadas operacionais que nos permitem adentrar na tessitura narrativa para além de sua aparência e conteúdo. Com os dois primeiros planos

descritos e demarcados chegamos no “plano da metanarrativa”, ou pano de fundo, temas, fábula e modelos de mundo. Trata-se de encontrar as questões ideológicas e culturais que movimentam a estória e demarcam a sua importância enquanto atos de fala que dizem algo sobre alguma coisa em um determinado contexto. O que está em questão é “[...] o discurso narrativo como fato histórico em si mesmo, que em certa medida engloba o externo.” (MOTTA, 2013, p. 130).

A análise dos dados

O documentário “A Última Floresta”, enquanto discurso narrativo, apresenta estratégias comunicativas que demonstram o interesse do narrador na construção de um “projeto dramático” (MOTTA, 2013, p. 130). Apresenta o cotidiano dos Yanomami na floresta, que veremos em detalhe, suas tradições e história, e que ao serem atravessados pelos garimpeiros, sofrem todo tipo de ameaça e conflito, o que os leva a situações de medo e preocupação diante da invasão do “homem branco” e ao mesmo tempo a ações de resistência.

Enfatizamos que a narrativa se desnuda diante do leitor principalmente pelo “plano da estória”, que nos deixa perceber seus encadeamentos e desdobramentos do início ao fim por meio da sequência de ações e de seus personagens em cena. Mas não podemos nos separar, na análise, do “plano da expressão”, nos modos como essa narrativa vai se performando diante do espectador com seus enquadramentos, sons, textos e imagens em movimento.

Em um primeiro momento, observaremos a construção da intriga como uma “síntese do heterogêneo” por seu papel de mediação entre acontecimentos e a história como um todo. “Além disso, a composição da intriga compõe juntos fatores tão heterogêneos como agentes, objetivos, meios, interações, circunstâncias, resultados inesperados, etc.” (RICOEUR, 2010, p. 114). Nesse sentido, apresentamos aqui uma primeira “decomposição” do documentário no “plano da estória” para uma observação em sua totalidade dos conflitos dramáticos atentando para suas partes (Quadro 01):

Início: Cotidiano	Caracteres em preto
	Os Yanomami em suas ações cotidianas: O território e a relação com o lugar: a caça, o banho no rio, o preparo da comida.
	Necessidade de diálogo com o branco: a necessidade de ir lá onde está o branco para proteger o futuro das crianças.
	Preocupação com as gerações futuras - Contar como era diferente no passado: “preciso ensinar o nosso pensamento para eles”.
	A necessidade de defender o território dos invasores: os garimpeiros- presente e futuro.
	O sonho.
	A história do povo – o conflito inicial entre três personagens. os irmãos Omama e Yoasi -Vida e morte.
Meio: A tradição mediada	De onde vem a floresta.
	Minério associado à fumaça e doença. Xamãs - o medo, a crença sobre a relação entre minério e doença e a necessidade de lutar.
	A sedução do garimpo.
Fim: Resistência dentro e fora	Os Xamãs, a tradição, a solidariedade para trazer o marido de volta.
	Kopenawa na Universidade de Harvard (EUA) - Discurso - termina o vídeo com ele.
	Caracteres em preto retomados.

Quadro 1: A decomposição da narrativa
 Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir daqui vamos acessando o projeto dramático do narrador ao perpassar o enredo do início ao fim com suas partes constituintes e seus encadeamentos, bem como estratégias e escolhas temáticas que permitem vislumbrar produções de sentido. O conflito dramático vai se modificando no transcurso da narrativa, afetando a estória, os acontecimentos e seus personagens (MOTTA, 2013). A partir desse núcleo gerador, gravitam os episódios do “plano da estória” e a partir dele podemos observar os dois lados em confronto: indígenas e brancos.

Destacamos uma primeira parte da narrativa, o início, em que os Yanomami são apresentados em sua relação com a floresta, o rio e seus parentes em situações cotidianas, como a caça, a pesca e a

alimentação. Logo em seguida, começa a se delinear o conflito e as tensões são apontadas pelos Yanomami: a busca por um diálogo maior com os “brancos”, o medo de perder terras, tradição, paz e conexão com o passado.

São dois interlocutores que aparecem claramente: a preocupação em mostrar às novas gerações de Yanomami a necessidade de conhecer o passado para preservar o futuro e a busca por diálogo com os “brancos” em vista do desconhecimento ou padecimento dos Yanomami.

O narrador e personagem principal é Davi Kopenawa. Todas as ações giram em torno de suas advertências, histórias e ações frente ao homem branco. Kopenawa manda recado para os “brancos”; acompanha os indígenas em missão contra os garimpeiros; toma banho no rio com os grupos, faz alerta, aconselha; aciona memórias que explicam a origem do povo Yanomami; se junta aos xamãs para trazer de volta um indígena seduzido pelo garimpo; e vai aos EUA denunciar o garimpo e “ensinar” a sabedoria indígena.

Logo no início ele descortina a intencionalidade da narrativa: dar a ver aos “brancos” quem são os Yanomami e encorajar os demais indígenas à defesa de seu povo e de seu território:

Os brancos não nos conhecem. Seus olhos nunca nos viram. Seus ouvidos não entendem nossas falas. Por isso, eu preciso ir lá onde vivem os brancos. Por que é preciso ir lá! Fazer o que na terra dos brancos! Não devemos ter medo. Eles não conhecem os Yanomami de perto. Não quero ir lá pra levar comida de festa nem dança folclórica. (A ÚLTIMA FLORESTA, 2021, n.p).

Enquanto fala o texto acima, o Xamã aparece em plano fechado, sozinho, de frente para a câmera no centro da aldeia. É noite e sua voz segue ecoando diante da escuta atenta de indígenas deitados em redes armadas dentro da casa. Em seguida, uma música de suspense acompanha a saída do Xamã do centro da aldeia, anunciando no “plano da expressão”, no discurso, uma expectativa dramática das tensões seguintes. “O suspense é um recurso de linguagem e da estória com a finalidade de produzir efeitos de sentido.” (MOTTA, 2013, p.157).

Ao longo do projeto dramático, o mito de origem dos Yanomami é acionado e toma boa parte do enredo. “Por sermos filhos de Omama⁴, os últimos filhos da floresta, precisamos lutar para nossas crianças crescerem saudáveis, e nossas filhas crescerem e virarem moças. Preciso ensinar o nosso pensamento pra eles.”, diz o Xamã narrador no centro da aldeia, sozinho, nitidamente falando para a câmera que o filma.

Em seguida, a preparação do corpo dos indígenas para a guerra e para o confronto com os garimpeiros, que são expulsos pelo Xamã sem violência (Figura 1).



Figura 1: Yanomami expulsam garimpeiros.
Fonte: A Última Floresta (2021).

O antagonista da trama é o garimpeiro, que invade, rouba, traz doenças, polui os rios. Diante dessa ameaça presente e constante, o narrador invoca a origem do povo Yanomami, acionando memórias do mito do bem e do mal:

Só existiam esses dois homens. Omama se tornou o protetor dos Yanomami. Nós Yanomami somos filhos de Omama e Thuëyoma. Sabemos também que viemos todos do mesmo sangue. Já o outro chamado Yoasi, na outra margem do grande rio oceano, para onde foi expulso, lá criou a morte. (A ÚLTIMA FLORESTA, 2021, n.p).

4. Segundo o mito originário dos Yanomami, os irmãos Omama e Yoasi foram os primeiros seres a habitar a terra. Os dois entraram em conflito após Yoasi machucar Thuëyoma, que foi encontrada nas águas por Omama. Todos os Yanomami vieram do sangue de Omama e Thuëyoma, que casaram e povoaram o mundo.

Introduz-se aí a dialética do concordante e do discordante (RICOEUR, 2010) presente em toda narrativa. São os dois lados em confronto. O equilíbrio inicial é quebrado pelo desequilíbrio narrativo, que traz mudanças e convoca o espectador a se solidarizar com os indígenas, deixando explícita na composição da intriga a intencionalidade junto ao destinatário. Em cena, o protagonista indígena expõe seu ponto de vista sobre o minério: “então Omama enterrou os espíritos maléficos e a fumaça das doenças embaixo da terra com o minério. Por isso, não devemos tirar o minério debaixo da terra. Para não despertar a fumaça da doença.” (A ÚLTIMA FLORESTA, 2021, n.p).

Os personagens, no caso dos documentários, são pessoas reais transfiguradas em personas ou “figuras de papel”. Mas mesmo sendo reais, transformam-se em uma figura da narrativa (MOTTA, 2013). Nesse ponto, é preciso pensar sobre a complexidade da análise. Estamos falando de uma narrativa que conta uma história real a partir de pessoas reais, mas produzidas pelo discurso narrativo: “o discurso não *traduz* a realidade, *conta* a realidade, *uma versão* da realidade, e os sujeitos do relato são sujeitos do discurso.” (MOTTA, 2013, p. 191, grifos do autor).

É a ação dos personagens no encadeamento dos episódios que nos permite identificar as estratégias argumentativas do narrador. O documentário busca os efeitos de real ao escolher como protagonista o Xamã dos Yanomami, com sua credibilidade e poder entre os indígenas, e sua atuação e visibilidade no mundo dos brancos enquanto escritor e agente político reconhecido internacionalmente pela luta em defesa da causa indígena. Ele produz verdades que precisam ser reconhecidas pela audiência. Por isso fala de dentro da aldeia, junto com os Yanomami, e expõe seus medos e crenças.

A cena dos Xamãs (Figura 2) pedindo proteção contra os garimpeiros não é legendada. E essa escolha é significativa e nos leva a inferir que as imagens são mais importantes nesse momento e não necessitam do texto para dizer ao homem branco o que representam os gritos, cantos, falas e movimentos de corpo dos Xamãs. Desse modo, os efeitos de real permitem ao espectador observar o mundo como lugar fático, compreender o presente, o passado e especular sobre o futuro (MOTTA, 2013) dos Yanomami.



Figura 2: Xamãs Yanomamis.
Fonte: A Última Floresta (2021).

Podemos identificar as “estratégias de referenciação” por meio do “[...] uso de diversos recursos de linguagem no texto narrativo para ancorar a significação na *realidade referente*.” (MOTTA, 2013, p. 200, grifos do autor). Além das cenas dos Xamãs temos inúmeras sequências referenciais que buscam ancorar os fatos na realidade empírica, como as cenas de preparo de alimentos, caça, os indígenas dormindo na rede, o confronto com os garimpeiros, as conversas do Xamã pelo rádio.

É muito instigante, ao longo do documentário, essa naturalidade aparente dos personagens em ação na tela. Muito diferente da proposta de Eduardo Coutinho em que câmera e direção estão em cena (COUTINHO; OHATA, 2013), em “A Última Floresta” a câmera é completamente invisível aos olhos do espectador. Os indígenas, poucos e sempre os mesmos, desfilam com seus textos aparentemente espontâneos. Não há cenas com muitos indígenas. Ao longo do documentário não é possível identificar se há atores ou indígenas atores.

Mas a construção do roteiro com textos que vão acontecendo um após o outro sugerem uma escritura prévia e uma direção que produz uma narrativa lógica e compreensível em busca de atender às “estratégias de produção de efeitos estéticos”. Estas promovem “[...] a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e possibilitam a sua compreensão como dramas e tragédias humanas.” (MOTTA, 2013, p. 203).

Chama atenção também a escolha pela não nomeação dos indígenas em legendas, nem mesmo o Xamã. Assim como observamos também

a ausência de marcações explícitas temporais. Passado e presente nem sempre aparecem de forma clara. Tais proposições são estratégias que fazem a mediação entre tempo e narrativa: “existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural.” (RICOEUR, 2010, p. 93).

No final do documentário, o indígena narrador vai ao encontro do homem branco. Em conferência nos Estados Unidos, tenta alertar, aconselhar e assim espera fazer eco nessa luta desigual e histórica que atravessa séculos. A legenda indica “Universidade de Harvard” (Figura 3).



Figura 3: Kopenawa na Universidade de Harvard – EUA
Fonte: A Última Floresta (2021).

Após a imagem desse encontro com os americanos, a voz de Kopenawa no discurso é coberta pela imagem aérea da terra Yanomami. Mas apesar do movimento, da denúncia e da visibilidade, o vídeo encerra em tom de pessimismo com letreiros brancos sobre fundo preto historicizando com dados estatísticos o confronto entre Yanomami e garimpeiros. E finaliza: “Davi vem recebendo ameaças de morte por denunciar o garimpo ilegal”. Temos em cena um pedido de socorro e uma denúncia explícita sobre a vulnerabilidade desses povos, que faz parte do passado, acontece no presente e segue em direção a um futuro que necessita de ação e cuidado por parte do governo federal.

Na última cena, Kopenawa solitário em um hotel, supostamente, nos EUA, pensativo e triste se dirige à janela. Enquadrado de costas, abre a cortina e quando a câmera abre seu rosto é mostrado em close. Ao fundo o som de crianças Yanomami cantando (Figura 4).



Figura 4: Kopenawa no encerramento do filme
Fonte: A Última Floresta (2021).

É esse movimento final que nos permite chegar à moral da estória, à metanarrativa, às significações mais profundas que nos dizem de uma produção simbólica e cultural. Os conflitos dramáticos narrados nas estórias se originam, portanto, em conflitos sociais e psicológicos de origem econômica, política, ideológica, religiosa, etc. São continuamente apoderados pelo discurso narrativo como um *frame* demarcador da realidade a ser recortada e contada.” (MOTTA, 2013, p. 169).

As falas de Davi Kopenawa, apesar das pressões do mundo branco ao território pontuadas no documentário, indicam uma perspectiva de diálogo com os não indígenas. Para ele, os brancos precisam conhecer de perto, enxergar, ouvir e entender os Yanomami. No intuito de ensinar o pensamento indígena ao mundo capitalista, o Xamã abre a possibilidade de contato positivo em um ponto futuro, com a esperança e a defesa de uma nova relação. Essa valoração sobre a territorialidade inscrita em “A Última Floresta” é essencial para a (r)existência das comunidades da etnia.

No momento em que o homem branco destrói o que toca para extrair recursos da terra, Kopenawa enfatiza que espingardas não alimentam, que o mercúrio adoece, que a floresta é um bem comum – uma garantia de sustento de formas de vida, desde que compartilhada. O termo mercadoria é uma importante referência ao longo da produção porque é objeto de disputa e mostra a diferença de racionalidades e identidades. A extração ilegal de minérios, utilizada simbolicamente como representante dos expurgos do sistema capitalista, não garante aos garimpeiros a distinção que almejam, pois alimenta uma estrutura que não existe

para os indígenas. Os próprios brancos são tragados pelo sistema, como aponta o Xamã: “quem ganha dinheiro é o empresário. Ele não pisa na terra indígena. Os que trabalham continuam sendo pobres.” (A ÚLTIMA FLORESTA, 2021).

O encadeamento das cenas reflete a intenção dos roteiristas em ressaltar que os Yanomami têm recursos para “ensinar” os brancos a se relacionar com a floresta de forma adequada. Diante do público na Universidade de Harvard, Davi Kopenawa se posiciona ao evidenciar temas da linguagem ecoterritorial (SVAMPA, 2016). Omama nomeou os indígenas da etnia como cuidadores da floresta e, por conta disso, são autoridades para ofertar caminhos que garantam a justiça ambiental e do bem viver: a intensa produção de mercadorias faz mal à natureza e, conseqüentemente, aos seres humanos, que não podem ser apartados dela; alternativas como a manutenção da vida nos territórios, da divisão de recursos, entre outros, permitem o equilíbrio na reprodução da existência como povo.

Considerações finais

Os Yanomami apresentam sua “pré-compreensão do mundo da ação” (RICOEUR, 2010) nessa reconstrução de territórios indígenas em telas (PORFÍRIO, 2022). Configuram seu mundo e o entregam à audiência na expectativa de que o espectador o reconfigure a partir do ponto de vista indígena, iniciando um processo de desconstrução decolonial que inverte o olhar e questiona a produção canônica que invisibiliza o protagonismo Yanomami.

O cinema indígena enquanto dispositivo de ação política (AGAMBEN, 2009) busca uma narrativa própria (FREITAS, 2019) enquanto modo de agir no mundo, de dizer e fazer selecionando o que lhes convém para se tornar visível e demarcar novos territórios em que exerçam o papel de agentes com o intuito de “ensinar” o saber deles para os brancos. Querem ser compreendidos, querem aconselhar, registrar a importância da tradição e de sua compreensão de mundo. O minério que para o “branco” é riqueza e exploração, para eles representa maldição e deve ficar escondido embaixo da terra.

Em nossa análise, chama atenção também o atravessamento entre realidade e os mitos de origem Yanomami que permitem uma conformação da

criação estética com suas verdades enraizadas no passado e presentificadas na composição da narrativa como estratégia da intriga no presente para anunciar o que pode acontecer no futuro. O tempo é constituinte das narrativas e, portanto, inseparável delas.

“A Última Floresta” sentencia o desejo dos “últimos filhos da floresta”, descendentes de Omama, de lutar em defesa das crianças e jovens indígenas diante da necessidade de “ensinar o nosso pensamento pra eles” e de se proteger contra os invasores que se multiplicam. O texto audiovisual, a narrativa, surge da necessidade de fazer a mediação entre presente, passado e futuro. “Temos que contar para os outros como era diferente no passado.” (A ÚLTIMA FLORESTA, 2021, n.p).

Em no imperativo, o Xamã narrador pede que não aceitem, que não se submetam e demonstra com sua ação de denunciar a invasão no exterior que é preciso agir, buscar diálogo com os brancos. Por outro lado, seguem firmes acreditando na experiência e sabedoria de seus antepassados para continuar cuidando da floresta.

No intento de uma eficácia de produção de sentido, o filme se apresenta como texto imagético mas, também, como dito, como texto narrado verbal e não-verbal que explora os condicionantes socioemocionais do espectador ao tempo em que lança novas perspectivas para se pensar a elaboração de outras formas de compreensão do território indígena no contexto de suas representações culturais que demarcam um tipo menos conhecido de posse, a apropriação de terras pelo homem branco: aquele instituído por significações tecidas na experiência do homem em seu meio ambiente natural (da natureza natural). Esse ponto de vista tem relação direta com o seu espaço vivido, produto das relações sociais historicamente e culturalmente elaboradas nas porosidades das fronteiras com a sociedade não indígena, revelando-se dilemas, agonias, mas, também, estratégias contemporâneas de mobilização par a afirmação de direitos. Tem-se, portanto, um rico material de como a conduta dos grupos excluídos tem se atualizado em defesa de uma das últimas fronteiras de exploração capitalista do planeta.

O presente capítulo foi produzido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução de Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó: Argos, 2009.

A ÚLTIMA FLORESTA. Direção: Luiz Bolognesi. Produção: Caio Gullane, Fabiano Gullane, Laís Bodanzky e Luiz Bolognesi. *Netflix*. 2021. 76 min. Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81503933>. Acesso em: 20 fev. 2023.

AURÉLIO FELIPE, Marcos. Contranarrativas fílmicas Guarani Mbya: atos decoloniais de desobediência institucional no cinema indígena. *Matrizes*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 231-245, 2019. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/1430/143065805011/143065805011_2.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

BAKER, Peter. Imaginaries of Abya Yala: Indigenous filmmaking in Latin America from a multimodal semiotic perspective. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, v. 18, n. 1, p. 1-21, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17442222.2022.2149230>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BANIWA, Gersem. Conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, Alcida Rita. (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 206-227.

BARCELLOS, Christovam; SALDANHA, Nathália. O papel da informação e da comunicação em situações de emergência: a crise sanitária e humanitária no território Yanomami. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 713, 2023. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3605>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BARROS, Thiago; CHAGAS JUNIOR, Edgar. Caminhos para a compreensão da autorrepresentação de indígenas e criação de narrativas de acontecimentos, vulnerabilidades e resistências. In: LEITE, Amanda; LEAL, Bruno Souza; GHIZONI, Liliam Deisy; DARWICH, Rosângela Araújo (Orgs.). *Inspirações metodológicas em contextos amazônicos*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022. p. 113-129.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CÓRDOVA, Amalia. Reenact, Reimagine: Performative Indigenous Documentaries of Bolivia and Brazil. In: NAVARRO, Vinicius; Rodríguez, Juan Carlos (Eds.). *New Documentaries in Latin America*. Global Cinema. Palgrave Macmillan: New York, 2014. p. 123-144. Disponível em: https://doi.org/10.1057/9781137291349_8. Acesso em: 20 fev. 2023.

COSTA, Gilson; GALINDO, Dolores. Produção audiovisual indígena no Brasil: cartografia de um percurso. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 43, n. 1, p. 103-119, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/1036149/7788>. Acesso em: 22 mar. 2023.

COSTA, Vânia Torres; COSTA, Alda; AMORIM, Célia. A televisão e a polinarrativa do jornalismo audiovisual. In: SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana (Orgs.). *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas*. Santa Cruz, RS: Catarse, 2017. p. 264-277.

COSTA, Vânia Torres. *À sombra da floresta: a Amazônia no jornalismo de televisão*. Belém-PA: Pakatatu, 2022.

COUTINHO, Eduardo; OHATA, Milton (Orgs.). *Eduardo Coutinho*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

DUDEMAINE, André; MARCOUX, Gabrielle; ST-AMAND, Isabelle. Indigenous Cinema and Media in the Americas: Storytelling, Communities, and Sovereignties. *Canadian Journal of Film Studies*, Toronto, v. 29, n. 1, p. 27-51, 2020. Disponível em: <https://utpjournals.press/doi/10.3138/cjfs.29.1.02>. Acesso em: 20 fev. 2023.

FREITAS, Luciana de Paula. Olhar comum às visões plurais: os Festivais de Cinema Indígena no Brasil. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, Foz do Iguaçu, v. 5, ed. especial, p. 1-24, mai. 2019. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1510/985>. Acesso em: 20 mar. 2023.

FREY, Aline; BRITO, Thaís. Indigenous Cinema in Expansion: Challenges and Promises of an Intercultural Relationship. *Canadian Journal of Film*

Studies, Toronto, v. 29, n. 1, p. 163-182, 2020. Disponível em: <https://utpjournals.press/doi/abs/10.3138/cjfs.29.1.09>. Acesso em: 20 fev. 2023.

GOMES, Mércio. *Os índios e o Brasil*. Passado, presente e futuro. São Paulo: Contexto, 2017.

ISA – Instituto Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Povo Munduruku, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>. Acesso em: 18 set. 2018.

JIMENO, Myriam. Reforma constitucional na Colômbia e povos indígenas. Os limites da lei. In: RAMOS, Alcida Rita. (Org.). *Constituições nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 53-76.

NUNES, Karliane Macedo; SILVA, Renato Izidoro da; SILVA, José de Oliveira dos Santos. Cinema indígena: de objeto a sujeito da produção cinematográfica no Brasil. *Polis*, Santiago, v. 13, n. 38, p. 173-204, ago. 2014. Disponível em http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682014000200009&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 de fev. 2023.

MAISONNAVE, Fabiano. Foto de criança expõe crise na assistência à saúde dos yanomamis. 2021. *Folha de S. Paulo*, 9 de maio de 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/foto-de-crianca-expoe-crise-na-assistencia-a-saude-dos-yanomamis.shtml>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MOTTA, Luiz Gonzaga. *Análise Crítica da Narrativa*. Brasília: Editora UNB, 2013.

PEREIRA, Carmem. Configurações do movimento indígena na ambiência comunicacional contemporânea. *Revista Passagens*, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 56-71, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/passagens/article/view/2472>. Acesso em: 17 mar. 2023.

PINHEIRO, Neide. O cinema indígena no Brasil e no Canadá tecendo culturas: Topawa (2020) e Waban-aki: People from Where the Sun Rises (2007). *Ilha do Desterro*, Florianópolis, v. 75, n. 2, p. 185-205, mai./ago.

2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/86400>. Acesso em: 20 fev. 2023.

PORFÍRIO, Iagol. Reconstruyendo el territorio en la pantalla: El cine documental indígena entre los pueblos guaraníes de Argentina y Brasil. *Rev. urug. Antropología y Etnografía*, Montevideu, v. 7, n. 1, p. 141-179, jun. 2022. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2393-68862022000100141&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 mar. 2023.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. V.1

SCHIWY, Freya. Film, Indigenous Video, and the Lettered City's Visual Economy. In: CASTRO-KLAREN, Sara (Ed.). *A companion to Latin American literature and culture*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008, p. 647-664.

SHAMASH, Sarah. Cosmopolitical technologies and the demarcation of screen space at Cine Kurumin: Activating immersive shifts in imaginaries, representation, and politics. *Media-N*, v. 14, n. 1, p. 11-23, 2018. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/120784>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. *Cadernos do IPPUR*, Rio de Janeiro, ano XIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SILVA, Rosa Helena. Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: relações de autonomia, escola e construção de cidadanias. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 95-112, 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-24782000000100006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 17 mar. 2023.

SOUZA, Catiúscia. *Movimento indígena e a luta por emancipação*. Curitiba: Appris, 2018.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais. Um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA NETO, Jorge. (Orgs.).

Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante, Autonomia Literária, 2016. p. 140-171.

TERRA Indígena Yanomami. *Terras Indígenas no Brasil*, 2023a. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4016>. Acesso em: 20 fev. 2023.

TERRA Yanomami registra 42 mortes de indígenas em meio à emergência em saúde. *G1*, 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/02/terra-yanomami-registra-42-mortes-de-indigenas-em-meio-a-emergencia-em-saude.ghtml>. Acesso em: 20 fev. 2023.

VINTE e um fatos que comprovam o desmonte da política ambiental. *Congresso em Foco*, 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/temas/meio-ambiente/vinte-e-um-fatos-que-comprovam-o-desmonte-da-politica-ambiental/>. Acesso em: 13 abr. 2023.

YANOMAMI. *Povos indígenas do Brasil - ISA*, 2023. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAPÍTULO 4

Contranarrativas indígenas na sala de aula: experimentações contracoloniais no ensino de pós-graduação em Comunicação

ANDRÉ DEMARCHI

*Para a Profª. Dra.
Verônica Menezes Dantas
(In Memoriam)*

O presente capítulo permite apresentar alguns resultados práticos experimentais da pesquisa sobre contranarrativas indígenas que vem sendo realizada no âmbito do projeto *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para a apreensão das experiências locais amazônicas*. Dando continuidade ao projeto que se iniciou em 2019, e dialogando com os trabalhos publicados anteriormente (DEMARCHI, 2020; DEMARCHI PAZ; 2021) que estabeleceram as bases para essa experimentação didática, trata-se agora de apresentar, compreender e descrever alguns processos pedagógicos contracoloniais no ensino de pós-graduação. As observações e as interações didáticas foram realizadas durante a execução do referido projeto de pesquisa e em diálogo direto com o conceito de contranarrativas indígenas, que foi definido como um dos marcos conceituais do projeto.

Essas experimentações que se tornaram, na verdade, as principais contribuições e conclusões do projeto, aconteceram a partir da inserção das contranarrativas indígenas e quilombolas no currículo da disciplina “Comunicação, Cultura e Território”, ministrada no PPGCOM da UFT no primeiro semestre de 2022. A proposta consistiu em produzir um programa de curso composto, em sua maioria, por textos de autoras e autores indígenas, negras e quilombolas.

Além disso, foi proposta uma metodologia de ensino experimental, antirracista e contracolonial, dando vazão às capacidades e agências (GELL, 2018) que as contranarrativas indígenas possuem ao serem lidas e experimentadas pelos estudantes. Desse modo, a proposta é avaliar os efeitos epistêmicos e subjetivos que a leitura desses textos pode produzir na prática docente e nas experiências discentes, na medida em que propiciam uma “virada de chave” nas vidas social e subjetiva e na sua compreensão sobre elas.

Nesse sentido, descrevo e analiso os princípios metodológicos, políticos e epistêmicos que balizaram a criação e execução da disciplina como uma experimentação contracolonial com autores e autoras peremptoriamente excluídos e excluídas do processo de aprendizagem, não somente nos cursos de pós-graduação em Comunicação, nosso foco aqui, mas também nos currículos da graduação de praticamente todos os cursos desse país.

A ideia de criar e ministrar um componente curricular, cuja matriz bibliográfica fosse praticamente toda preenchida por textos de autoria indígena, negra e quilombola aconteceu quando me deparei com a publicação de vários autores e autoras indígenas e quilombolas no Brasil contemporâneo. Estas autoras e estes autores que permitiram preencher essa lacuna exemplar e um tanto vexatória do colonialismo epistêmico (CARVALHO, 2003) e do racismo estrutural brasileiro (ALMEIDA, 2020), percebida durante a minha prática docente nos PPGCOMS da UFT e na graduação em Ciências Sociais da mesma instituição.

É interessante notar que a criação da disciplina aconteceu de modo concomitante à pesquisa sobre as contranarrativas indígenas. Nesse sentido, considero como um importante resultado da pesquisa iniciada em 2019 (DEMARCHI, 2020) a própria experiência da produção da

disciplina e também seus efeitos contraepistêmicos no professor e nos alunos ao terem contato com essa nova bibliografia.

A busca por uma bibliografia contracolonial para a compreensão dos fenômenos culturais e comunicacionais me levou, por meio do meu parceiro de trabalho e amigo, Odilon Moraes, a uma série de pequenos textos de autoria indígena publicados pela revista *Piseagrama*, nos últimos oito anos. A descoberta desse pequeno manancial de contranarrativas indígenas, bem como a sua seleção e organização temática, deram corpo ao principal conjunto de textos da disciplina, somados, é claro, à bibliografia de autoria indígena já existente: notadamente os livros de Ailton Krenak (2019; 2020; 2021) e a obra de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Além dos trabalhos acadêmicos de Célia Xakriabá (2017), Creuza Prumkwói Krahô (2017), Eliana Potiguara (2018), dentre outras.

Outro referencial importante foi a obra de Antônio Bispo dos Santos, pensador quilombola. Ele oferece a justificativa teórica, política e prática que dá sentido à produção dessas experimentações e que qualifica, por meio da ação política e do pertencimento, a noção do contracolonial:

E o que é contracolônizar? É reeditar as nossas trajetórias a partir das nossas matrizes. E quem é capaz de fazer isso? Nós mesmos! Só pode reeditar a trajetória do povo quilombola quem pensa na circularidade e através da cosmovisão politeísta. Não é o Boaventura de Sousa Santos¹, apesar de ele estar desempenhando um bom papel nesse processo. Na medida, pelo menos, em que ele diz que é preciso *desmanchar* o que o povo dele, o povo colonialista, fez. Isso já é de uma generosidade enorme. Pelo menos ele não está dizendo que é preciso sofisticar e fazer mais. Mas nós também estamos discutindo a contracolônização. Para nós, quilombolas e indígenas, essa é a pauta. Contracolônizar. No dia em que as universidades aprenderem que elas não sabem, no dia em que as universidades toparem aprender as línguas indígenas – em vez de ensinar –, no dia em que as universidades toparem aprender a arquitetura indígena e toparem aprender para que servem as plantas da caatinga, no dia em que eles se dispuserem

1. No decorrer da escrita deste trabalho o pesquisador Boaventura de Souza Santos foi denunciado por uma série de situações de assédio sexual contra suas orientandas e alunas, para mais informações ver: Laranjeiro, Vayenne e Tom (2023); e Boaventura (2023).

a aprender conosco como aprendemos um dia com eles, aí teremos uma confluência. Uma confluência entre os saberes. Um processo de equilíbrio entre as civilizações diversas desse lugar. Uma contracolonização. (SANTOS, 2015, p.113).

O presente capítulo propõe, assim, uma reflexão sobre uma experimentação contracolonial através da inserção de contranarrativas indígenas no currículo para “desmanchar”, como diz Antonio Bispo, o que o “povo colonialista” fez e continua fazendo nas universidades brasileiras. Como será visto a seguir, esse gesto de confluência foi capaz de alterar em muitos sentidos uma série de pensamentos e imagens coloniais dos discentes e do docente.

Desmanchar o racismo

Em uma de suas entrevistas o cineasta indígena Divino Tserehu, do povo Awẽ Xavante, afirmou certa vez que sua produção cinematográfica havia chegado a um ponto de amadurecimento em que ele precisava *desmanchar* o cinema que ele fizera até ali. Essa tomada de posição aconteceu quando as reflexões de Divino o levaram a perceber que ele precisava fazer um cinema de volta para o seu povo, seguindo os conselhos que recebia dos anciões xavante. Segundo ele, esse cinema era “um cinema que nós produzimos para o nosso povo, sem legendas. Uma versão longa [na] qual eles podem ver tudo.” (BRASIL; BELIZÁRIO, 2016, p. 601). Além disso, continua Divino, esse cinema é composto por múltiplas visões: “olhares dos anciões, olhares das mulheres, tenho que aceitar tudo. Então eu junto. Por isso é que eu faço quatro trabalhos na montagem”. (BRASIL; BELIZÁRIO, 2016, p. 601).

A proposta de Divino se aproxima da ideia de contranarrativa defendida aqui, na medida em que ele está produzindo um contracinema, ou, um cinema desmanchado das regras e técnicas ocidentais e totalmente contaminado pelo pensamento indígena dos Awẽ Xavante. Gostaria de, inspirado na ideia de desmanchar proposta tanto por Divino Tseheru, quanto por Antônio Bispo dos Santos, sublinhar a agência das contranarrativas no desmanche do racismo e no desmantelo do sistema colonial nos sujeitos (principalmente “brancos”), subvertendo sua lógica,

propondo alternativas que foram por muitos séculos silenciadas. Assim, seria importante estender para o universo acadêmico, e para a sala de aula, o que disse um dos comentadores da entrevista e dos filmes desmanchados por Divino:

César Guimarães, um dos professores parceiros do curso, comentou que talvez fosse esse o sentido de se “desmanchar” um filme (tal como Tse-rewahú enunciara): refazê-lo, distendê-lo, alongar seus planos, abrir o filme a suas relações com o fora – sejam elas com a comunidade, os anciãos; sejam com os animais e potências espirituais da floresta, das caçadas e dos sonhos. (BRASIL; BELIZÁRIO, 2016, p. 602).

Ao abrir-se às relações com o fora, a universidade, assim como o cinema, estaria pronta para ouvir outras vozes. E é justo essa experiência que as contranarrativas indígenas e quilombolas trabalhadas na disciplina proporcionam aos discentes: o contato com narrativas que, embora estejam em formato de texto, guardam potências claramente orais, abertas a experiências comunitárias e cosmopolíticas. Como diz Ailton Krenak (2023), são potências de povos que “costumam falar” e não escrever, e que com sua prosa leve, costumam também desmanchar as linguagens técnicas e cientificistas da academia, tocando os discentes, ajudando a desmanchar suas visões racistas.

É nesse sentido que defendo a ideia de que as contranarrativas devem ser entendidas como formas expressivas carregadas de agência e intencionalidade (GELL, 2018), que se sobrepõem a uma situação de opressão. São formas de resistência, cujas condições foram criadas pela própria opressão (hooks, 2016). Assim, elas são postas no mundo para transformá-lo, para agir contra. Elas têm, pois, intenção e ação nos espaços e tempos em que circulam, acionando mudanças subjetivas, processos de reparação do racismo e do colonialismo que podem contribuir para a superação do entendimento moral (e não político e subjetivo) do racismo. As contranarrativas podem, assim, auxiliar nos

[...] diversos passos [que] revelam a consciência sobre o racismo não como uma questão moral, mas sim como um processo psicológico que exige trabalho. Nesse sentido, em vez de fazer a clássica pergunta moral “Eu sou racista?” e esperar uma resposta confortável, o sujeito branco deveria se perguntar: “Como eu posso dismantelar o meu

próprio racismo?” Tal pergunta, então, por si só, já inicia o processo. (KILOMBA, 2015, p. 46).

As experimentações contracoloniais na pós-graduação experimentadas e analisadas aqui, visavam justamente auxiliar os alunos a fazer a pergunta certa. A construção dessas experimentações remonta ao meu próprio processo de autocritica e autoconhecimento enquanto homem branco e privilegiado, e também do entendimento do racismo enquanto “um processo psicológico que exige trabalho”, como diz Kilomba no parágrafo acima. Em certa medida, esse texto é um resultado desse processo de autorreflexão constante sobre como podemos dismantelar o nosso próprio racismo. Para isso é preciso desmanchar também o currículo.

Desmanchando o currículo

É impossível não começar essa história com o choque cultural que vivi quando, em 2011, deixei de ser um doutorando bolsista no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da UFRJ, e assumi a vaga de professor assistente no colegiado de curso de Ciências Sociais, do Campus de Tocantinópolis, da UFT. A mudança de uma megalópole para uma cidade de aproximadamente 20 mil habitantes, localizada na região do Bico do Papagaio, na tríplice fronteira entre os estados do Tocantins, Maranhão e Pará, provocou uma série de deslocamentos, fissuras e rotações de perspectivas nas formas como eu me via e via o mundo, e mais do que isso, via e entendia a universidade e a profissão docente.

As primeiras sensações do início da minha trajetória docente era de um certo desajuste entre a herança cultural acadêmico-colonial que eu obtivera na minha formação universitária, e as realidades sociais conflituosas e instigantes dos alunos e alunas de Tocantinópolis, uma cidade que fica a menos de 20 quilômetros da Terra Indígena Apinajé, e cuja população mantém com esse povo indígena relações tensas, históricas, sociais, econômicas e religiosas constantemente atualizadas no cotidiano da universidade e também na própria sala de aula.

Ao assumir a cadeira de “Etnologia Indígena da Amazônia”, logo na primeira aula perguntei aos alunos e às alunas se eles e elas conheciam os Apinajé. Para minha surpresa, os(as) alunos(as) reagiram entre um certo desinteresse, uma certa dose de racismo e alguma curiosidade sobre aqueles outros indígenas que, como resumiu DaMatta (1976), para aquele contexto estavam geograficamente próximos dos moradores da cidade, mas culturalmente muito distante deles. Essa contradição se refletia na própria universidade, onde existiam pouquíssimos indígenas Apinajé estudando.

A sensação de desajuste entre a minha formação e as realidades da sala de aula ficou evidente já nos primeiros dias de docência. Ao apresentar o programa do meu primeiro curso para os discentes, percebi como ele estava desconectado dos problemas experimentados por eles em um contexto de tensão interétnica. Ao constatar essa situação e suas consequências na sala de aula, percebi que eu precisava desmanchar alguma coisa da minha trajetória acadêmica para que as aulas fizessem algum sentido para mim e para aqueles alunos.

Percebi que eu precisava desmanchar as minhas expectativas de reproduzir em Tocantinópolis a imagem da docência no ensino “superior” que me fora transmitida durante a minha formação universitária, primeiro em Vitória, no curso de Ciências Sociais da UFES (Universidade Federal do Espírito Santo), e depois no Rio de Janeiro, quando estudei Antropologia na pós-graduação no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), e no Museu Nacional de Antropologia. Além disso, os programas de curso que havia preparado precisavam ser repensados, assim como a própria ementa da disciplina, elaborada por um “acadêmico” como eu, formado em instituições similares.

Percebi que o próprio espaço da sala de aula ressoava, com as suas visíveis hierarquias, o apagamento dos Apinajé da história do município e da própria vida dos alunos, pois não havia indígenas na sala de aula. Era preciso ir, então, para além dela, pois além de desmanchar, eu precisava construir pontes e aliados para fazer chegar a empatia pelos Apinajé naquelas e naqueles discentes.

Foi compartilhando essas inquietações com o colega, e depois amigo, Odilon Morais, que também lecionava Antropologia em Tocantinó-

polis, que surgiu a ideia de elaborar um plano de ensino voltado para o reconhecimento do preconceito racial por parte dos alunos e, cujos resultados já foram publicados em outra oportunidade (DEMARCHI; MORAIS, 2015; 2017). Como escrevemos nessa proposta:

[...] a dinâmica consiste em discutir, em primeiro lugar e, exaustivamente com a turma o texto “Cinco ideias equivocadas sobre os índios” (Freire, 2002). Depois de uma primeira leitura e discussão desse texto de referência, a turma é dividida em cinco grupos de discussão. Cada grupo escolhe uma das ideias equivocadas para expor e debater com os demais alunos. Os grupos são incentivados a pesquisar outros exemplos diferentes dos que estão no texto, mais voltados para o contexto local, bem como buscar autores que questionem os preconceitos tratados nele. Depois que cada um dos grupos apresenta sua ideia equivocada para a turma, passamos, então, para a segunda etapa da disciplina, sua parte prática. Trata-se agora de elaborar uma pesquisa qualitativa que tem como objeto “as representações sociais dos moradores de Tocantinópolis a respeito dos indígenas Apinajé”. Além de aprender a elaborar um questionário de pesquisa e ser iniciado nas técnicas de entrevista e de observação participante, o aluno dessas disciplinas tem a possibilidade de ouvir diretamente da boca de seus conhecidos e mesmo de seus familiares uma grande quantidade de ideias equivocadas sobre os Apinajé. De qualquer modo, ao realizar a pesquisa e refletir sobre as representações negativas que muitos de seus conhecidos têm sobre os Apinajé, os estudantes conseguem, enfim, “quebrar” os seus preconceitos, relativizando os conhecimentos equivocados transmitidos desde a infância por seus pais. O objetivo dessa metodologia de ensino é justamente esse: fazer desencadear um processo de alteridade no qual o aluno vê, no outro, os preconceitos que ele mesmo possui. Essa relação espelhada proporcionada pela pesquisa e pela incorporação anterior dos conhecimentos presentes no texto de referência faz com que os estudantes questionem as ideias equivocadas sobre os indígenas, sendo, inclusive, incentivados a apresentar proposições para a mitigação desses preconceitos. Isso fica particularmente claro na parte final da disciplina quando os grupos apresentam para a turma os resultados de suas pesquisas com um discurso totalmente diferente daquele apresentado no início da disciplina. (DEMARCHI; MORAIS, 2015, p. 36-37).

Quebrar os seus preconceitos, desmanchá-los. Olhando com meus olhos de hoje, mais de dez anos depois, vejo que nós conseguimos desmanchar muito com essa proposta, inclusive algo que só percebemos

depois e que passou a ser incorporado ao nosso discurso à medida que as leituras de autoras e autores indígenas, negras e quilombolas foram sendo processadas. Naquela época, seguindo a tradição antropológica brasileira (AKROÁ *et al.* 2018), não chamávamos de racismo o preconceito étnico existente entre os moradores de Tocantinópolis e os Apinajé. Como se pode ver no texto acima, chamávamos simplesmente de “preconceito”.

Alguns anos depois, já lecionando em outros campus da mesma UFT, nos deparamos com um artigo de autoria coletiva entre indígenas e não indígenas que chamou a nossa atenção para o fato de que o desmanchar deve ser contínuo: um exercício perene. Ou seja, para o fato de que existe sim racismo contra os povos indígenas e é preciso nomear assim esse tipo de preconceito.

O que ficou evidente desde a primeira roda de conversa foi que, se para muitos acadêmicos de instituições brasileiras a violência contra populações indígenas não deve, ou não precisa, ser descrita como racismo, para os participantes indígenas do encontro não havia a menor dúvida de que sofrem e vêm sofrendo racismo desde a chegada dos europeus ao continente, racismo que se estende também, é preciso dizer, à forma como são tratados pela universidade. (AKROÁ *et. al.*, 2018, p. 21).

Sim, segundo essa visão que passamos a compartilhar, era racismo o que estávamos presenciando na universidade e em Tocantinópolis. E talvez por causa do nosso próprio racismo internalizado, não o estávamos chamando dessa forma. Mas é sempre tempo de olhar para dentro, de promover fissuras que nos levam a rever os nossos pensamentos e questionamentos. Olhando com os olhos de hoje, depois de ter lido e incorporado nos programas de disciplina autoras como Kreuzza Prumkwy Krahô, Davi Kopenawa, Silvio de Almeida, mas também Ailton Krenak e Célia Xakriabá, Antônio Bispo dos Santos e Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, Angela Davis e Sandra Benites, Sonia Guajajara, Elói Terena, Silvia Cusiqañqui e Eliana Potiguara, e tantas outras e outros autores que hoje compõem o meu ofício de dar aula, não poderia ser tão óbvio que se tratava de racismo naquele contexto. O fato de não termos nomeado assim foi uma forma de, contraditoriamente, conti-

nuar uma tradição, mesmo que estivéssemos querendo fazer o contrário. Um “pacto da branquitude”, como diz Cida Bento (2022), que deve ser rompido, desmanchado e desfeito constantemente por meio da potência das ideias das autoras e autores citados acima.

Narrativas contra-acadêmicas

Em 2015, e com essa experiência na bagagem, fui convidado pela professora Verônica Menezes Dantas a compor o grupo de professores responsáveis por construir o PPGCOMS, da UFT. Alguns anos mais tarde, também por seu convite, vim a compor a equipe do Procad-AM.

O meu primeiro encontro com os alunos de pós-graduação provocou novos movimentos em minha forma de atuar em sala de aula e que depois foram desaguando na elaboração do projeto sobre contranarrativas indígenas. Aqui é importante destacar a forma como os autores e autoras indígenas e negras foram ocupando os meus programas de disciplina à medida que iam sendo publicadas, até que passaram a compor praticamente toda a bibliografia. Mas, de um ponto ao outro, existe o começo do processo descrito aqui e que se inaugura com a leitura de duas obras fundamentais *A queda do céu*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), e *Colonização e Quilombos: modos e significados*, de Antônio Bispo dos Santos (2015).

O encontro com essas obras, praticamente na mesma época em que estava iniciando a docência na pós-graduação, me levou a trabalhar com a experiência contracolonial que elas proporcionam, sobretudo, em um curso sobre comunicação e sociedade. No caso de *A queda do céu*, a leitura das palavras do xamã para os “brancos” provocou experiências de autorreflexão profundas nos alunos, capazes de mexer com representações identitárias brancas e coloniais que estavam estabilizadas e que passaram a ser questionadas depois das leituras e das conversas. Por conta do grande volume de páginas da obra, e da natureza fugaz dos cursos de pós-graduação, escolhi como leitura coletiva a terceira parte da obra e mais especificamente o tópico intitulado “paixão pela mercadoria”.

Nesse trecho, uma poderosa contranarrativa anticapitalista é enunciada de modo coerente para o leitor. Uma descrição densa, etnográfica,

crítica dos valores que fundamentam o capitalismo e a modernidade, tais como a propriedade privada, a acumulação, o consumo, a avareza, tudo isso sobre o crivo perspicaz de um observador sagaz e de um tradutor atento tanto ao contexto nativo, quanto ao contexto eurocentrado.

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar. (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 8).

O impacto que essas palavras e muitas outras geraram nos alunos foi fundamental para diferenciar um tipo de narrativa indígena que estou chamando aqui de contraacadêmica, no sentido de que se opõe aos maneirismos formais e eruditos geralmente encontrados nos textos das ciências humanas e da filosofia. Ao contrário, trata-se aqui de um tipo de fala (e não exatamente de um texto), que chega “direto no coração”, como me descreveu certa vez uma aluna após ler essas páginas de Kopenawa. O sucesso dessa primeira experiência de lecionar por meio dessas contra narrativas, me abriu uma possibilidade de pesquisa sobre narrativas similares e também sobre a produção bibliográfica e acadêmica de pesquisadores e pesquisadoras indígenas do Brasil.

A leitura desse material e as discussões realizadas em sala de aula foram fundamentais para perceber que eu estava diante de um tipo de narrativa que dialogava muito mais com as experiências cotidianas dos alunos do que os textos acadêmicos. Um grande exemplo nesse sentido é o livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak, que foi publicado em 2019. Ao introduzi-lo na disciplina Comunicação, Cultura e Território, ouvi uma aluna dizer que “era como se o autor estivesse conversando comigo”.

Esse tipo de conversa de canto de ouvido que é própria dos livros de Krenak, mas também de outros autores e autoras indígenas, estabelece um tipo de pacto entre o leitor e a leitora não indígena e o autor indígena que no caso da obra de Krenak se apresenta no uso do pronome “nós” para representar a humanidade.

Nós, a humanidade, vamos viver em ambientes artificiais produzidos pelas mesmas corporações que devoram florestas montanhas e rios. Eles inventam kits super interessantes para nos manter nesse local, alienados de tudo, e se possível tomando muito remédio. Porque, afinal, é preciso fazer alguma coisa com o que sobra do lixo que produzem, e eles vão fazer remédio e um monte de parafernália para nos entreter. (KRENAK, 2019, p. 20, grifo meu).

Esse “nós” empregado por Krenak cria uma relação de proximidade e empatia interétnicas, uma “confluência”, no sábio dizer de Antonio Bispo dos Santos (2015), que é utilizada como uma estratégia contra-narrativa e que está relacionada com outro elemento central desses contradiscursos: o fato deles serem concebidos como falas e não exatamente como textos. Ailton Krenak deixou isso bem claro recentemente, com sua irreverência característica, quando tomou posse na Academia Mineira de Letras:

Afinal de contas nós estamos falando dessa capacidade que nós experimentamos de produzir escritas. No meu caso, a escrita é a partir da oralidade. Os meus livros que viraram texto, eles saíram tudo da minha fala. Alguém perguntou: “agora você vai se dedicar a sentar e escrever um livro?”. Eu falei: “bom, talvez eu sente e fale um livro” (Risos). Eu costumo falar, eu não costumo escrever. (KRENAK, 2023, n.p).

Aqui está definida uma qualidade das contranarrativas indígenas que oferece uma outra experiência de escrita para os discentes, uma escrita falada, ou melhor, uma contraescrita, enfim, uma “fala escrita”, como define Krenak para seus livros. De qualquer modo, o impacto dessa “fala escrita” em alunos de pós-graduação pressionados pela leitura e compreensão urgente de textos com linguagem técnica e erudita foi impressionante. Ao perceber essa potência da oralidade, busquei incentivar nos alunos a ideia de que estávamos também ouvindo aqueles textos, para

respeitar o “costume” indígena de falar pela escrita, tão bem expresso por Ailton Krenak na citação acima.

Essa característica de agência e transformação que é própria das contranarrativas tende a se tornar mais potente quando ela é inserida em um contexto de sala de aula que também busca subverter as hierarquias presentes nos espaços universitários, através de uma didática horizontalizada e de produção de afetos e *feedbacks* positivos para os alunos, promovendo o debate e a expressão de ideias e sentimentos. Criar um contexto de acolhimento das metamorfoses é fundamental para garantir que o processo de mudança ocorra de modo eficaz e que seja entendido como um processo de reflexão constante, uma arte de desmanchar o racismo e produzir pessoas antirracistas que serão capazes de entrar na luta antirracista como sujeitos e não como objetos, como nos alertam Grada Kilomba (2015) e bell hooks (2016). Como afirmam as autoras, não basta somente se colocar contra, se opor, é preciso interferir diretamente na subjetividade dos alunos para propor novas formas de entendimento das relações étnico-raciais que estejam alinhadas a uma postura antirracista.

Foi com essas indagações na cabeça e com essa postura no corpo que em um determinado momento do ano de 2020, e novamente por conta do diálogo com o colega e amigo Odilon Moraes, ele me apresenta o fato de que a revista *Pise a Grama* está publicando textos de pesquisadoras e pesquisadores indígenas. São textos curtos, que sintetizam pesquisas densas, defendidas em cursos de graduação e programas de pós-graduação. Novamente, como em Kopenawa, Antônio Bispo e em Krenak, ou mesmo em Silvia Cusicanqui (2021), a oralidade está ali, subvertendo a academia por meio de uma conversa direta com o leitor, um tipo de comunicação que se opõe a certos códigos do letramento acadêmico, e se impõe contra os vícios e maneirismos de uma linguagem geralmente excludente que afasta e silencia muitas pessoas nas salas de aulas das universidades. Encontro esses textos no momento em que estou pensando sobre o conceito de contranarrativas indígenas no âmbito do Procad-AM, e com eles, minhas hipóteses se confirmam. Também com eles visualizo a possibilidade de pensar uma disciplina que tenha somente autores e autoras indígenas e quilombolas.

Montando uma Contradisciplina

Ao me deparar com o material publicado na Revista *Pise a Grama*, baixei todos os textos individualmente em uma pasta e comecei a lê-los e relê-los buscando as conexões, as conversas e os diálogos possíveis entre eles. Descobri 11 publicações de autoria indígena e 5 de autoria quilombola. Algumas delas serão apresentadas a seguir. Com esse material em mãos, somado àquele recolhido nas pesquisas realizadas nos anos anteriores, eu estava pronto para construir e colocar em prática um programa indígena e quilombola para a disciplina “Comunicação, Cultura e Território”, que eu já havia ministrado duas outras vezes no PPGCOMS (UFT). Antes, contudo, de apresentar o programa da disciplina e seus principais textos, gostaria de apresentar algumas informações sobre o grupo de alunas e alunos que cursou a disciplina.



Figura 1: A turma da disciplina e o professor depois que a “chave virou”.
Fonte: Acervo de Ana Cláudia Batista Cardoso.

A turma era composta por nove discentes: cinco mulheres brancas e quatro homens, sendo um negro, um pardo e dois brancos. A experiência com essa turma foi particularmente interessante porque ela reunia um número maior de pessoas que nunca haviam tido qualquer contato com os pensamentos dos povos indígenas e quilombolas e, também, algumas

poucas pessoas que já tinham alguma familiaridade com eles. Dentre esses últimos, é importante destacar a presença de um estudante que era casado com uma indígena Krahô e vivia com ela e seus filhos na aldeia Pedra Branca. Sua presença na aula foi fundamental para alimentar a curiosidade e sanar as inúmeras dúvidas dos demais alunos sobre o povo Krahô, criando um ambiente de debate e descontração.

Foi interessante perceber como o impacto das contranarrativas nesse pequeno grupo teve um alcance que ressoou para fora da turma, alcançando familiares, colegas de trabalho e pessoas e instituições com as quais os alunos conviviam. Lembro, por exemplo, das caras de surpresa e até de um sutil descontentamento de alguns discentes quando anunciei que praticamente toda a bibliografia do curso seria de autoria indígena e quilombola. Lembro-me, também, que alguns compraram a ideia do curso imediatamente, enquanto outros apresentaram uma leve resistência, logo desfeita depois do contato com a prosa sedutora e crítica de Ailton Krenak, em seu *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019).

Para montar esse curso sob as perspectivas dos autores e autoras indígenas e quilombolas, escolhi como pano de fundo as consequências contemporâneas e processos vividos pela espécie humana no contexto do antropoceno e da “era das catástrofes” (STENGERS, 2015), e os modos como as contranarrativas indígenas e quilombolas apontam caminhos possíveis, para, como sintetizou Krenak, “adiar o fim do mundo”.

Por conta dessa escolha, as três primeiras aulas foram pensadas para dar sentido aos três conceitos que estão no título da disciplina: Comunicação, Cultura e Território. Invertendo a ordem dessa sequência, para introduzir a problemática das crises ambientais, climáticas e sociais, e as respostas indígenas a elas, o curso se iniciava já na primeira aula com dois textos bem curtos, ambos publicados na revista *Pise a Grama*. O primeiro, escrito pelo pesquisador em química, Paul Crutzen, e pelo biólogo Eugene Stoermer, em que eles apresentam a primeira conceituação de Antropoceno.

Considerando esses e vários outros crescentes impactos das atividades humanas na terra e na atmosfera, que acontecem em todas as escalas possíveis – inclusive global –, parece-nos mais do que apropriado enfatizar o papel central da humanidade na geologia e na eco-

logia propondo o uso do termo Antropoceno para a época geológica atual. Os impactos das atividades humanas vão continuar por longos períodos. Segundo um estudo de Berger e Loutre, devido às emissões de CO₂ antropogênicas, o clima pode se afastar significativamente de seu comportamento natural ao longo dos próximos 50 000 anos. Para designar uma data mais específica para o início do Antropoceno, embora pareça um pouco arbitrário, propomos a parte final do século XVIII, apesar de alertarmos que sugestões alternativas podem ser feitas (algumas pessoas podem até querer incluir todo o Holoceno). No entanto, escolhemos essa data porque, durante os dois últimos séculos, os efeitos globais das atividades humanas se tornaram claramente notáveis. Esse é o período em que, segundo dados acessados a partir de amostras de gelo glacial, iniciou-se o crescimento, na atmosfera, de concentrações de vários gases estufa, em particular CO₂ e CH₄. Essa data também coincide com a invenção, em 1784, por parte de James Watt, do motor a vapor. Por volta daquela época, meios bióticos na maioria dos lagos começaram a mostrar grandes mudanças. (CRUTZEN; STOEMER, 2015, p. 2).

Essa definição foi apresentada aos discentes como uma constatação ocidental e científica para transformações que o modo de vida capitalista impõe sobre a Terra, algo que já havia sido apontado por pensadores indígenas como Davi Kopenawa, por exemplo. Assim, o Antropoceno, foi então comparado aos conceitos indígenas de “queda do céu” (KOPENAWA; ALBERT, 2015), e “adiar o fim do mundo” (KRENAK, 2019), chamando a atenção para as emergências que a espécie humana enfrenta no presente momento.

Para fortalecer essas ideias, o segundo texto da primeira aula, “Amazônia Antropizada”, de Eduardo Viveiros de Castro (2015), apresenta pesquisas arqueológicas recentes que demonstram a profícua ocupação da Amazônia por populações indígenas em tempos imemoriais por meio de um modo de vida em intensa interação com a floresta. Segundo o autor:

A partir dessas evidências, torna-se cada vez mais difícil defender a ideia, ainda corrente na opinião pública, de uma Amazônia intocada, coberta de matas virgens, habitada apenas por pequenas tribos esparsas por volta de 1500. [...] A “mata virgem” tem muito de fantasia: como hoje se começa a descobrir, boa parte da cobertura vegetal amazônica é o resultado de milênios de intervenção humana: a maio-

ria das plantas úteis da região proliferou diferencialmente em função das técnicas indígenas de aproveitamento do território e porções importantes do solo amazônico (no mínimo 12% da superfície total) são antropogênicas, o que indica uma ocupação intensa e antiga. Em síntese, a floresta que os europeus encontraram quando invadiram o continente era o resultado da presença de seres humanos, não de sua ausência. Naturalmente, não é qualquer forma de presença humana que é capaz de produzir uma floresta como aquela. É importante observar que as populações indígenas estavam articuladas ao ambiente amazônico de maneira muito diferente do complexo agroindustrial do capitalismo tardio. Em outras palavras, para a floresta amazônica, muito Kuikuru não é a mesma coisa que muito gaúcho. (CASTRO, 2015, p. 2).

Essas ideias iniciais sobre o contexto dos impactos geológicos e ambientais do capitalismo global em oposição à forma articulada como os povos originários se relacionam com as florestas e biomas, foram fundamentais para os alunos perceberem as conexões com os textos que viriam a seguir, já que eles apresentavam as perspectivas indígenas para problemas finalmente diagnosticados e levados a sério pelos cientistas ocidentais. Além disso, essa primeira parte foi a única em que autores brancos estavam listados como referência principal.

Para continuar nessa discussão, a segunda aula debateu as relações entre comunicação e contranarrativas por meio do debate do livro “Ideias para adiar o fim do mundo”, de Ailton Krenak. O foco aqui era continuar o tema da aula anterior, mas aprofundando-o para o entendimento dos pensamentos e comunicações indígenas que vão além das formas ocidentais de pensamento, como se pode ver nesse trecho do livro do Krenak:

Li uma história de um pesquisador europeu do começo do século XX que estava nos Estados Unidos e chegou a um território dos Hopi. Ele tinha pedido que alguém daquela aldeia facilitasse o encontro dele com uma anciã que ele queria entrevistar. Quando foi encontrá-la, ela estava parada perto de uma rocha. O pesquisador ficou esperando, até que falou: “Ela não vai conversar comigo, não?”. Ao que seu facilitador respondeu: “Ela está conversando com a irmã dela”. “Mas é uma pedra.” E o camarada disse: “Qual é o problema?”. Tem uma montanha rochosa na região onde o rio Doce foi atingido pela lama da mineração. A aldeia Krenak fica na margem esquerda do rio, na

direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo “não estou para conversa hoje”, as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: “Pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser”. Assim como aquela senhora hopi que conversava com a pedra, sua irmã, tem um monte de gente que fala com montanhas. No Equador, na Colômbia, em algumas dessas regiões dos Andes, você encontra lugares onde as montanhas formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem uma família de montanhas que troca afeto, faz trocas. E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Por que essas narrativas não nos entusiasmam? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente? (KRENAK, 2019, p. 25).

Fazendo o *link* com essa passagem de comunicação clara e direta, e que de certo modo sintetiza a ideia de contranarrativa, em seu sentido formal e conceitual, está o texto que escrevi sobre contranarrativas indígenas para o primeiro livro do Procad-AM (MIRANDA *et al.*, 2021). Ali a proposta é contribuir para o entendimento dessas formas indígenas contemporâneas de intervenção narrativa nos campos políticos, sociais, artísticos e ambientais, e que seriam apresentadas na sequência, demonstrando um tipo de comunicação cosmopolítica que os conceitos das “ciências da comunicação” ainda estão começando a alcançar.

Seguindo o planejamento, a terceira aula partiu da ideia de que essa proposta inovadora necessitaria de uma reformulação no conceito de cultura, para que nele coubesse a resistência e resiliência dos povos indígenas e quilombolas. Eu encontrei uma conceituação assim no livro “Apropriação Cultural”, do babalorixá e antropólogo Rodney William. Sua definição de cultura politicamente comprometida tem como pilar as ideias de Kabengle Munanga, que afirma:

A cultura não é somente música, dança, artes, religião, cinema, literatura. A ciência, a tecnologia e a educação como veículo de transmissão do conhecimento também são categorias de cultura. Diz-se que os países que investiram maciçamente em educação de qualidade são os

mais desenvolvidos hoje. Mas o desenvolvimento equilibrado é aquele que não degrada a natureza e não destrói a cultura de um povo, isto é, a sua visão do mundo e do universo, as suas religiões, a sua história e as suas tradições, embora tais tenham dinâmica própria. (MUNAN-GA *apud* WILLIAM, 2020, p. 26-27).

A crítica central a uma ideia de cultura ocidental desprovida de vínculo com a natureza, que a trata apenas de forma objetiva, que está cega para as relações intrínsecas entre ela e os “componentes” da cultura, está aqui presente nessa passagem e em toda obra. A compreensão desse conceito de cultura como um fluxo dinâmico de conhecimentos que são canalizados e localizados de modo distinto por diferentes agrupamentos humanos, e que não está alheio aos processos de dominação colonial que os perpassam, nem as consequências e catástrofes ambientais que as atravessam, foi fundamental para as estudantes compreenderem as relações entre cultura, comunicação e território, desde uma perspectiva antirracista, contracolonial e cosmopolítica.

As duas aulas seguintes combinavam dois livros contemporâneos fundamentais para compreender formas contracoloniais possíveis desde os pensamentos da indígena Aymara Silvia Cusicanqui, em seu “Ch’ixinakax Vtxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos” (2021); e do quilombola Antonio Bispo dos Santos, em seu já citado livro “Colonização e Quilombos” (2015). Em um primeiro momento, tratava-se de compreender as potências conceituais do *Ch’ixi*, conceito Aymara que desafia o pensamento dialético do materialismo histórico ocidental ao propor que:

Não há pós nem pré em uma visão da história que não é linear e nem teleológica que se move em ciclos e espirais, que marca um rumo sem deixar de retornar ao mesmo ponto. O mundo indígena não concebe a história linearmente, e o passado-futuro estão contidos no presente: a regressão ou a progressão, a repetição ou a superação do passado estão em jogo em cada conjuntura e dependem de nossos atos, mais do que de nossas palavras. O projeto de modernidade indígena poderá aflorar no presente, em uma espiral, cujo movimento é uma contínua retroalimentação do passado sobre o futuro. (CUSICANQUI, 2021, p. 92).

Essas ideias encontram ressonâncias significativas naquelas apresentadas por Antonio Bispo dos Santos na citação abaixo, sobre os saberes, modos, significados e cosmovisões dos “povos afro-pindorâmicos”, considerados pelo autor como “politeístas, pluristas, circulares”, em oposição aos “povos colonialistas”, considerados “monoteístas, monistas, lineares”.

O povo eurocristão monoteísta, por ter um Deus onipotente, onisciente onipresente, portanto único, inatingível, desterritorializado, acima de tudo e de todos, tende a se organizar de maneira exclusivista. Invasão e colonização vertical e/ou linear. Isso pelo fato de ao tentarem ver o seu Deus, olharem apenas em uma única direção. Por esse Deus ser masculino, também tendem a desenvolver sociedades mais homogêneas e patriarcais. Como acreditam em um Deus que não pode ser visto materialmente, se apegam muito em monismos objetivos e abstratos. Quanto aos povos pagãos politeístas que cultuam várias deusas e deuses pluripotentes, pluricientes e pluripresentes, materializados através dos elementos da natureza que formam o universo, é dizer, por terem deusas e deuses territorializados, tendem a se organizar de forma circular e/ou horizontal, porque conseguem olhar para as suas deusas e deuses em todas as direções. Por terem deusas e deuses tendem a construir comunidades heterogêneas, onde o matriarcado e/ou patriarcado se desenvolvem de acordo com os contextos históricos. Por verem as suas deusas e deuses até elementos da natureza como, por exemplo, a água, a terra, o fogo outros elementos que formam o universo, apegam-se à plurismos subjetivos e concretos. (BISPO DOS SANTOS, 2015, p. 38).

Neste momento da disciplina, os discentes já tinham, como vieram a me dizer depois, “virado a chave”, expressão que denota o efeito das contranarrativas, provocando uma mudança de atitude e de compreensão e adesão às ideias antirracistas. Essa virada tornou possível que percebessem a complexidade de uma mudança sutil no espaço da sala iniciada desde as primeiras aulas e que consistia em dispor as carteiras em forma de círculo, permitindo a quebra das hierarquias espaciais e promovendo uma disposição espacial que espelhasse a equidade de cada um presente, possibilitando que as pessoas se olhassem face a face. A cada aula era preciso desfazer a ordem quadrada e reta das carteiras no espaço e reconstruir um espaço novo, circular, igualitário.

Agora, já estamos na sexta aula e os alunos têm contato com o primeiro texto da revista *Pise a Grama*. O efeito é imediato. Durante a aula, todos querem falar ao mesmo tempo. A discente responsável pela apresentação reclama seu direito de fala e retoma a discussão. Também, pudera. Trata-se, mais uma vez de uma “fala escrita”, intensa, direta, sem meias palavras, intitulada “Tornar-se Selvagem” (2020) e de autoria de Jerá Guarani, pedagoga, “ex diretora da Escola Estadual Indígena Gwyrá Pepó”, no extremo sul de São Paulo. Ela conta uma história de transformação pessoal e coletiva que trata da retomada da agricultura, das sementes tradicionais e, enfim, das artes de cuidar das plantas e do alimento, para produzir corpos saudáveis e belos. E ela o faz devolvendo a nós uma imagem que nos impele a transformação, como nessa passagem abaixo, na qual ela nos provoca com a proposta de uma contra-etnologia, cujo objetivo seria nos descivilizar, para nos tornarmos selvagens.

Posso não parecer muito simpática com o que vou dizer. Em outras ocasiões, certamente, não seria assim, pois gostamos muito de dar risada, o povo Guarani Mbya é muito alegre! E eu sempre me esforço para ser quem sou de fato – feliz, apesar dos pesares – mesmo quando falo de assuntos problemáticos e ruins. [...]. Uma das coisas que digo para os mais velhos e para vocês, Juruá, em momentos de encontro, é que seria importante fazer etnologia na cultura de vocês. Tirar o Guarani da aldeia para ele ficar na casa de vocês e observar vocês todos os dias. Sentir, refletir, tentar entender, fazer relatórios e, finalmente, produzir uma tese de capa dura, bem bonita, com muitas páginas, fotografias, gráficos e referências a outros estudos, para concluir e dizer aos Juruá para se tornarem selvagens, para que se tornem pessoas não civilizadas – pois todas as coisas ruins que estão acontecendo no planeta Terra vêm de pessoas civilizadas, pessoas que não são, teoricamente, selvagens. Se fizéssemos um estudo etnológico na cultura de vocês, teríamos qualificações e um respaldo maior para conseguir convencer muitas pessoas a se tornarem selvagens, a se tornarem pessoas não tão intelectuais, não tão importantes. Vocês passariam a correr o risco diário de ser assassinados, de ter suas casas e suas famílias queimadas, seus filhotes queimados. Mas, de um modo geral, vocês seriam melhores. Não fiquem assustados: tenho amigos juruás muito queridos e contamos com muitos parceiros juruás que lutam conosco. Muitos já morreram e outros ainda vão morrer. Tornar-se selvagem não é algo que pode acontecer rápido, de um dia para outro, mas algo que implicaria momentos de muita dedicação

e de muito trabalho por parte de vocês, não indígenas. (GUARANI, 2020, p. 1).

A potência desse texto causou comoção durante a aula. Reiterou o clima de antirracismo que já estava se desenhando nas aulas anteriores. Aqui é preciso ressaltar a linguagem direta presente nesse fragmento, que possui as características da contranarrativa evidenciadas acima: é uma conversa que acontece nessa fala-texto. Uma conversa que aprofunda esses momentos de muita dedicação e trabalho que a disciplina está inaugurando para muitos dos alunos e das alunas. A “chave”, pode ser virada mais de uma vez, algo pode também se desmanchar novamente quando se é colocado no lugar daqueles que vivem na insegurança do assassinato eminente e da perseguição constante das políticas de genocídio das pessoas “civilizadas”.

Na sequência dos ensinamentos mergulhamos no universo do povo Xakriabá por meio de uma dupla de irmãos: Célia e Nei Xakriabá. Ambos tratam de outras formas de aprender e transmitir conhecimentos. Célia nos conta como “Amansar o Giz” (2020) e Nei Lopes, como “Ensinar sem ensinar” (2020). Assim, a turma pôde penetrar em mais um dos universos das culturas indígenas que diz respeito à transmissão dos saberes tradicionais e seus conflitos transversais com a instituição escolar e suas formas de dominação e apagamento.

Mostramos que somos indígenas e que a história que contavam sobre nós consistia em uma história única, hegemonicamente construída. Agora reivindicamos também a oportunidade de construir histórias como contranarrativas, por meio da autonomia de contar a nossa versão. E estamos nesse espaço também para demonstrar que a presença indígena não faz parte apenas de uma história passada (pretérita, como dizem os historiadores), pois somos protagonistas de uma história que está sendo tecida no presente. Assim como ocorre majoritariamente na produção acadêmica, a produção dos materiais didáticos que chegam a nossas escolas está sempre privilegiando a teoria produzida no centro. É como se a cultura do outro fosse mais forte. Há um desbotamento e uma desvalorização grande dos estudantes indígenas no meio acadêmico. Alguns estudantes vão para a universidade e não são considerados produtores, autores e interlocutores do conhecimento neste meio. Mas é preciso haver um processo reverso. É isso que eu chamo de indigenização. Por que não indigenizar o ou-

tro? Por que não quilombolizar, campesinar o outro? (XAKRIABÁ, 2020, p. 3).

Essas ideias estão diretamente conectadas com a contraproposta pedagógica de “ensinar sem ensinar” apresentada por Nei Lopes ao descrever os métodos de ensino e aprendizagem próprios do povo Xakriabá.

A escola indígena diferenciada surgiu há mais de vinte anos da luta de todas as lideranças para que a escola do território Xakriabá tivesse modos próprios de ensino e aprendizagem, para que a escola respeitasse as nossas práticas e a nossa realidade, dentro de um calendário próprio. Antes, os professores vinham da cidade. Eram contratados pelo prefeito, que era envolvido com os conflitos locais de terra, o que fazia com que os professores não valorizassem as nossas práticas, e chegassem até mesmo a proibir a manifestação de muitas dessas práticas nos espaços da escola. No início, tivemos algumas dificuldades, pois a Secretaria de Educação estava acostumada com as aulas entre quatro paredes. Uma aula com cadeira, professor, aluno e quadro. Ao chegar na escola e ver que o professor não estava ali nos horários estabelecidos, começaram a questionar, até que entenderam que a nossa escola é diferente e que temos outros jeitos de ensinar. O nosso povo tem formas diferentes de ensinar e aprender, que costumamos dizer que é um “ensinar sem ensinar”. As crianças aprendem simplesmente observando uma pessoa mais velha fazendo o seu trabalho. Aprendem brincando, vadiando. Uma vez, a inspetora questionou a direção porque chegou à escola no dia de um velório e não encontrou nenhum aluno na escola. Por que eles não estavam ali? Temos muito respeito por todos da comunidade e, quando morre algum de nós, a escola para e todos vão ao velório. O velório também é um lugar de aprendizagem, onde o aluno vai aprender a se comportar durante o velório, vai aprender sobre a alimentação e sobre os cantos específicos para aquele dia. Vai saber o que pode ser feito e o que não pode. Se tivesse ficado na escola, como ele poderia aprender sobre todas essas coisas? (XAKRIABÁ, 2020, p. 5).

Dialogando com essas formas próprias de aprender com a prática, com a vadiagem e com o próprio corpo em ação no território, chama a atenção justamente para a importância do direito desses povos de terem seus territórios, e consequentemente seus modos de vida e suas pedagogias, “seus usos, costumes e tradições” juridicamente resguardados.

Principalmente em um contexto de ataque aos povos indígenas, como naquele ano de 2022, quando a disciplina foi ministrada, e nos três anos anteriores, marcados por um governo federal declaradamente anti-indígena.

Por isso, na sequência do programa estavam dois textos sobre os direitos dos povos indígenas que tocavam na ferida profunda da questão fundiária no Brasil. O agora secretário executivo do Ministério dos Povos Indígenas, o advogado Eloy Terena, apresenta uma defesa jurídica incontestável das ações de “retomada” territorial utilizadas como estratégia de luta por diversos povos indígenas que vivem no país.

Os elementos que marcam a territorialidade indígena são os vínculos afetivos com seu território. O sentimento de pertença de um com o outro (a relação do índio com a terra-mãe) explica o sentido de “dar sua vida pela sua terra”. Trata-se de um uso social que dá sentido ao território numa lógica contrária à lógica capitalista, que o percebe exclusivamente como mercadoria. Recuperar um território indígena é, portanto, a principal forma de proteger esse território. O índio é movido pelo sentimento de retomar o que é seu ante a constante e ilimitada exploração de sua “mãe terra”. Além disso, as estratégias de territorialização indígena são reforçadas pela memória coletiva, que guarda a histórica e violenta (des)territorialização promovida pela conduta territorial estatal. As retomadas de terras são instrumentos próprios e legítimos dos povos indígenas para (re)territorializar espaços que foram alvo da conduta territorial do Estado – ou seja, terras que foram invadidas ou retiradas – e fazer valer seus direitos étnicos esculpados na Constituição Federal. Diferentemente do olhar capitalista, para os povos indígenas o território não tem valor de mercado, mas sim valor de uso – e uso coletivo. O espaço é local de possibilidades. (TERENA, 2018, p. 4).

A compreensão dessa outra lógica de apreciar e vivenciar a Terra, interligando-se com ela em uma “biointeração” (BISPO, 2015), foi fundamental para reafirmar nos alunos o entendimento desses processos “ensinar sem ensinar” e fazê-los percorrer em suas vivências ancestrais alguns elementos desse modo de ser e pensar. E foi assim que eles começaram a lembrar dos quintais das avós e avôs, das histórias das roças dos familiares distantes e suas relações com as forças espirituais, os feitiços e simpatias que agora emergiam sobre uma outra forma de ver. Não mais

como “algo do passado” ou “folclore”, mas como uma forma possível de ser e estar no mundo conectada coletivamente a um território e relacionada a muitos outros possíveis.

O texto do doutor em antropologia Tônico Benites, do povo Guarani Kaiowá, retoma essas potências desde a perspectiva de luta e resistência e das estratégias de retomada do território.

Na atual situação histórica, as famílias extensas guarani e kaiowá dos territórios recuperados e reocupados, em lugar de se desintegrarem, aperfeiçoaram estratégias, flexibilizando sua organização e produzindo, cada uma, um modo de ser peculiar (*teko laja kuera*). Elas conformam uma realidade contemporânea caracterizada pelo *teko reta*, que pode ser traduzido por “modo de ser múltiplo” de conjuntos de famílias indígenas. O *teko reta* continua sendo, no entanto, um *ñande reko*, “nosso modo de ser”, sempre contraposto ao *karai kuera reko* ou “modo de ser do não índio”. O conceito de “fazer a luta” fundamenta e descreve o complexo processo de retorno das famílias. É possível dizer que enquanto se está “fazendo a luta”, os rituais religiosos levados adiante pelas famílias extensas e pelos *ñanderu* constituem práticas e ações concretas indispensáveis ao bom andamento do processo de reocupação dos territórios. (BENITES, 2018, p. 5).

“Fazer a luta”, um conceito indígena fundamental que explicita o processo contínuo de retomada territorial, mas também espiritual, na medida em que para os Guarani Kaiowá essa é uma luta cosmopolítica. Fazer a luta e fazer a reza são ações coetâneas, que fazem parte de uma forma específica de ação contra a violência dos processos coloniais.

Aprofundando essas questões, mas desde um outro prisma, na sequência das aulas temos um intervalo “amefricano” (GONZALEZ, 2020) por meio da leitura do texto “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (2020) escrito pela antropóloga Lélia Gonzalez. Nesse texto fundamental, a autora apresenta uma versão contracolonial do pensamento social brasileiro, questionando e criticando autores clássicos como Caio Prado Júnior e Gilberto Freire, por meio de uma linguagem contraacadêmica e bastante irônica. Lélia Gonzalez entende o racismo e o sexismo contra as mulheres negras como a neurose cultural brasileira, explicitando um diálogo com as teorias psicanalíticas de Freud e Lacan. Por outro lado, demonstra como a figura da “mãe preta” é fundamental para

compreender os processos de resistência das culturas “amefricanas” em contextos de dominação colonial como o brasileiro.

É interessante constatar como através da figura da mãe preta a verdade surge da equivocação. Exatamente essa figura para qual se dá uma colher de chá é quem vai dar a rasteira na raça dominante. É através dela que o obscuro objeto do desejo (o filme do Buñuel) acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tão pouco essa entreguista, essa traidora da raça como querem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela simplesmente é a mãe. É isso mesmo é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa o cocô, que põe para dormir, que acorda de noite para cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato todo da cultura brasileira. Enquanto mucama é a mulher, enquanto “bá”, é a mãe. A branca a chamada legítima esposa, é justamente a outra, que, por impossível que pareça, só serve para parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe. E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a ‘mãe preta’ ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito para criança brasileira, como diz Caio Prado Junior. Essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito a internalização de valores, ao ensino da *língua materna* e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa para gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela que nomeia o pai. Por aí, a gente entende que hoje ninguém quer mais saber de barba preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde né? A rasteira já está dada. (GONZALEZ, 2020, p. 87-88).

O importante aqui é que os alunos já estão preparados para o tombo que essa rasteira provoca. A queda aqui é proposital para que a subida, como na capoeira, seja em outra posição. Para os discentes que habitam o Tocantins, estado povoado por povos indígenas de forte atuação política e cultural, não foi difícil perceber os infundáveis hábitos, palavras, expressões que eles e seus familiares haviam herdado inconscientemente das “mães indígenas e pretas”, aquelas que são ditas de modo irrefletido

que “foram pegas no laço”, sem evidenciar o sequestro, o estupro e as violências contidas nesse “laço”.

Eu costumo falar para os discentes durante a discussão desse texto que os tocantinenses, principalmente os das cidades do interior, reproduzem em suas atividades de lazer a própria forma de vida indígena, e de bem viver que consiste em ir para a beira do rio com a família, acampar, tomar banho, pescar e comer os peixes assados, festejando com amigos e familiares. Essa “vida boa”, ideal de lazer para os habitantes do cerrado tocantinense constitui parte fundamental dos modos de vida indígenas.

Para aprofundar ainda mais esse conhecimento dos povos do cerrado, os textos da penúltima sessão são justamente de uma mulher indígena do cerrado: Creuza Prumkwyj Krahô, que fala sobre as “Mulheres Cabaças” como uma crítica a partir de seu lugar de mulher indígena Krahô, contra-argumentando e questionando a perspectiva masculina dos estudos antropológicos sobre o seu povo.

Todos os antropólogos que vão aos Krahô só pesquisam os homens. Eles não pesquisam as mulheres. A mulher fica de lado, sempre lá para os fundos da casa. Eles não chamam as mulheres para pesquisar. Fiquei observando isso desde quando meu marido era vivo e eu me perguntava: por que os antropólogos vão à aldeia e só pesquisam os homens? Só andam com os homens? Os mensageiros da aldeia são os homens, para dar notícia, para distribuir. Mas é falsidade os homens explicarem tudo porque não sabem tudo. As mulheres sabem muitas coisas, passam o dia inteiro fazendo enfeite para os caçadores, porque eles não podem andar sem enfeite. Se andarem sem enfeite, não matam nada. Aprendemos assim: sabemos fazer desenho no corpo, pintar, cortar o cabelo do jeito Krahô... Só quem corta o cabelo das pessoas é a mulher mais velha que não menstrua mais, uma mulher nova não pode cortar o cabelo de ninguém. A gente tem que participar só olhando mesmo, olhando muito como corta, como arranca, porque o cabelo é arrancado um por um. Mas, mesmo assim, os homens são os mensageiros para levar as mensagens do trabalho das mulheres para os antropólogos e devolver de novo para as mulheres. (KRAHÔ, 2017, p. 7).

Essa perspectiva que funciona como uma dupla crítica, externa e interna, é uma potente contranarrativa que se opõe a discursos presentes na própria sociedade Krahô, mas também fora dela. Aqui estamos diante

de, como diz Viveiros de Castro (2015), uma “contra-antropologia”, que teve impacto na turma a ponto de uma das alunas, responsável por apresentar o texto no dia da aula, realizar uma performance elaborada a partir de suas impressões dessa contranarrativa.

Dando sequência ao diálogo, em seu texto intitulado “Kunhã py’a guasu”, a antropóloga e curadora Sandra Benites apresenta a versão guarani da crítica feita por Creuza Krahô, desde sua perspectiva de gênero e refletindo sobre o conceito indígena teko.

Na nossa tradição oral, as versões narrativas têm que ser ditas através da ótica de cada teko. Teko é o modo de ser, o modo de estar no mundo, o modo de enxergar o mundo. O teko se produz e se transforma durante a caminhada de cada ser. É um processo que está sempre em movimento e sua transformação está relacionada com a vivência e as relações com o entorno. Existem teko das mulheres, das mães, dos homens, das crianças, dos jovens, dos homens mais velhos, das mulheres mais velhas, das mulheres que se relacionam com outras mulheres, dos homens que se relacionam com outros homens... Suas formas de ver e estar no mundo são diferentes. Teko porã é o que sempre buscamos, o bem-estar de todos os teko. Se não é dada a voz a todos esses teko, eles podem ser apagados, podem sofrer uma homogeneização, como se fossem todos iguais, e ainda uma hegemonização, quando um apaga o outro. O teko depende do momento, de quem fala. Na narrativa oral guarani, há duas versões: a dos homens e a das mulheres. A versão das mulheres, contudo, desapareceu e a dos homens, não – e isso acontece porque geralmente eles têm mais contato com não indígenas e, assim, podem narrar a sua forma de ser. Na maioria das vezes, só ouvimos da vida dos Guarani através de generalizações que partem de uma perspectiva masculina. As mulheres acabam invisíveis, assim como sua importância na sociedade. Escrevo para incluí-las como protagonistas em suas decisões e reivindicações. Relato minha história para que a maioria das mulheres se reconheça na minha caminhada; para que as autoridades executivas, judiciárias, legislativas, as universidades e os pesquisadores de diversas áreas reconheçam a importância do protagonismo das mulheres. (BENITES, 2021, p. 2).

Essa virada de perspectiva no sentido de lançar luz sobre as contranarrativas das mulheres Guarani, desde dentro da sua própria sociedade e questionando também o contato dos homens com seu exterior, se alinha ao pensamento de Creuza Kahô e Lélia Gonzalez, inserindo refle-

xões muito pertinentes para o entendimento das relações entre gênero e poder sob uma perspectiva contracolonial e contrapatriarcal.

A penúltima aula do curso, nosso encerramento na sala de aula, foi dedicado à leitura de “A queda do céu”, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), provocando nos alunos os efeitos já descritos acima e preparando-os para o nosso encerramento que aconteceria na aldeia Salto do povo Akwen-Xerente.

Graças ao convite para que eu participasse da banca de defesa da dissertação do agora mestre Silvino Sirnawe Xerente (2022), foi possível organizar a participação da turma nesse evento singular, que permitiu experimentar na prática aquilo que estávamos estudando durante todo o semestre. A descrição e análise desse dia na aldeia daria um estudo à parte. Gostaria apenas de registrar aqui a sua existência como o ápice de um processo de aprendizagem que produziu movimentos de transformação subjetiva em cada uma e um da(os) discentes presentes e também no professor. Afinal de contas, não é todo dia que se participa de uma banca examinadora no pátio da aldeia, vestido a caráter, com a pintura do clã que me foi atribuído em conjunto com o nome. Não é todo dia, enfim, que se pode ver, durante a defesa, o mestrando ser repreendido por sua mãe ao falar uma informação equivocada sobre a história de sua aldeia e ficar em silêncio, constrangido, enquanto a anciã, falando em sua língua materna, dá uma aula de história do povo Akwen para os jovens e crianças presentes no evento, e também para o seu próprio filho e para a banca, atônita, que sequer compreendia uma só palavra. Uma intensa experiência de contracolonização.

Esse evento marcante ficou na memória das(os) alunas(os) como a irrupção das contranarrativas em um contexto experimentado presencialmente por eles, consagrando a proposta do curso com esse momento que inicialmente não estava programado, mas que sem dúvida fez toda a diferença na montagem e no desfecho da nossa contradisciplina.

Considerações para além dos fins

Durante as leituras e releituras desses textos apresentados acima, percebi como as formas narrativas da oralidade estão ali presentes,

por exemplo, na primeira pessoa que é assumida; na linguagem direta típica de quem conta uma história; na evocação de parábolas, mitologias e exemplos de fácil acessibilidade. São formas de comunicação que subvertem as características mais evidentes dos textos acadêmicos, pautados por uma pretensa linguagem neutra e longas descrições e discussões teóricas.

Não foram poucas as vezes em que as(os) discentes comparavam essa prosa oral dos textos da disciplina com a prosa escrita e acadêmica das outras disciplinas que estavam cursando, destacando justamente o fato de que a experiência com aqueles textos se aproximava muito mais de uma conversa com as autoras e os autores do que, propriamente, de uma leitura. Aqui estamos diante de contranarrativas indígenas que possuem agência própria e cujas formas e intenções provocam mudanças nas subjetividades das(os) alunas(os). Desmancham alguma coisa nelas e neles de tal modo que fica marcado como um processo de desconstrução, de descolonização, passando a assumir uma postura de empatia e compreensão não apenas para com o pensamento indígena, mas, fundamentalmente, para com os direitos originários e territoriais dos povos indígenas e quilombolas.

Essa desconstrução, seguida de uma tomada de posição antirracista, deveria fazer parte do processo de aprendizagem tanto no ensino superior, quanto na pós-graduação, e também por meio da formação continuada dos docentes do ensino básico e universitário. E agora, podemos enfim dizer que temos uma bibliografia para tal, falada e escrita por diferentes autoras e autores indígenas e quilombolas que chegam diretamente ao ouvinte e leitor por meio de contranarrativas que agem e transformam. E temos também mestres e mestras dos saberes tradicionais e também dos saberes científicos, muitas vezes trabalhando na fronteira entre eles, e que só não estão nas salas de aulas das universidades atualmente, e desde muito tempo, porque os concursos públicos, salvo algumas raríssimas exceções, são feitos de modo que não permitem o seu acesso a elas.

É interessante pensar, finalmente, e diante das repercussões dessa bibliografia e da trajetória de seus autores e suas autoras nas(os) discentes, o efeito que ela teria tido nas gerações anteriores, e terá nas futuras gera-

ções de estudantes de graduação e pós-graduação, pelo gesto aparentemente simples de ter contato direto, sem mediação, com as ideias e as formas de narrar contraacadêmicas das autoras e dos autores indígenas e quilombolas. Mas sabemos que nunca foi simples, ao contrário, foram sempre muitas batalhas! E continuam sendo.

Referências

AKROÁ, Kum Tum. *et al.* Existência e Diferença: o racismo contra povos indígenas. *Direito e Praxis*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2018.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

BENITES, Sandra. Kunhã py'a guasu. *Piseagrama*, Belo Horizonte, nº 15, p. 92-104, 2021. Disponível em: <https://piseagrama.org/kunha-pya-guasu/>. Acesso em: 15 jun. 2023

BENITES, Tônico. Rojeroky hina ha roike jevy tekohape. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 18 - 25, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/rojeroky/>. Acesso em: 15 jun. 2023

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL, André; BELISÁRIO, Bernard. Desmanchar o cinema: variações do fora-decampo em filmes indígenas. *Sociologia & Antropologia*, v. 6, n. 3, p. 601-634, 2016.

CARVALHO, José Jorge. As Ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, v. 42-43, p. 303-340, 2003.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. Amazônia antropizada. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 6, p. 22 - 23, 2013. Disponível em: <https://piseagrama.org/amazonia-antropizada/>. Acesso em: 15 jun. 2023

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Metafísicas canibais: elementos de uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: n -1 edições, 2015.

CRUTZEN, Paul J; STOERMER, Eugene F. O antropoceno. *Piseagrama*, Belo Horizonte, sem número, nov. 2015. Disponível em: <https://piseagrama.org/o-antropoceno>. Acesso em: 15 jun. 2023

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Ch'ixinakax Vtxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores*. São Paulo: N-1 Edições, 2021.

DAMATTA, Roberto. *Um mundo dividido: estrutura social dos índios Apinayé*. Petrópolis: Vozes, 1976.

DEMARCHI, André. *Contranarrativas indígenas: vulnerabilidades e resistências*. Projeto de pesquisa. UFT: 2019.

DEMARCHI, André. *Contranarrativas Indígenas: vulnerabilidades e resistências*”. In: MIRANDA, Cynthia Mara. *et al. Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2020.

DEMARCHI, André; MORAIS, Odilon. *Mais algumas ideias equivocadas sobre os índios ou o que não deve mais ser dito sobre eles*. In: SILVA, Reijane Pinheiro da. (Org.). *Povos Indígenas do Tocantins: Desafios contemporâneos*. Palmas: Nagô, 2015.

DEMARCHI, André; PAZ, Adriana. “Estamos morrendo de covid-19, mas também de COVID-1500”: *Contranarrativas no portal Emergência Indígena*. In: Liana Vidigal; Phellipy Jácome; Gilson Porto; Edgar Júnior Chagas. (Org.). *Narrativas midiáticas, experiências e pesquisas amazônicas*. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2021, v. 1, p. 201-228.

GELL, Alfred. *Arte e Agência*. Rio de Janeiro: Ed. Ubu, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro, latino, americano*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2020.

GUARANI, Jerá. *Tornar-se selvagem*. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 12- 19, 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/tornar-se-selvagem/>. Acesso em: 15 jun. 2023

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2016.

KIDOIALE, Makota; MUIANDÊ, Mametu N'Kise. *Senzala, terreiro, quilombo*. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 52 - 61, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/senzala-terreiro-quilombo/>. Acesso em: 15 jun. 2023

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. Mulheres-cabaças. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 11, p. 110 - 117, 2017. Disponível em: <https://piseagrama.org/mulheres-cabacas/>. Acesso em: 15 jun. 2023

KRAHÔ, Creuza Prumkwyj. *Wato ne hômpu ne kãmpa*. Convivo, vejo e ouço a vida Mehi (Mãkrarè). 2017. 147f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. *Discurso durante posse na Academia Mineira de Letras*. 2023. 1 vídeo (2h18min). Publicado pelo canal *Academiamineiradeletras*. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=8ZeXt97w7vI&t=6089s&ab_channel=AcademiaMineiraDeLetras. Acesso em: 15 out. 2023

KRENAK, Ailton. *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. Rio de Janeiro: Grumin, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI, 2015.

SOUZA SANTOS, Boaventura. *Diário da difamação*. Mimeo. 2023

STENGERS, Isabel. *A era das catástrofes*. Rio de Janeiro: CosacNaify, 2015.

TERENA, Luiz Henrique Eloy. Poké'exa úti. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 12, p. 12 – 17, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/pokeexa-uti/>. Acesso em: 15 jun. 2023

VIAENE, Lieselotte; LARANJEIRO, Catarina; TOM, Miye Nadya. The walls spoke when no one else would: Autoethnographic notes on sexual-power gatekeeping within avant-garde academia. In: PRITCHARD, Erin; EDWARDS, Dely. *Misconduct in Academia: Informing an Ethics of Care in the University*. Londres: Routledge Ed., 2023

XAKRIABÁ, Célia. Amansar o giz. *Piseagrama*, Belo Horizonte, n. 14, p. 110 - 117, 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>. Acesso em: 15 jun. 2023

XAKRIABÁ, Célia. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. 2018. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos . Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, 2017.

XAKRIABÁ, Nei Leite. Ensinar sem ensinar. *Piseagrama*, Belo Horizonte, nº 15, dez. 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/ensinar-sem-ensinar/>. Acesso em:

XERENTE, Silvino Sirnawe. *Dasîpê akwê/xerente waskuze: História do dasîpê Xerente*. 2022. Dissertação (Mestrado em História das Populações Amazônicas) – Universidade Federal do Tocantins, 2022.

WILLIAM, Rodney. *Apropriação cultural*. São Paulo: Ed. Pólen, 2020.

CAPÍTULO 5

O que significa fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia?

LEANDRO LAGE

ROSANE STEINBRENNER

Na última década, o campo institucional da pesquisa em Comunicação viveu uma significativa expansão no Norte do país e, mais especificamente, na Amazônia Legal. Seis programas de pós-graduação na área da Comunicação e Informação foram criados e sete cursos abertos: um mestrado profissional, cinco mestrados acadêmicos e um doutorado. A despeito desse crescimento, a região concentra a menor parte dos PPGs e dos cursos de pós-graduação na área de todo o território nacional. Essa assimetria justifica, *prima facie*, a importância política, social e científica da pesquisa comunicacional na região amazônica. Não obstante, coloca-nos diante de um dilema: o que significa fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia?

A questão, de fundo prático e também epistemológico, vem à tona sempre que estamos diante da necessidade de justificar a relevância e os impactos de nossas pesquisas. Com frequência, os(as) próprios(as) discentes ou candidatos(as) aos PPGs sentem dificuldade em situar os seus projetos, especialmente quando o escopo dos objetos de conhecimento ou das empirias transpassa as bordas geográficas da Amazônia. Sem pretender dar a palavra final ao problema, nosso objetivo é, tão

somente, tensioná-lo. Fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia é fazer dos fenômenos e experiências amazônicas objetos ou temas da pesquisa? É fazer pesquisa “a partir da” Amazônia, tendo-a como um pano de fundo, um contexto, uma inserção? O que atribui a uma pesquisa em Comunicação o predicativo “na Amazônia” ou “da Amazônia”?

Diante desse conjunto de questões há pelo menos dois caminhos argumentativos diferentes, mas também complementares: em primeiro lugar, é preciso desenhar o quadro institucional da pesquisa em Comunicação na região Norte e, mais especificamente, na Amazônia – considerando-se, ainda, o conceito geopolítico de Amazônia Legal; em segundo lugar, é necessário enfrentar seriamente a dúvida sobre o próprio significado de Amazônia nas pesquisas. Seria um espaço geográfico, um âmbito cultural e sociopolítico, um lugar mítico marcado pelas ideias de vastidão ambiental e de atraso civilizatório?

Essas indagações têm profundas repercussões epistemológicas, pois remetem a modos de conhecer, de experimentar e de produzir conhecimentos social e historicamente situados. Enquanto não explorarmos frontalmente esses dilemas, até para desmistificar alguns deles, a própria construção de uma abordagem descolonial na intercompreensão de saberes na Amazônia se verá parcialmente comprometida, ou confundida com a imposição de “credos” acadêmicos e selos epistemológicos pretensamente validadores de metodologias, teorias e formas de saber “genuinamente” amazônicas. Nossa argumentação buscará, ao final, reunir elementos para uma perspectiva epistemológica e metodológica na qual a Amazônia seja compreendida enquanto mediação das pesquisas em Comunicação, isto é, enquanto dimensão vinculante e tensionadora de diferentes práticas, experiências, processos, sentidos, temporalidades, espacialidades, tecnicidades e racionalidades.

Pesquisar *na* Amazônia: breve quadro institucional e suas assimetrias

À indagação “O que significa fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia?” subjaz outra, ainda mais elementar, sobre o significado da própria pesquisa em Comunicação. Por certo, não teríamos as condições de retomar o estado desse debate epistemológico no espaço que

dispomos. Entretanto, um ponto de partida seguro nesse sentido é lançado por França (2007), quando argumenta que o campo da Comunicação se desenvolveu, no Brasil, a partir de uma dinâmica social e histórica que não foi constituída apenas pelo acúmulo de saberes ou pela circunscrição de objetos de conhecimento, mas também pela construção institucional de uma comunidade acadêmica. Para essa autora, um “campo existe também como realidade institucional: criamos cursos, nomeamos áreas (com suas subáreas e especialidades), fazemos eventos, nos reconhecemos como pesquisadores da comunicação.” (FRANÇA, 2007, p. 111).

Nesse sentido, uma primeira resposta possível à questão inicial seria, justamente, a de que desenvolver pesquisas em Comunicação na Amazônia significa, também, integrar esse campo institucional de universidades, PPGs e entidades de pesquisa que formam uma comunidade científica responsável pela produção e organização de conhecimentos da área. Ao assumirmos essa premissa, surge o primeiro dilema: é preciso estar na Amazônia para fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia? Considerando as múltiplas possibilidades de produção e circulação de conhecimentos de que dispomos atualmente, e também o esforço de pesquisadores de outras regiões e até mesmo de outros países voltados aos processos e práticas comunicacionais vinculados à região amazônica, não faria sentido defendermos ideia tão restritiva. Entretanto, o dilema joga luz sobre as contradições do campo, que reverberam diretamente nas condições de realização de pesquisas em Comunicação por quem está na Amazônia.

É importante lembrar que o primeiro Programa de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil foi criado na década de 1970 e que, somente em 2008, o Norte entrou no Sistema Nacional de Pós-Graduação na área da Comunicação, a partir da criação do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Ou seja, a região só ingressou no sistema quase 40 anos após a implantação do primeiro PPG na área. Dois anos depois, em 2010, foi aprovada a implantação do Programa de Pós-Graduação na área de Comunicação na Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA).

Portanto, é histórica a desigualdade em relação aos programas existentes na área de Comunicação no Brasil.

Se considerarmos a criação de PPGs de Comunicação na região Norte e parte da região Centro-Oeste, e a implantação ainda mais recente de quatro dos sete cursos de doutorado nas regiões, também no Nordeste, veremos que essa expansão é resultado da ênfase dada nos dois últimos Planos Nacionais da Pós-graduação (2005-2010 e 2010-2020) à diminuição das assimetrias regionais. Dissimetrias que, embora tenham diminuído, seguem como um permanente desafio, especialmente na região Norte, onde apenas três dos sete estados da região possuem pós-graduação em Comunicação: Pará (PPGCOM-UFPA), Roraima (PPGCOM-UFRR) e Tocantins (PPGCOM-UFT). E apenas um deles com curso de doutorado: o Pará. O número de PPGs aumenta quando se considera o território da Amazônia Legal, o que inclui os dois recentes programas da UFMA (de mestrado profissional, em São Luís, e acadêmico, no campus de Imperatriz), e também o PPGCOM-UFMT, em Cuiabá.

Dados recentes (DAV/Capes, 2018-2019) reafirmam os consequentes desafios na formação e manutenção de doutores na região Norte. Dos 102.675 doutores vinculados a programas de pós-graduação no Brasil, apenas 5.701 atuam na região Norte – o equivalente a 5,5% do total. Na área de Ciências Sociais Aplicadas I essa situação é ainda mais grave: dos 1.497 doutores atuando na pós-graduação na área, apenas 62, o equivalente a 4,1% do total, trabalham na região, dos quais 52 em Comunicação, o equivalente a 3,4% do total. Salienta-se que os dados disponíveis ainda consideram os 21 professores do programa da UFAM, que se encontra “em desativação”. Sem eles, esse percentual de docentes doutores em programas de Comunicação no Norte não passaria de 2%. Na prática, isso significa uma enorme demanda reprimida por professores e pesquisadores dessa área, o que certamente expandiria as potencialidades da produção científica da Comunicação na Amazônia.

Esse quadro é revelador, portanto, de uma realidade institucional da pesquisa em Comunicação na região amazônica – considerando-se, em princípio, apenas os programas vinculados à subárea da Comunicação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), embora possa-se fazer a ressalva de que inúmeras pesquisas de

programas de outras subáreas dialogam ou mesmo se inserem no campo da Comunicação, a exemplo do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), vinculado à Universidade da Amazônia (Unama) e à área Interdisciplinar.

Ao detalharmos a distribuição dos PPGs nos estados que integram a Amazônia Legal, comparando-a com a disposição dos programas em outras regiões do país, revelam-se assimetrias desconcertantes. Mas nem seria necessário fazer essa comparação entre regiões. A Amazônia Legal corresponde a mais da metade do território brasileiro, embora sua densidade populacional seja a menor entre as regiões. Ainda assim, a amplitude dos espaços na Amazônia só é comparável com suas dimensões ecológica, cultural e social e com o volume e o nível de tensões e conflitos que cercam as dinâmicas sociais, políticas e ambientais na região. Na prática da pesquisa, vinculada às próprias condições dos programas de pós-graduação, alguns dos impactos mais evidentes e comuns aos PPGs da Amazônia são: escassez de vagas e de pesquisadores qualificados para compor os quadros docentes, volume inferior de recursos e bolsas de pesquisa, custos mais elevados de infraestrutura e deslocamento, menos oportunidades e condições para o intercâmbio de pessoas e conhecimentos, impasses às iniciativas de internacionalização, menor representatividade nas associações científicas, paternalismo e/ou ausência de reconhecimento por centros de pesquisa mais consolidados, distribuição seletiva e centralizadora do prestígio científico, entre outros.

É bem verdade que a preocupação com a redução de assimetrias regionais e intrarregionais tem começado a pautar políticas institucionais e acadêmicas na pós-graduação e a gerar resultados perceptíveis. Além disso, o contexto da pesquisa em Comunicação realizada na Amazônia também é marcado pela adoção, por parte das comunidades acadêmicas, de posturas políticas e epistemológicas que incorporam o desafio permanente de ampliar o autoconhecimento de nossas singularidades e diversidades e do que nos é comum. Por outro lado, também é comum a reprodução e mesmo internalização de hierarquias institucionais e de práticas e discursos epistemológicos a partir dos quais pesquisadores da Amazônia deveriam, primeiro, “aprender” a fazer pesquisa na área

inspirados em PPGs maiores e mais antigos, para só então aspirar a um lugar mais, digamos, representativo no campo.

Pesquisar Comunicação *na* Amazônia pode significar, nesse sentido, integrar esse quadro institucional formado, em sua maioria, por programas de pós-graduação emergentes e por comunidades acadêmicas ativas na construção de conhecimentos científicos produzidos *in loco*, de maneira original, sobre uma região com extensões continentais e marcada por permanentes disputas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais. Ainda assim, permanecem abertas pelo menos duas questões, de ordem menos institucional do que epistemológica. Afinal, pesquisar Comunicação na Amazônia é fazer dos fenômenos e experiências amazônicas objetos ou temas da pesquisa? É fazer pesquisa “a partir da” Amazônia, tendo-a como um pano de fundo, um contexto, um lugar de inserção?

Pesquisar *a* Amazônia: entre a temática e o problema da pesquisa

Uma pergunta muito comum que candidatas e candidatos aos cursos de Mestrado e Doutorado do PPGCOM-UFPA fazem a nós, docentes orientadores, é sobre a obrigatoriedade ou mesmo a expectativa de que os projetos de dissertação e de tese assumam a região amazônica, com suas múltiplas características, como protagonista das pesquisas. É natural que a indagação surja, se considerarmos que o PPG ao qual eles se candidatam chama-se Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, composto por duas linhas de pesquisa: Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia; e Processos Comunicacionais e Mídiação na Amazônia. A questão, em geral, vem daqueles candidatos cuja proposta de pesquisa transborda, por assim dizer, as circunscrições geográficas mais imediatas da região amazônica, ou cujo objeto não guardaria, à primeira vista, uma relação de mútua determinação com a Amazônia.

Em primeiro lugar, é preciso refletir sobre a própria natureza dessa indagação, inevitavelmente afetada por percepções bastante difundidas sobre a região: um lugar-tempo exótico, quase abstrato, em sua vastidão e riqueza socioambiental (DUTRA, 2005); um espaço civilizatoriamente

tido como atrasado e, por isso, antagônico a uma ideia de modernidade (LOUREIRO, 2019; SOUZA, 2000); um cenário idílico marcado pelo mito da natureza selvagem intocada (DIEGUES, 2008), entre outras. Esse conjunto de enquadramentos, atravessado pelos imperativos desenvolvimentistas ávidos por uma região de “fronteira” para expansão de negócios agropecuários, extrativistas e energéticos, consolidou a conversão histórica da Amazônia em uma espécie de “Outro” do Brasil (LOUREIRO, 2019). De certa maneira, questionar-se sobre o vínculo da própria pesquisa com a região também é reflexo desses imaginários que transformam a Amazônia em um verdadeiro desafio epistemológico que nem todos os pesquisadores se dispõem a encarar – talvez pela própria ausência de identificação ou de percepção de pertencimento.

Em segundo lugar, a ideia de pesquisar a Amazônia pode sugerir caminhos distintos no percurso das investigações. Um dos mais comuns é a abordagem segundo a qual a Amazônia é um recorte temático da pesquisa. Nesses casos, a região não aparece como mero contexto geográfico, mas, principalmente, enquanto marco cultural ou sociopolítico. Trata-se, na maioria das vezes, de explorar práticas e processos comunicacionais que se constituem em meio às múltiplas experiências e territórios amazônicos, e que devem a eles os aspectos mais elementares de sua composição. Os esforços de pesquisa de Amaral Filho e Alves (2018) sobre a dimensão de espetáculo subjacente a expressões culturais tradicionais na Amazônia são um exemplo interessante de como “objetos” e/ou fenômenos amazônicos podem ser escrutinados diretamente, ao mesmo tempo em que são lidos à luz de processos e teorizações que transpassam divisas e fronteiras territoriais, tais como as ideias de mediação, de espetáculo etc.

Esse caminho pressupõe que a Amazônia passe a compor o núcleo mesmo dos problemas de pesquisa: enquanto tema, mas também como questão principal, organizadora das empirias e objetivos, das teorias e metodologias. Mas não uma Amazônia preconcebida, retirada de nossos imaginários colonizados. Fazer da Amazônia um problema de pesquisa significa, de saída, torná-la questão a ser desvendada, levantar hipóteses a serem testadas, descobrir sujeitos a serem ouvidos, escutinar práticas e processos comunicacionais. A Amazônia surge, então, como lugar de

problema, não como premissa. E seus “objetos” e empirias são organizados de acordo com as questões norteadoras, não apenas a partir dos recortes territoriais. O trabalho de Dutra (2005) sobre os discursos das mídias hegemônicas nacionais a respeito da biodiversidade e dos povos da floresta amazônica é um exemplo relevante de investigação na qual o conceito “Amazônia” surge como resultado da pesquisa, não apenas como pré-conceito.

É preciso dizer que mesmo as pesquisas em que a Amazônia figura, em princípio, como recorte específico, de ênfase geográfica ou mesmo territorial, não são meras investigações sobre problemas ou objetos genéricos “aplicados” à região. Um trabalho sobre a história do rádio no Pará, a exemplo do que fazem Seixas, Rodrigues e Santa Brígida (2020), certamente parte de um modelo ou subcampo de investigação – a chamada história das mídias – aplicável a outros estados, regiões e até países. Contudo, isso não significa que tal pesquisa não produzirá conhecimentos específicos sobre a região amazônica e a trajetória histórica de suas mídias; ou que o estudo não tenha como ponto de partida especificidades culturais e sociopolíticas que conformaram certa história das mídias radialísticas. Ao mostrarem a trajetória do rádio enredada a uma história de expansão econômica e crescimento populacional da capital ao interior do Pará ao longo de 100 anos, os autores também revelam o impacto severo das mudanças recentes do modelo radiofônico, especialmente nos ambientes rurais mais distantes de centros urbanos. Ocasionalmente, Seixas, Rodrigues e Santa Brígida (2020) invertem a ordem da questão e é o próprio rádio que passa a descortinar pequenos intervalos da história da região.

E no caso das investigações em que a Amazônia, com seus recortes e especificidades, com suas diversidades e singularidades, simplesmente não aparece como componente determinante do problema de pesquisa? Pode um ou uma discente de um Programa de Pós-Graduação sediado na Amazônia desenvolver uma pesquisa “desterritorializada” a esse ponto? Essa pergunta nos obriga a reconhecermo-nos no inglório papel de reguladores da pesquisa em Comunicação. Afinal de contas, os processos seletivos e, antes disso, os próprios quadros docentes e divisões institucionais em linhas de pesquisa e áreas de concentração

não escolhem apenas discentes, mas também temas, enfoques, objetos, teorias, metodologias e abordagens preferenciais de pesquisa. A questão é espinhosa, pois revela, de um lado, certa ânsia pela construção de saberes e conhecimentos relevantes sobre as experiências amazônicas; por outro, denuncia um quadro de colonização de saberes no qual, por exemplo, uma pesquisa realizada nos PPGs da região Sudeste está, em geral, desobrigada de adotar um predicativo como “no/do Sudeste”.

Nessa reivindicação de especificidades, o risco iminente é o da imposição de dogmas acadêmicos ou de etiquetas epistemológicas validadoras de abordagens de pesquisa “genuinamente” amazônicas. Ao mesmo tempo, é preciso que se diga que essa é também uma condição imposta à pesquisa em Comunicação na Amazônia, uma forma de constrangimento institucional e também epistêmico: buscar algo de próprio, num cenário aparentemente dividido entre programas aptos a produzir conhecimentos de horizonte amplo, ainda que especializados, e programas dos quais espera-se um conjunto de saberes territorial e culturalmente circunscritos. Nesse sentido, a especialidade que nos dá força e unidade pode se tornar, inversamente, um engessamento, uma forma de limitação, por vezes internalizada a ponto de acharmos que nossa única chance de produzir conhecimentos relevantes e legítimos é enraizando-os regionalmente, geograficamente, como se essa fosse a única potência que temos em mãos e como se esse fosse um resseguro de que nossos traços sociais e culturais atravessem as pesquisas que desenvolvemos.

Experiências amazônicas como mediações na produção de conhecimento

Um sobrevoo sobre as áreas de concentração e linhas de pesquisa dos PPGs em Comunicação sediados no território da Amazônia Legal é instrutivo sobre nossa diversidade. Como se percebe no Quadro 1, a seguir, não se pode dizer que a Amazônia, enquanto conceito amplo, seja um eixo de autoidentificação comum aos seis PPGs. Considerando-se, por exemplo, que os dois programas sediados no Maranhão se situam no limiar entre duas regiões, Norte e Nordeste, é de se esperar que a vinculação regional não seja evidenciada como elemento estru-

turante de suas áreas de concentração e linhas. O mesmo ocorre com o programa sediado no Mato Grosso, estado pertencente à região Centro-Oeste do país.

Nome do programa	Área de concentração	Linhas de pesquisa
PPGCOM-UFRR	Comunicação, Territorialidades e Saberes Amazônicos	Comunicação, Memórias e Identidades
		Estudos de Mídia, Território e Processos Comunicacionais
PPGCOM-UFPA	Comunicação	Comunicação, Cultura e Socialidades na Amazônia
		Processos Comunicacionais e Midiatização na Amazônia
PPGCOM-UFT	Comunicação, Mídias e Sociedade	Jornalismo, Mídias e Cultura
		Comunicação, Poder e Identidades
PPGCOM-UFMA	Comunicação Contemporânea	Tecnologia, Estética e Produtos Midiáticos
		Rotinas, Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos
PPGCOMPRO-UFMA	Processos e Produtos Midiáticos	Comunicação Institucional e Mercadológica
		Jornalismo, Convergência e Inovação
PPGCOM-UFMT	Comunicação e Poder	Política e Cidadania
		Estéticas e Narrativas

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação em Comunicação situados na Amazônia Legal

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (D'ALMONTE; PINHO; SILVA, 2021).

No caso do PPG de Tocantins, embora o estado esteja situado geopoliticamente no Norte do país, a Amazônia também não se apresenta enquanto componente de interesse na área de concentração e nas linhas de pesquisa. Já os PPGs de Roraima e do Pará configuram-se nitidamente jogando ênfase na dimensão de pertencimento regional. O PPGCOM-UFRR (2023) define-se pelo trabalho com “estudos e pesquisas aplicados nos campos da Comunicação e Territorialidades articulados aos saberes populares, tradicionais, acadêmicos circulantes na Amazônia”, além de propor-se a trabalhar com aportes teórico-conceituais e objetos

vinculados ao “contexto sociocultural Pan-amazônico e as demandas de uma Pós-Graduação do Colégio das Humanidades no extremo da Região Norte do Brasil.” O PPGCOM-UFPA, programa mais antigo da região Norte em funcionamento, estrutura suas duas linhas de pesquisa em torno de práticas culturais e processos comunicacionais na Amazônia.

É enganoso pensar que esse quadro é capaz de mensurar algo como o lugar ocupado pela Amazônia nas agendas de investigações dessas instituições. À primeira vista, poderíamos pensar ser necessário um levantamento detalhado das pesquisas já concluídas e em andamento nesses PPGs. No entanto, a questão é justamente oposta: a Amazônia, vista sob múltiplos aspectos, não deve ser considerada um componente extrínseco das pesquisas, tampouco um elemento contextual ou temático opcional. Se nossa premissa é assumir uma postura política em defesa da Amazônia como atravessamento comum às pesquisas em Comunicação e comunidades acadêmicas de instituições sediadas nesse território, não se trata de estabelecer uma reivindicação formal ou unidade de medida para mensurar o grau de vinculação e pertencimento das pesquisas à região. Nossa argumentação segue em outra direção.

Assumir a importância de produzir conhecimento no campo da Comunicação *sobre, a partir da e para a* Amazônia tem pelo menos duas implicações: uma política e outra epistemológica. Politicamente, essa postura significa jogar luz sobre os desafios comuns, reivindicar uma atitude de solidariedade acadêmica e advogar pela redução das assimetrias regionais e intrarregionais. Epistemologicamente, esse gesto pressupõe nos desvestirmos de ideias pré-concebidas de Amazônia, incluindo-se o essencialismo territorial, e pensarmos nela como lugar de problema, mas também como atravessamento, como mediação das pesquisas em Comunicação. Ou seja, implica pensarmos a Amazônia como dimensão vinculante e tensionadora de diferentes práticas, processos, saberes, sentidos, experiências, temporalidades, espacialidades, tecnicidades e racionalidades.

Popularizado a partir da obra clássica de Jesús Martín-Barbero (1997), o conceito de mediação vem sendo utilizado para jogar luz sobre dimensões múltiplas e interconectadas subjacentes a processos comunicacionais, tais como as lógicas de produção, as matrizes cultu-

rais, os formatos e as modalidades de consumo e apropriação. Em nossa linha argumentativa, ele serve para enfatizar a conhecida relação entre produção cultural – e também de saberes e conhecimentos – e formações sociohistóricas. Isto é, se assumimos, junto aos culturalistas e materialistas históricos, que as formas de vida de uma sociedade moldam suas produções e práticas culturais, então podemos pensar que as experiências amazônicas, tão vastas e plurais quanto o seu território, as suas culturas e os seus sujeitos, são variáveis determinantes na equação da produção de conhecimento em nosso campo.

Embora o próprio Martín-Barbero (1997) não tenha se ocupado de encontrar uma fórmula última para o conceito de mediação, é relativamente consensual entre alguns leitores e leitoras brasileiros que o termo não quer dizer intermediação, tampouco filtro (LOPES; ROMANCINI, 2014; SIGNATES, 2003). Em geral, trata-se de uma teia com diferentes feixes de relações, de uma categoria teórica e metodológica vinculante e reveladora dos domínios e componentes que configuram as produções de sentido, que dão forma e organizam a expressão e a (re)produção cultural. Quando nos referimos à Amazônia como mediação, entram em cena espacialidades, temporalidades, sociabilidades e experiências ao mesmo tempo singulares e, em alguma dimensão, compartilhadas.

Nesse sentido, até mesmo as variadas relações de reconhecimento e pertencimento são importantes, pois mostram uma zona fronteira que demarca proximidades, mas também limites e diferenças. Ainda assim, isso não significa que a região amazônica não seja um componente das pesquisas em Comunicação realizadas nos PPGs que não explicitam essa intenção como prioridade. As instituições e as próprias comunidades acadêmicas desses programas de pós-graduação são resultantes e partilham de condições políticas, culturais e sociohistóricas específicas, e a inserção territorial, regional é apenas uma delas. O protagonismo que a Amazônia tem ou não na organização institucional e acadêmica dos programas, bem como na produção das pesquisas per se, depende de fatores muito distintos, entre os quais estão: estratégias de inserção na área, que podem privilegiar abordagens mais ou menos amplas, mais ou menos contextualizadas; perfil do corpo docente, em geral formado por pesquisadores de origens e gerações distintas, com diferentes graus

de experiência e nichos de atuação; políticas institucionais, atreladas ao perfil de atuação de cada gestão universitária ao nível da pós-graduação.

Se assumimos por premissa que a Amazônia com sua pluralidade atravessa, em diferentes graus e de modos distintos, as pesquisas em Comunicação produzidas nos territórios amazônicos, também é preciso inverter essa lógica e lembrar que os próprios programas de pesquisa, com seus grupos, comunidades, arranjos institucionais e pedagógicos são, também, mediadores de certa produção de conhecimento. E que forjar saberes sobre, a partir da e para a Amazônia é, por um lado, um imperativo político para programas de pós-graduação e comunidades acadêmicas que aspiram por espaço, representatividade e reconhecimento no campo; e, por outro, não pode se tornar uma amarra, um limite ou um engessamento das pesquisas, como se houvesse apenas um percurso e/ou modo de saber possível no qual a região, suas realidades, experiências, diversidades e desafios, emergem enquanto variável única.

Por um olhar amazônico: à guisa de conclusão

Construir saberes sobre, a partir da e para a Amazônia é, sobretudo, uma oportunidade. Em primeiro lugar, porque mesmo diante da circularidade e da desterritorialidade dos saberes, toda produção de conhecimento é social, cultural e historicamente situada. Isso significa que, além de reconhecermos a vastidão e a diversidade ambiental da região amazônica, é preciso nos abirmos para todo um patrimônio cultural ainda desconhecido de práticas e processos comunicacionais e de sociabilidade próprios da Amazônia, mas também para o que as culturas amazônicas guardam em comum com outras realidades. Em contrapartida, também devemos reconhecer a possibilidade de que a própria Amazônia como mediação nos permita lançar uma espécie de *olhar amazônico* para o mundo. Uma perspectiva contaminada, por assim dizer, por seus modos de vida, suas cosmologias, suas experiências e saberes.

Como entende Edna Castro (2019, p. 24), a Amazônia vista como lente e chave de compreensão das dinâmicas e tensões do sistema-mundo moderno/colonial, nos provoca, como pesquisadores, a uma “inversão do olhar”. A um esforço de reflexão teórica, conceitual e metodológica sem dúvida desafiador, um giro epistêmico (MIGNOLO, 2017), como

defendem as teorias pós-coloniais e decoloniais, numa linha de reinterpretação capaz de provocar rupturas nas tradicionais hierarquias do conhecimento. Importante considerar a região como lugar emblemático dentre os territórios de nações colonizadas, onde os efeitos mais danosos das hierarquias materiais e subjetivas, fruto de matrizes coloniais persistentes, se revelam cotidianamente como fratura exposta, convocando a novos olhares e linhas críticas. O caminho para “descolonizar o imaginário” passaria justamente pelo lugar, por trilhas cognitivas capazes de produzir “espelhos teóricos em nossas pesquisas, a partir da realidade vivida, da história, da memória, das subjetividades”, das margens de mundos impensados (CASTRO, 2019, p. 23).

Essa expressão, “olhar amazônico”, tem inspiração também na defesa de França (2001) por um olhar comunicacional como eixo balizador da construção de conhecimentos no campo da Comunicação, uma área cuja origem é marcadamente interdisciplinar. A metáfora do olhar vem a calhar porque não se trata, simplesmente, de reivindicar um tema, conceito, contextualização ou abordagem peculiar das pesquisas. Tampouco de reivindicar uma exclusividade da produção de conhecimento *a partir da* região amazônica. O “olhar amazônico” é essa mediação ampla e ambígua, em que a Amazônia emerge como lugar de problema, mas também como modos de ver, pensar e imaginar. No mecanismo da visão, há um intervalo entre o objeto olhado e a imagem produzida no córtex cerebral. E o olho é justamente a lente através da qual a percepção visual se realiza e permite a formação de imagens. Nessa ideia de um olhar mediador, a Amazônia não se situa nem no objeto do olhar e nem na imagem. Ela é a própria lente por meio da qual os feixes de luz entram e são organizados.

A produção de conhecimentos *sobre* a Amazônia nunca foi prerrogativa exclusiva dos povos amazônicos. É claro que podemos, e devemos, na esteira das epistemologias decoloniais, sempre criticar o monopólio da produção de saberes, especialmente dos conhecimentos sobre o outro que se traduzem em formas concretas de apropriação e silenciamento, exploração e subordinação. Mas nosso ponto é: a lógica de um olhar, por mais abstrata que seja, permite-nos pensar que tão importante quanto produzir conhecimento sobre a região amazônica é produzir *para* ela,

no sentido de que novos saberes e descobertas, explorem eles ou não a complexidade e diversidade da região, venham à tona em benefício da Amazônia, de seus povos, culturas e modos de vida. Ou seja, não se trata de olhar para um objeto predeterminado, para uma realidade acabada. Também não advogamos por um olhar enraizado, um ponto de observação territorialmente marcado. Trata-se de exercitar modos de ver, de questionar sob quais lentes olhamos e constituímos problemas de pesquisa, questões norteadoras.

Pode-se, sem dúvida, reclamar a configuração de uma agenda ampla de pesquisas, de questões e problemas que tensionem, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente, as práticas e processos comunicacionais e culturais que atravessam a região amazônica e vinculam seus sujeitos em uma sociedade multiétnica, intercultural, marcada por conflitos profundos e uma longa história de colonizações, explorações e resistências. No entanto, essa agenda já existe e está explicitada nas próprias linhas de pesquisa dos PPGs, que direta ou indiretamente produzem conhecimento *sobre, a partir da e para* a Amazônia. Nessa agenda estão estudos sobre processos comunicacionais, práticas e expressões culturais, dinâmicas identitárias, dispositivos midiáticos, política e relações de poder, lógicas de mercado, inovação e processos de convergência, narrativas e discursos, experiências estéticas, práticas de consumo, entre outras abordagens.

Portanto, fazer pesquisa em Comunicação na Amazônia pode significar tanto integrar um campo institucional e uma comunidade científica, quanto fazer da região um recorte temático da pesquisa, mas sem assumi-la como premissa ou conceito predefinido, e sim fazendo dela lugar de problema. Mas também pode significar reconhecer a Amazônia como mediação de certa produção de conhecimento, isto é, como uma teia com diferentes feixes de relações, uma categoria teórica e metodológica vinculante e tensionadora de práticas, processos, sentidos e experiências que organizam a produção e circulação de saberes. Daí porque, para fugirmos de essencialismos e engessamentos, talvez seja mais interessante pensarmos na configuração de um olhar amazônico, no qual a região, com suas diversidades e contradições, ofereça a possibilidade de exercitarmos modos de ver, ouvir e sentir, formas de pensar e compre-

ender, e explicar diferentes práticas comunicacionais, problemas de pesquisa, teorias, metodologias e empirias.

Texto produzido com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do projeto “Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para apreensão das experiências glocais”, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio dos projetos “O destino da indignação: imagem e sublevações na Amazônia” e “Alegorias do sofrimento e da resistência: disposições afetivas da política em imagens fotográficas”.

Referências

AMARAL FILHO, Otacílio; ALVES, Regina (Org.). *Espetáculos Culturais na Amazônia*. Curitiba: CRV, 2018.

CASTRO, Edna. *Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras*. São Paulo: Annablume, 2019.

D'ALMONTE, Edson Fernando; PINHO, Fabio Assis Pinho; SILVA, Eliezer Pires da. *Relatório de Avaliação - Comunicação e Informação (Ciclo 2017/20)*. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Diretoria de Avaliação, Brasília, 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB-USP-CEC, 2008.

DUTRA, Manuel Sena. *A natureza da mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade e os povos da floresta*. Belém: NAEA, 2005.

FRANCA, Vera Regina Veiga. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: FRANÇA, V.; HOHLFELDT, A. ; MARTINO, L. (Org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-60.

FRANCA, Vera Regina Veiga. Teorias, objeto de estudo, dimensão institucional. In: BARROS Fo., Clóvis; CASTRO, Gisela. (Org.). *Comunicação – Práticas de consumo*. São Paulo: Saraiva, 2007 . p. 103-112.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; ROMANCINI, R. Jesús Martín-Barbero. In: CITELLI, Adilson Citelli *et al.* (Org); *Dicionário de Comunicação*. Escolas, teorias e autores. 1ªed. São Paulo: Editora Contexto, 2014. v. 1, p. 364-369.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. In: CASTRO, Edna. (Org.). *Pensamento crítico latino-americano*. São Paulo: Annablume: 2019. p. 197-224.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol. 32 n° 94, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

PPGCOM-UFRR. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. *Área de concentração*. Disponível em: <https://antigo.ufr.br/ppgcom/component/content/article/25-apresentacao/88-area-de-concentracao>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos; RODRIGUES, Leonardo Santana dos Santos; SANTA BRIGIDA, Jessé Andrade. Panorama da história do rádio no Pará: um estudo exploratório das rádios AMs. In: LOPEZ, Debora Cristina *et al.* (Org.). *Rádio no Brasil 100 anos de história em (re)construção*. Ijuí: Unijuí, 2020. v. 1, p. 352-369.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação e sua validade como categoria de análise para os estudos de comunicação. *Novos Olhares*, v. 6, n. 12, p. 4-19, 2003.

SOUZA, Márcio. Amazônia, modernidade e atraso ou o Brasil e seus paradoxos regionais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 6, p. 1061-1071, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702000000500014>. Acesso em: 16 abr. 2022.

CAPÍTULO 6

A Amazônia no Twitter: o (in)visível do interdiscurso no perfil do presidente Jair Bolsonaro

IVANA CLÁUDIA GUIMARÃES DE OLIVEIRA

DIEGO DUARTE BORGES

LUNA CARVALHO DE LUCENA

Somando nove estados, cerca de 60% do território brasileiro, em torno de 5 milhões de quilômetros quadrados, a Amazônia legalmente constituída tem aproximadamente 28 milhões de habitantes (IBGE, 2022)¹ vivendo num espaço que concentra os maiores estoques globais de biodiversidade e serviços ecossistêmicos vitais, reconhecidamente imprescindíveis para a regulação do clima. Apresenta paisagem constituída de diferentes biomas e fisionomias vegetais em que listamos florestas de várzea, igapó e terra firme; que se estendem em áreas de zonas de florestas conservadas e desmatadas, e ainda de transição entre elas.

A região tem sido constantemente subjugada, no discurso hegemônico e reducionista, a um imenso espaço verde homogêneo e desabitado – que precisa ser ocupado em anuência aos projetos desenvolvimentistas de interesses sazonais conforme as conjunturas econômica e geopolítica que se apresentam. As relações de poder e domínio susten-

1. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 29 dez. 2022.

tadas, reproduzidas e mantidas através de discursos em todas as suas formas. Ora a região é um ativo estratégico relacionado ao investimento imprescindível no campo ambiental, ora vivencia o estigma do colonialismo europeu, sendo adequada aos interesses do mercado nacional e internacional.

As dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais nos territórios da Amazônia estão presentes no processo de representações e construção de identidades sociais concebidas através dos discursos que retratam a história social, ideologicamente marcada, deste espaço atravessado pela polifonia e heterogeneidade, integrantes de diversas produções discursivas que se entrecruzam.

A partir desse cenário, este capítulo pretende apontar as estratégias discursivas sobre a Amazônia utilizadas pelo então presidente da República, Jair Bolsonaro, no perfil oficial² que mantém na mídia social Twitter, além de identificar como as suas mensagens podem ter contribuído para campanhas de desinformação sobre a região, a partir da análise dos interdiscursos sobre a Amazônia nas postagens. A coleta e categorização teve como recorte temporal o período de postagens entre os anos de 2019 e 2022, da gestão enquanto Presidente da República eleito.

Política e mídias sociais

Adotamos neste estudo a compreensão de mídia social como um efeito das ações de atores em sites de rede social digital, que publicam e replicam informações a fim de possibilitar visibilidade para determinados discursos em detrimento de outros (RECUERO, 2016).

Até a eleição de Barack Obama, eleito presidente americano entre 2009/2017, como destaca Martino (2014), os estrategistas de campanhas políticas não demonstravam interesse pelas mídias sociais, ainda que no

2. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor . Acesso em: 12 jan. 2022.

Brasil, com o fim do Orkut³, houvesse um claro crescimento das plataformas Facebook e o Twitter, o que moldava um indicativo de que poderiam se tornar relevantes eleitoralmente no ambiente hipermediático que se consolidava. O autor indicava que estas plataformas midiáticas se efetivavam como um espaço preferencial de arena política.

Destarte, as mídias sociais se estabelecem como canais de amplificação do capital social, nas quais as lideranças divulgam agendas, influenciam a pauta jornalística e propagam discursos que alimentam os apoios comunitários (DAVID *et al.*, 2016). A vida das sociedades, onde se consolidam essas plataformas com condições de produção, se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos, conforme assinala Debord (1997). Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação e o espetáculo é a ideologia por excelência, destaca o autor, porque expõe e manifesta, em sua plenitude, a essência de todo o sistema ideológico: o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real (DEBORD, 1997).

Castells (2013) corrobora destacando que aqueles que transmitem suas mensagens aos cidadãos como um todo, através das tecnologias disponíveis, têm a oportunidade de influenciar as suas decisões favorecendo o acesso às posições de poder no Estado porque na sociedade em rede, a política é fundamentalmente a política da mídia e do escândalo; e as mensagens, as organizações e os líderes que não têm uma presença na mídia não se tornam relevantes na memória do cidadão.

Thompson (2002, p. 109) pontua que “antes do desenvolvimento da mídia, os líderes políticos eram invisíveis para a maioria das pessoas que eles governavam”, mas a administração da visibilidade é inerente à arte de governar.

Não há nada de novo na preocupação de governantes e líderes políticos em cultivar a própria imagem pessoal e controlar sua exposição ao público: a administração da visibilidade é uma arte política antiga. Mas o desenvolvimento dos meios de comunicação, e a consequente

3. Orkut foi uma rede social filiada ao Google, criada em 2004 e desativada em 30 de setembro de 2014. Seu nome é originado no projetista chefe, Orkut Büyükkökten, engenheiro turco do Google. O alvo inicial do Orkut era os Estados Unidos, mas a maioria dos usuários foram do Brasil e da Índia.

transformação da natureza da visibilidade, mudaram as regras práticas desta arte. (THOMPSON, 2002, p. 122).

Desta forma, no campo eleitoral, as mídias sociais se tornaram uma ferramenta digital estratégica de visibilidade, principalmente pela capacidade de explorar a influência sobre o eleitorado. Para atingir isso, os políticos passaram a utilizar a dataficação⁴ como necessidade/possibilidade de conhecer o eleitor, de maneira ágil e assertiva, com as informações fornecidas a partir da coleta e tratamento de dados nos perfis das mídias (FOWLER; RIDOUT; FRANZ, 2016). O comportamento nas redes e os consequentes rastros digitais permitem uma dimensão midiaticizada nesta estrutura comunicacional composta por dados e algoritmos, por onde circulam sentidos, através de distintas linguagens, inclusive os dados (MURDOCK, 2018).

O Twitter consoma-se não apenas como uma plataforma de disseminação informacional, mas também de deliberação política, refletindo a preferência eleitoral, aproximando-se do formato de um painel de opiniões, como um fórum, e um indicador em tempo real do sentimento político (TUMASJAN *et al.*, 2011).

Neste cenário cibermediatizado, o poder auferido aos meios de comunicação nas relações sociais impõe a adequação da política à linguagem e aos recursos midiáticos na dimensão estético-cultural, uma vez que a construção da imagem é atravessada pelo veículo em que ela está sendo propagada.

Sob esta perspectiva, os indivíduos, inclusive os políticos, são submetidos a um novo sistema de poder no qual a visibilidade se apresenta como uma forma de controle. Esta também foi a tônica da orientação da campanha eleitoral de Bolsonaro em 2018, alinhada com a cartilha da extrema-direita dos EUA. A afinidade ideológica teve como base

4. Dataficação é o processo de extração, quantificação, tabulação e utilização das informações, dados usuários das TICs, e internet para fins comerciais e políticos (MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013).

a proposta por Steve Bannon⁵, articulador, que apontou Jair Bolsonaro como um “Trump dos trópicos”, referindo-se ao então presidente Donald Trump⁶, que Bannon assessorou (ALEXANDER, 2018).

Nas referências adotadas pela campanha no Brasil, repetiu-se a emba-lagem americana que deu certo: um candidato outsiders do sistema polí-tico, apesar dos 30 anos de vida pública, somados o período como vere-ador e deputado federal⁷; com uma presença intensa nas mídias sociais, valorizando a onda mundial da extrema-direita com apelo popular.

O perfil de Bolsonaro no Twitter

Criada em 2006, inicialmente denominada de Twttr (sem vogais), o Twitter é uma mídia social e um serviço de *microblog* que objetiva a comunicação em tempo real. A ideia inicial de seus criadores era de que ele fosse uma espécie de um espaço digital para mensagens, ofere-cendo a mesma limitação de caracteres de uma mensagem de texto, até 2017 cada postagem (tuíte) poderia conter no máximo 140 caracteres, o limite foi alterado para 280 caracteres.

Os inscritos na plataforma podem seguir e ser seguidos por perfis e a interação pode ser com postagem de mensagem própria na rede (com

5. Aos 68 anos, Steve Bannon é um ideólogo da nova direita radical populista, atuou como estrategista chefe da campanha de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, considerado um dos arquitetos de sua vitória em 2016. Atuou como conselheiro de líderes conservadores de outros países e é criador do grupo The Movement, com a proposta de eleger líderes de direita na Europa e obter assentos no Parlamento Europeu, que tem representantes no mundo. Foi preso em novembro de 2022, acusado criminalmente de ter desobedecido um mandado do comitê legislativo que investiga a invasão do Congresso dos EUA em 6 de janeiro. Ex-produtor de Hollywood, se firmou nos bastidores da política conservadora como editor do site Breitbart News e também tentou lançar movimento para eleger líderes populistas e de direita na Europa. Desta vez, ele foi preso por descumprir mandado relacionado à investigação do ataque de manifestantes pró-Trump contra o Capitólio. (TEITELBAUM, 2020)

6. Donald John Trump é um empresário, personalidade televisiva e político americano que foi eleito 45º presidente dos Estados Unidos, no período de 2017 a 2021 (THE WHITE HOUSE, 2023).

7. De 1989 a 1990, vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC), no estado do Rio de Janeiro. De 1990 a 2018, deputado federal pelos partidos PDC (1990), PPR (1994), PPB (1998 e 2002) e PP (2006, 2010 e 2014). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/74847/biografia> . Acesso em: 12 jan. 2022.

links, imagens e vídeos); “curtidas” que demonstram interesse do usuário na postagem de outro usuário; “retuitar” a mensagem de alguém, que é o reenvio de mensagem postada por outro perfil (seguido ou não), com ou sem um comentário; respostas, menções a perfis, uso de *hashtags*, cliques em *links*, ou mídias.

Com a busca pela agilidade de acesso às informações, o Twitter tem crescido desde 2020⁸, principalmente pela relevância jornalística, atingindo mais de 556 milhões de usuários no mundo todo. Considerando apenas os usuários ativos no Brasil, em 2022, atingiu 24 milhões de perfis, porém esse número não exclui os robôs⁹. E o motivo da procura é que a mídia atua hoje como segunda tela em que os usuários comentam e debatem o que estão assistindo na TV, postando comentários sobre noticiários, reality shows, jogos de futebol e outros programas.

Proprietário do Twitter desde outubro de 2022, Elon Musk completou a aquisição do Twitter por US\$ 44 bilhões (cerca de R\$ 235 bilhões) e declarou que estima que o valor da rede social atualmente gira em torno de US\$ 20 bilhões, segundo documento interno da companhia, revelado por uma série de veículos da imprensa americana. A empresa reduziu a força de trabalho do grupo de 7.500 para menos de 2.000 funcionários, em sucessivas ondas de demissões (CURWEN, 2022).

Jair Messias Bolsonaro (Partido Liberal) foi o 38o Presidente da República do Brasil no período de 2019/2022, eleito com 57.797.847 dos votos, que representou 55,13% do eleitorado brasileiro, pela Coligação “Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos – PSL/PRTB” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2023, n.p). O perfil do político no Twitter

8. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/marketing/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> Acesso em: 14 jan. 2023.

9. Os robôs ou social bots são softwares que controlam contas em sites de redes sociais; com diferentes formas: alguns deles não são nocivos e são utilizados na interface de ferramentas, são denominados de “benignos” porque podem ser usados para receber notícias, informativos sobre o clima ou para interagir com outros sistemas. Mas há bots criados com propósitos maliciosos como distribuir desinformação e malware. Nas redes sociais digitais, um social bot age como um usuário (humano) normal e desempenha as tarefas que foi projetado para fazer. Qualquer que seja o propósito, todos os bots têm dois componentes principais: o rosto e o cérebro., o primeiro é a parte visível para outros usuários de uma rede social (o perfil de usuário) com o qual um bot se comunica nas redes (HAUGEN, 2017).

informa que foi criado em março de 2010 (Figura 1), tem 11 milhões e 200 mil seguidores e segue 487 usuários¹⁰.



Figura 1 – Página do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter
Fonte: Captura de tela do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter (2023).

Sem os filtros da edição midiática dos meios de comunicação tradicionais, esse formato midiático interage diretamente com a audiência que se manifesta de maneira imediata. Por isso, no período pré-eleitoral, em 2018, Jair Bolsonaro ampliou a presença no Twitter, referenciando a rede como parte da comunicação política da campanha. Em 2017, ano pré-eleitoral, as publicações do perfil oficial do então candidato tiveram em média 3,78 postagens/dia. Em 2018, o índice de postagens diárias aumenta, passando para 5,65¹¹.

Na primeira semana como presidente, Bolsonaro determinou, por meio do Decreto nº 9.671, a transferência da administração das contas pessoais das mídias para a Secretaria de Comunicação (Secom), além da conta do presidente no Twitter, a Secom passou a gerir perfis do presidente em outras plataformas. A Secretaria de Comunicação também foi

10. Disponível em: https://twitter.com/jairbolsonaro?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor . Acesso em: 6 abr. 2023.

11. Dados obtidos a partir do Twitonomy, ferramenta analítica para analisar inúmeros dados do Twitter, de forma gratuita, que oferece métodos diferenciados de análise.

utilizada para administrar os perfis dos ex-presidentes Michel Temer (MDB) e Dilma Rousseff (PT).

A gestão Bolsonaro mudou de ideia e retirou a gestão das mídias sociais do presidente da Secom, que passaram a ser administradas pelo Presidente e seus filhos. Neste mesmo período, numa tentativa de administrar a imagem presidencial, foram apagados 131 posts (entre tweets e retweets) considerados polêmicos, na plataforma (LIMA; MARCHE-SINI, 2020). O perfil no Twitter se tornou canal oficial da Presidência da República informando agenda, destacando posicionamentos, criticando adversários, e ao mesmo tempo inflamando a militância bolsonarista e, com certa constância, provocando polêmicas.

Na identificação do perfil na rede, a chamada bio, a descrição assim que assumiu a presidência foi: “Perfil oficial. Acompanhe em tempo real notícias e bastidores do Palácio do Planalto e da Presidência da República”. A finalidade institucional do perfil, conforme descrição da equipe de comunicação do Poder Executivo no *microblog* foi de representar um espaço em que o público “pode acompanhar tudo sobre os bastidores do governo e as atividades do presidente”.

Licenciado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o vereador Carlos Bolsonaro¹², filho do presidente, assumiu, sem anúncio oficial, as postagens do perfil. Considerado o influenciador digital do clã Bolsonaro desde 2010, Carlos iniciou a gestão dos perfis digitais para cuidar da imagem do pai na internet. Criou um blog para a família, com fotos antigas e textos defendendo ideias e atuação do futuro presidente e de seus herdeiros (TOLEDO, 2019).

Na postura de administrador das mídias sociais do presidente, manteve o estilo que o caracterizou desde que começou a administrar as redes da família Bolsonaro: o ataque, com publicização exaustiva de temas polêmicos e linguagem nem sempre dentro do decoro exigido pelo cargo. Seguindo o estilo, a ferocidade nas postagens no Twitter foram marca registrada da gestão de Jair Bolsonaro, em um modelo de comunicação direta adotada da cartilha política de Donald Trump,

12. Carlos Bolsonaro está no quarto mandato na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. É o segundo filho de Jair Bolsonaro (CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2022).

oferecendo o que os eleitores gostariam de ouvir, elevando a assuntos de Estado fetiches sexuais, brigas com artistas, influencers, jornalistas; declarações aleatórias e polêmicas que se alternam, construindo narrativas agressivas.

Nascimento *et al.* (2018), ressaltam que a incivilidade política e os discursos de ódio são usados para provocar atração da mídia e gerar capital midiático, principalmente por políticos do chamado segundo escalão. Os autores apontam que Jair Bolsonaro se apropriou destas estratégias discursivas de forma contumaz, contra grupos sistematicamente discriminados (discurso de ódio) e adversários políticos (incivilidade política).

Nas mídias sociais, Boyd e Ellison (2007) destacam que esses discursos de ódio possibilitam a conversão em um gancho de interações com os públicos, mesmo sendo laços fracos e de curto prazo, são mais flexíveis, sem exigência de filiação ideológica e nem de pertencimento organizacionais. Assim, se tornou modelo de narrativas políticas individualizadas e uma estratégia de engajamento no território digital.

Segundo o Mapeamento, Análise e Perspectiva (MAP), no último ano do mandato presidencial, 2022, mesmo perdendo as eleições, Bolsonaro teve 21,2% de menções no Twitter ganhando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que teve 7,6% de menções, quase três vezes menos. Mas o volume de publicações nas redes sociais de Jair Bolsonaro despencou desde que perdeu as eleições presidenciais de 2022. Ele fazia, em média, 16 posts por dia e depois da derrota a média caiu para 0,8 posts por dia. De 1º de janeiro a novembro de 2022, o presidente fez 5.083 publicações no Facebook, Instagram e Twitter. O volume de posts do então presidente estava relacionado à mobilização sem precedentes da base de apoio para as eleições que ele criou usando as plataformas digitais (BRAMBILA; FERNEDA, 2023).

Discurso e interdiscursividade nas redes

Recorremos neste capítulo a Foucault (1987) para a definição de discurso ampliando o campo pelo qual é concebida, compreendendo como prática que constitui os sujeitos:

O discurso [...] ao nível de sua positividade, não é uma consciência que vem alojar seu projeto na forma externa da linguagem; não é uma língua, com um sujeito para falá-la. É uma prática que tem suas formas próprias de encadeamento e de sucessão. (FOUCAULT, 1987, p. 193).

Orlandi (2005, p. 30) complementa que as condições de produção do discurso “[...] compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”, utilizando dois pontos de vista: o que considera o sentido estrito, que é o contexto imediato de produção do discurso); e o sentido mais amplo, que abriga os contextos histórico e ideológico, incluindo a memória como parte das condições dessa produção. Quando pensada em relação ao discurso, a memória discursiva pode ser vista como interdiscurso, o conjunto do dizível. Como explica a autora, tudo o que já foi dito e esquecido sobre determinado tema é o interdiscurso, um “já-dito”, pré-construído, considerando os enunciados sociais e históricos, que antecedem o sujeito.

Portanto, uma formação discursiva é sempre atravessada por outras com as quais se opõe ou se relaciona. De acordo com Orlandi (2005), há um esquecimento estruturante, que permite a constituição dos sujeitos que, ao esquecerem o que já foi dito, se identificam com o que dizem, e, assim, se constituem como tais.

O Twitter se converteu em um espaço de disputa pelo discurso hegemônico e num ambiente de construção, circulação e legitimação de narrativas sobre os acontecimentos, podendo, inclusive, ser falsas ou fabricadas. A compreensão sobre as disputas discursivas nesta rede se relaciona com as estratégias que legitimam ou deslegitimam narrativas (RECUERO, 2019).

Assim, o perfil de Jair Bolsonaro torna-se componente essencial da estratégia da comunicação do mandato, buscando a legitimação de seu discurso, principalmente junto a seus apoiadores, que nas redes se tornam replicadores do conteúdo postado e ampliam a capacidade de circulação das narrativas construídas.

Buscamos neste capítulo compreender a memória discursiva que se faz presente nas mensagens aqui pesquisadas, induzindo as condições de produção do discurso, uma vez que é onde reside a historicidade e

os sentidos do enunciado. Como Orlandi (2005, p. 32) destaca, o já-dito “sustenta a possibilidade mesma de todo o dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia”.

Metodologia

Esta pesquisa inicia seu caráter qualitativo e quantitativo com a utilização do aplicativo Twitonomy¹³ para coleta dos dados, codificação com o processo de categorização das postagens no perfil de Jair Bolsonaro no Twitter. A escolha desta ferramenta de mídia social se justifica, conforme pontua Recuero (2020), porque a plataforma reflete os discursos que atravessam a sociedade.

O recorte temporal para compreender as estratégias discursivas sobre a Amazônia é o intervalo entre 2019 e 2022, período do mandato do presidente da República Jair Bolsonaro. A seleção das postagens foi feita a partir da menção da palavra Amazônia e as sequências de postagens relacionadas, publicada no perfil, totalizando 90 postagens, conforme demonstra a Quadro 1:

POSTAGENS SELECIONADAS/ ANO	2019	2020	2021	2022
	32	27	13	18
TOTAL	90			

Quadro 1 – Total de postagens sobre a região Amazônica por ano no perfil oficial de Jair Bolsonaro (2019/2022)
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Posteriormente foram identificadas as características do discurso das postagens utilizando a sistematização definida por Recuero (2020) para validação a partir dos estudos de Van Leeuwen (2007), que relaciona um quadro metodológico de legitimação dos discursos classificado em quatro categorias: autorização, referente à legitimação pela referência a uma autoridade, seja pessoal ou impessoal; avaliação moral, com a legitimação baseada em um sistema de valores de uma sociedade ou grupo e que faz referência a um discurso de valor maior por categorias como “bem” ou “mal”; a racionalização que é a legitimação

13. Serviço gratuito da web que permite obter estatísticas detalhadas do Twitter. Disponível em: <https://www.twitonomy.com/>. Acesso em: 1 abr. 2023.

utilizando conhecimento, na argumentação ou na cognição); e a mythopoesis quando a legitimação acontece através da construção de narrativas ou histórias de cunho moral, ou que construam algum tipo de alerta.

Após a classificação, foi analisada a presença do interdiscurso, não apenas na relação direta ou indireta entre discursos, mas na base de toda e qualquer atividade discursiva, como define Orlandi (2005).

Análise

Foram selecionadas 25 postagens no perfil de Bolsonaro no primeiro ano de governo, 2019. Após ter expressado na campanha desdém pela temática ambiental, e imediatamente depois da posse anunciar a proposta de extinguir o Ministério do Meio Ambiente e provocar uma reação negativa da sociedade, o então presidente voltou atrás, mas escolheu um aliado para dirigir o Ministério: Ricardo Salles¹⁴. Assim, garantiria que as ações institucionais favorecessem os setores que apoiaram a sua candidatura como o setor madeireiro, da mineração e da construção civil, através da criação de normas e dispositivos infralegais, que não necessitavam de aprovação do Congresso Nacional (FRANCO; MIGUEL, 2022).

O governo Bolsonaro iniciou a administração reduzindo o investimento em programas ambientais e demitindo líderes de órgãos do meio ambiente sem substituição posterior, e onde houve substituição – como nos parques nacionais e reservas ambientais – os escolhidos foram policiais militares inativos. Nesta perspectiva, a Amazônia se tornou alvo de uma política direcionada a fragilizar instrumentos legais para favorecer a atuação de ruralistas na região. Desde a campanha presidencial de 2018, Bolsonaro destacou nos discursos a promessa de acabar com a fiscalização ambiental e não demarcar terras indígenas.

Essa política provocou reações nacionais e internacionais e as postagens do presidente no Twitter sobre a Amazônia são reflexo deste cenário, no primeiro ano de governo. Assim, a ameaça à soberania brasileira é a tônica dos textos na plataforma digital, como uma resposta constante. As postagens remetem, inter-

14. Ricardo de Aquino Salles, advogado paulista e administrador, filiado ao Partido Liberal (PL). Foi ministro do Meio Ambiente do Brasil de 2019 a 2021, no governo Bolsonaro. Renunciou sob acusação de envolvimento em esquema de tráfico internacional de madeira. Cumpre mandato de Deputado Federal eleito por São Paulo (2023-2026).

discursivamente, à ameaça da interferência internacional no país, acentuando o antagonismo verdade/mentira.

Nitidamente respondendo às críticas, Bolsonaro mistura a autoridade do cargo com discursos que apresentam avaliação moral através de versículos bíblicos (Figuras 2 e 3), e cria narrativas alertando aos seguidores na rede que as críticas à política ambiental que instituiu, são mentiras e/ou ameaças à autonomia política do Brasil.

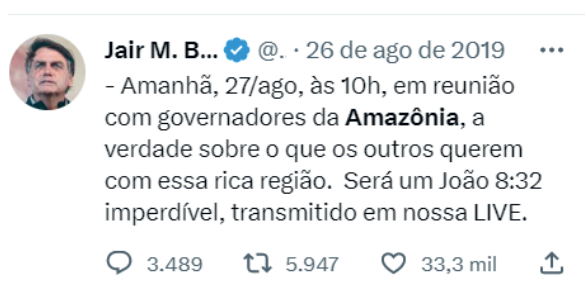


Imagem 2 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2019
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.



Imagem 3 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2019
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.

Seguindo a classificação de Van Leeuwen (2007) e Recuero (2019; 2020), a estratégia discursiva de Bolsonaro no Twitter é o uso de sua própria autoridade como presidente para legitimar os argumentos em suas postagens: 80%

imprimem essa característica no discurso (Quadro 2), algumas vezes associado à avaliação moral ou à criação de narrativas para gerar alertas em seus seguidores.

32 POSTAGENS 2019/MÊS	Autorização	Avaliação moral	Racionalização	Mythopoesis
25 de mai.	X			
25 de jul.	X	X		
15 de ago.		X		X
17 de ago.		X		X
21 de ago.	X		X	
22 de ago.		X		
23 de ago. (3)	X			X
23 de ago.	X			X
23 de ago.	X	X		
24 de ago. (4)	X			X
24 de ago.	X			X
24 de ago.	X			X
24 de ago.	X			
25 de ago.	X	X		
26 de ago. (3)	X			
26 de ago.		X		X
26 de ago.	X	X		
27 de ago.	X			
29 de ago.	X			
31 de ago.	X			
29 de set.		X		X
16 de out.	X		X	
20 de out.	X		X	
23 de out.	X			
28 de dez.	X		X	
TOTAL	27	09	04	14

Quadro 2 – Estratégias de legitimação nas postagens do Twitter de Jair Bolsonaro/2019
Fonte: Elaborado pelos autores.

No segundo ano de mandato, em 2020, foram relacionadas 27 postagens de Jair Bolsonaro sobre a Amazônia. Apesar do mundo estar vivendo uma pandemia¹⁵, os tuítes citam apenas uma vez (Figura 4) a doença que apavorava o mundo. Ainda assim, o texto se referia a temas abordados nas lives que o presidente apresentava no Facebook todas as semanas.

Contextualmente, o mandato enfrentava, além da pandemia, o aumento do desmatamento na região Amazônica e uma crise interna para dar sequência ao projeto político de Bolsonaro. Franco e Miguel (2022) apontam que a mídia destacava na época a denominada estratégia do governo de “deixar passar a boiada”, que era aproveitar a invisibilidade de pautas ambientais na mídia, no momento em que a concentração da cobertura midiática estava na pandemia. Com essa estratégia, o objetivo era aprovar no Congresso Nacional pacotes políticos com propostas polêmicas na área ambiental, sem incômodo de críticas e da mobilização da oposição. Assim, Bolsonaro enviou ao Congresso o Projeto de Lei nº 191/2020, abrindo as terras indígenas para exploração mineral e energética.

De acordo com dados do MapBiomias¹⁶, em 2019 e 2020 foram abertas as maiores áreas de garimpo nesses territórios desde a década de 1980, e a destruição de florestas na Amazônia pelo garimpo ilegal aumentou dez vezes neste período.

As postagens destacam um discurso de autoridade num momento em que o governo tinha que responder sobre uma política de ataque às questões ambientais. A expressão “crimes ambientais” se repete, antagonizando com a imagem de um governo complacente com os acusados de desmatar e destruir a Amazônia (Figuras 4 e 5).

15. Em 11 de março de 2020, o diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou que a organização elevou o estado da contaminação à pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). A classificação foi pela disseminação geográfica rápida que o Covid-19 apresentou.

16. MAPBIOMAS é uma rede colaborativa, formada por ONGs, universidades e startups de tecnologia atuando na produção e mapeamento anual da cobertura e uso do solo e monitoramos a superfície de água e cicatrizes de fogo mensalmente com dados a partir de 1985 (MAPBIOMAS, 2020).

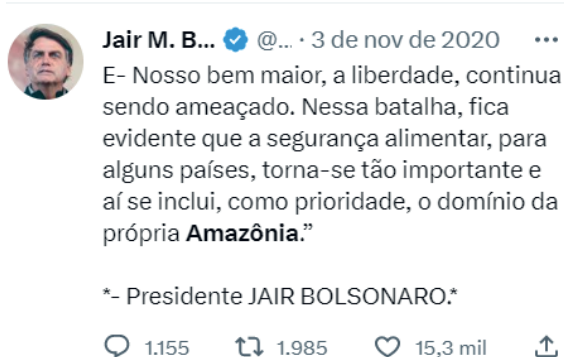


Figura 4 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2020
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.



Figura 5 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2020
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.

A cobiça e a ameaça à soberania permanecem como principais expressões estratégicas do texto na plataforma, remetendo à memória discursiva de vulnerabilidade do país diante de críticos que ameaçam, de acordo com a narrativa criada pelo presidente, se apossar das riquezas da Amazônia.

27 POSTAGENS 2020/MÊS	Autorização	Avaliação moral	Racionalização	Mythopoesis
21 de jan. (2)	X		X	
21 de jan.	X		X	
9 de fev.	X		X	
21 de abr.	X		X	
9 de mai.	X		X	
19 de mai.	X		X	
2 de jun.	X			
14 de jun.	X			
20 de jun.	X			
22 de jun.	X		X	X
26 de jun.	X			
11 de jul.	X		X	
18 de jul.	X			
23 de jul.	X			
15 de ago.	X		X	
3 de set.	X		X	
5 de set.	X	X	X	X
24 de set.	X			
25 de set. (2)	X		X	
25 de set.	X		X	
30 de set. (3)	X		X	X
30 de set.	X		X	
30 de set.	X	X		X
8 de out. (2)	X		X	X
8 de out.	X			
3 de nov.	X	X	X	X
16 de nov.	X			
TOTAL	27	03	17	06

Quadro 3 – Estratégias de legitimação nas postagens do Twitter de Jair Bolsonaro/2020
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Retomando Van Leeuwen (2007) e Recuero (2019; 2020), todos os tuítes utilizam como estratégia discursiva a autoridade pessoal, quase sempre com a racionalização apoiando a argumentação, com uma legitimação baseada no conhecimento. A tentativa é de obter junto aos seus seguidores o reconhecimento de autoridade que conhece a região e a defende de ameaça internacional. A racionalização se torna mais presente em um momento em que o governo precisa construir um discurso eficaz de suas escolhas políticas/ideológicas.

No ano de 2021, as menções à região amazônica caem drasticamente nas postagens de Bolsonaro em seu perfil do Twitter. São reduzidas a 11 postagens. O governo federal enfrenta os índices recordes de desmatamento atingindo 56,6%, o maior entre agosto de 2018 e julho de 2021 comparado ao mesmo período de 2015 a 2018 (ALENCAR *et al.*, 2022)¹⁷. Claramente o presidente decide silenciar sobre o tema. Não responde sobre os índices diretamente, mas apresenta dados de desmatamentos, contrariando os divulgados por centros de pesquisa (Figura 6).

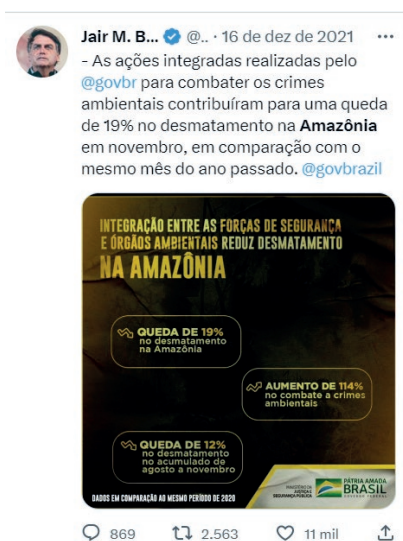


Figura 6 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2021
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.

17. Pesquisa divulgada pelo IPAM (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia). Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-9-o-novo-e-alarman-te-patamar-do-desmatamento-na-amazonia/> Acesso em: 31 mar. 2023.

O presidente aproveita o perfil também para expor os problemas da relação do governo federal com os governadores. Usando textos em forma de lista, não aprofunda a crítica de que estão inaugurando obras que não são da esfera estadual. A Amazônia está presente na lista sem indicar se é o local onde acontece o problema, ou se se relaciona com os problemas de clima e economia (Figura 7).

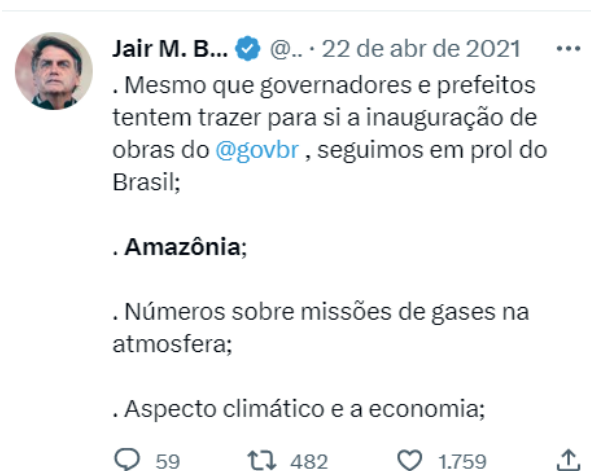


Figura 7 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2021
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.

Seguindo a estratégia da autoridade no discurso, Bolsonaro agora a relaciona esse tipo de discurso, com mais frequência, com a criação de narrativas, como definem Van Leeuwen (2007) e Recuero (2019; 2020). Cercado de críticas pelos retrocessos legislativos, enfraquecimento de órgãos de fiscalização, tolerância com crimes ambientais na região amazônica, o presidente apresenta em suas postagens voz do cargo novamente afirmando que foram feitos investimentos em infraestrutura das instituições ambientais, distribuição de vacinas contra a covid-19 e de equipamentos hospitalares. As críticas não estão presentes, mas na memória discursiva são o motivo das postagens.

As narrativas são estabelecidas para rebater dados que se avolumavam na região. Em 2021, o governo Bolsonaro estabeleceu o menor

orçamento para a pasta do Meio Ambiente em 21 anos (ORÇAMENTO, 2021). atacou os órgãos ambientais, decretou Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e enviou as Forças Armadas para realizar ações contra o desmatamento na Amazônia, isolando o Ibama – órgão ambiental responsável pela fiscalização ambiental (CRISTALDO, 2020). Com esta redefinição operacional, entregou às Forças Armadas em um mês um orçamento semelhante ao que o Ibama tem no ano todo. Mas a ação não resultou na queda do desmatamento.

13 POSTAGENS 2021/MÊS	Autorização	Avaliação moral	Racionalização	Mythopoesis
27 de fev.	X			X
18 de mar.	X		X	
7 de abr.	X			X
19 de abr.	X			
20 de abr.	X		X	
22 de abr. (3)	X			X
22 de abr.	X			X
22 de abr.	X			X
23 de abr.	X		X	X
26 de set.	X			X
16 de dez.	X		X	
TOTAL	13	-	04	09

Quadro 4 – Estratégias de legitimação nas postagens do Twitter de Jair Bolsonaro/2021
Fonte: Elaborado pelos autores.

Os problemas com a pasta do Meio Ambiente no mandato de Bolsonaro não se concentraram apenas na Amazônia, mas deixaram um rastro de destruição institucional e do patrimônio público ambiental.

No último ano de governo, em 2022, as postagens somaram 13 menções à região. Como estratégia discursiva mais frequente, Bolsonaro seguiu usando a própria posição para legitimar os discursos como maior autoridade política do país. A tecnologia tem destaque neste período com a visita de Elon Musk à Amazônia (Figura 8) com o projeto de inves-

timento em satélites para monitorar o espaço amazônico. E continua reforçando a narrativa da região como um local de disputas internacionais que ameaçam a soberania do povo brasileiro, tendo o presidente como maior protetor (Figura 9).

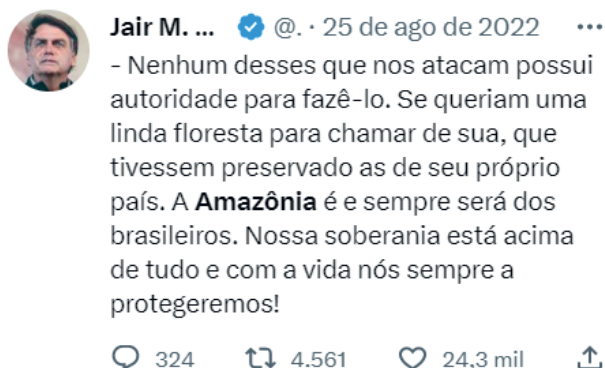


Figura 8 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2022
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.



Figura 9 – Postagem do Perfil de Jair Bolsonaro no Twitter/2022
Fonte: Captura de tela do Twitter em abril de 2023.

No Quadro 5, para atender o palanque da campanha de reeleição que estava montado, fica claro quantitativamente que Bolsonaro usou as redes sociais digitais para solidificar a imagem de legitimação pessoal dos discursos sobre a região.

18 POSTAGENS 2022/MÊS	Autorização	Avaliação moral	Racionalização	Mythopoesis
16 de fev.	X		X	
17 de fev.	X			
18 de mar.	X			
4 de mai.	X	X		
7 de mai.	X			X
20 de mai. (2)	X		X	
20 de mai.	X		X	
29 de jul. (3)	X			X
29 de jul.	X			X
29 de jul.	X			X
25 de ago. (3)	X	X		X
25 de ago.	X			X
25 de ago.	X			X
TOTAL	18	02	03	08

Quadro 5 – Estratégias de legitimação nas postagens do Twitter de Jair Bolsonaro/2022
Fonte: Elaborado pelos autores.

Quando observadas as categorias, o discurso sobre a Amazônia se baseia na autoridade pessoal de Bolsonaro, usando simultaneamente a construção de narrativas (mythopoesis), com promessas de uma investida tecnológica na região para monitoramento das queimadas e uso na área da educação, fornecendo internet para 19 mil escolas da área rural. A narrativa busca modificar a imagem de apoio às investidas de exploração ambiental da região para a da proteção e investimento na qualidade de vida.

Considerações finais

As categorias aqui apresentadas (VAN LEEUWEN, 2007; RECUERO, 2019, 2020) demonstram que a legitimação das argumentações de Bolsonaro no Twitter foi baseada majoritariamente, durante o mandato presidencial, na sua personificação enquanto autoridade política.

A posição do presidente é de ataque, mas não com informações ou argumentos que ele possa sustentar em bases sólidas. A validação reforça o caráter centralizador de seu discurso, se apresentando como o protetor do território nacional. Essa posição discursiva também demonstra uma interdiscursividade direcionada à audiência no Twitter, com o resgate de elementos do pré-construído em discursos anteriores, que reforça a imagem de uma ameaça internacional constante contra a região, usada estrategicamente como justificativa para qualquer ação no mandato.

A constatação é que Bolsonaro posiciona a Amazônia em uma arena de disputa permanente no cenário internacional, ignora os problemas e peculiaridades da região e silencia sobre as sucessivas crises. Esse clima de conflito foi positivo para explorar como conteúdo nas mídias sociais, porque reforçou a imagem do então presidente como protetor da região contra predadores.

Referências

ALENCAR, Ane *et al.* *Amazônia em Chamas 9 – O novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia*. IPAM Amazônia, 2022. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-9-o-novo-e-alarmando-patamar-do-desmatamento-na-amazonia/> Acesso em: 31 mar. 2023.

ALEXANDER, Jeffrey . Vociferando contra o Iluminismo: A Ideologia de Steve Bannon. *Sociologia & Antropologia*, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752018v8310>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BOYD, Danah.; ELLISON, Nicole. Social networks sites: definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication, -Mediated Communication Indiana*, v. 13, n. 1, Oct. 2007.

BRAMBILA, Bárbara; FERNEDA, Gabriel. Jair Bolsonaro foi o político com maior engajamento nas redes sociais em 2022. *CNN Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/jair-bolsonaro-foi-o-politico-com-maior-engajamento-nas-redes-sociais-em-2022/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 9.671, de 2 de janeiro de 2019*. Altera o Decreto nº 9.054, de 17 de maio de 2017, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Assessoria Especial do Presidente da República e do Gabinete Pessoal do Presidente da República, e remaneja cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. Brasília: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9671.htm. Acesso em: 6 abr. 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. *Carlos Bolsonaro*. Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.camara.rio/vereadores/carlos-bolsonaro>. Acesso em: 4 fev. 2023.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. 6. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2013. Disponível em: [https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.files](https://globalizacaoeintegracaoeintegracaoregionalufabc.files).

wordpress.com/2014/10/castells-m-asociedade-em-rede.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

CRISTALDO, Heloisa. Operação em áreas da Amazônia Legal terá orçamento de R\$ 60 milhões. *Agência Brasil*, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-05/operacao-em-areas-da-amazonia-legal-tera-orcamento-de-r-60-milhoes>. Acesso em: 4 fev. 2023.

CURWEN, P. Must I tweet? *If you musk. Digital Policy, Regulation and Governance*, v. 24, n. 4, p. 398-399, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/DPRG-06-2022-188>. Acesso em: 19 mar. 2022.

DAVID, Esther *et al.* Utilizing Facebook pages of the political parties to automatically predict the political orientation of Facebook users. *Online Information Review*, v. 40, n. 5, p. 610- 623, 2016.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOWLER, Franklin; RIDOUT, Travis N.; FRANZ, Michael M. Political Advertising in 2016: The Presidential Election as Outlier?. *The Forum*, v. 4, n. 14, p. 445–469, 2016.

FRANCO, A. MIGUEL, K. Midiativismo ambiental: a boiada de Ricardo Salles na Amazônia. *Real Esferas*, ano 12, v. 3, nº 25, set./dez.2022.

HAUGEN, Geir Marius Saetenes. *Manipulation and Deception with Social Bots: Strategies and Indicators for Minimizing Impact*. Trondheim: The Norwegian University of Science and Tecnology, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Amazônia Legal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 29 dez. 2022.

LIMA, Rafaela; MARCHESINI, Lucas. Li o que você apagou. Os tweets deletados da gestão Bolsonaro. *Metrópolis*, 2020. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/li-o-que-voce-apagou-os-tweets-deletados-da-gestao-bolsonaro>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MAPBIOMAS. Área ocupada pela mineração no Brasil cresce mais de 6 vezes entre 1985 e 2020. *MapBiomias*, 2020. Disponível em: <https://mapbiomas.org/area-ocupada-pela-mineracao-no-brasil-cresce-mais-de-6-vezes-entre-1985-e-2020>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes, redes*. 2. ed. Brasília: Editora Vozes, 2014.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big Data*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MURDOCK, Graham. Media Materialities: for a moral economy of machines. *Journal of Communication*, v. 68, n. 2, p. 359-368, 2018.

NASCIMENTO, L., Alecrim, M., OLIVEIRA, J., OLIVEIRA, M., & COSTA, S. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. *Plural*, 25(1), 135-171, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2018.149019>

ORÇAMENTO do Meio Ambiente é o menor em 21 anos. Observatório do Clima, 2021. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/orcamento-meio-ambiente-e-o-menor-em-21-anos/>. Acesso em: 4 fev. 2023.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Biblioteca. *Jair Messias Bolsonaro*. Presidência da República, 2023. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/Bolsonaro> . Acesso em: 6 abr. 2023.

RECUERO, Raquel. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições de 2018. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 16, n. 47, p. 432- 458, 2019.

RECUERO, Raquel. O twitter como esfera pública: como foram descritos os candidatos durante os debates presidenciais do 2º turno de 2014?. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 16, p. 157-180, 2016.

RECUERO, Raquel. #Fraudenasurnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições de 2018. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 20, n. 3, p. 383-406, 2020.

TEITELBAUM, B.R. Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Tradução de Cynthia Costa. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

THE WHITE HOUSE. Donald Trump. *The White House*, 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/donald-j-trump/> . Acesso em: 6 abr. 2023.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: Uma teoria social da mídia*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TOLEDO, Diego. O bom filho ao ataque torna. UOL, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/carlos-bolsonaro-retoma-ataques/#page4> . Acesso em: 4 fev. 2023.

TUMASJAN, Andranik *et al.* Previsões eleitorais com o Twitter: como 140 caracteres refletem o cenário político. *Social Science Computer Review*, v. 29, n. 4, p. 402–418, 2011.

VAN LEEUWEN, T. J. Legitimation in discourse and communication. *Discourse & Communication*, Londres, v. 1, n. 1, p. 91-112, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1750481307071986>

CAPÍTULO 7

Inteligência Artificial (IA), desinformação e Amazônia: apontamentos sobre a vulnerabilidade das narrativas nas plataformas digitais

LIANA VIDIGAL ROCHA

MAÍRA EVANGELISTA DE SOUSA

Em junho de 2022, o indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips foram assassinados quando viajavam pelo Vale do Javari, no estado do Amazonas. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o local onde os dois navegavam é "palco de disputa entre facções criminosas que se destacam pela sobreposição de crimes ambientais, que vão do desmatamento e garimpo ilegal a ações relacionadas ao tráfico de drogas e de armas." (*apud* BIMBATI, 2022, n.p).

O acontecimento repercutiu na imprensa nacional e internacional. Contudo, gerou também a propagação de uma série de conteúdos enganosos que circularam pelas plataformas de redes sociais. Isso ocorreu, pois as plataformas digitais se transformaram em um ambiente propício para a proliferação da desinformação.

Neste capítulo, parte-se de trabalhos anteriores realizados no âmbito do projeto *Narrativa e acontecimento midiáticos: desafios metodológicos para a apreensão das experiências glocais amazônicas* – em que se discutiu a avaliação das configurações da desinformação nas plataformas digitais (ROCHA; SOUSA, 2022), a vulnerabilidade

das narrativas no contexto dos algoritmos (SOUSA; ABREU; PORTO, 2021; SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JÚNIOR, 2020) e a tipificação e os aspectos das narrativas enganosas na região amazônica (ROCHA; SOUSA, 2021; ROCHA, 2020) – para indicar apontamentos sobre inteligência artificial (IA) e desinformação a respeito da Amazônia. Portanto, a proposta é apontar como essas tecnologias podem auxiliar na disseminação e no enfrentamento das narrativas enganosas envolvendo a região.

Para alcançar tal objetivo, é realizada a pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) e a apresentação de casos exemplares. São trabalhadas ainda noções de desinformação e inteligência artificial.

A indústria da desinformação

Como um rastro de pólvora, a desinformação se alastra pelas plataformas digitais em poucos minutos, viralizando geralmente um conteúdo pernicioso que vai causar desordem ou prejudicar pessoas e/ou instituições. Contudo, a pergunta que fica é: por que há tanta desinformação circulando no espaço digital? A resposta mais simples é: porque se trata de uma indústria lucrativa. É evidente que esta não é a única justificativa para compreender a sua proliferação e o seu consumo por parte do público, entretanto, pode ser um ponto de partida para esse fenômeno que tem causado prejuízos profissionais, econômicos, ideológicos e sociais.

Em março de 2008, Barry Sussman¹, integrante da Fundação Nieman, publicou o texto *Revealing the disinformation industry* (Revelando a indústria da desinformação), no qual mostrava que a desinformação já era um problema ruim, mas que estava se tornando pior em virtude de um conjunto de elementos que contribuía para a sua firmação. O texto revelava que empresas eram responsáveis por financiar essa indústria, mas que contava ainda com o apoio de falsos repórteres, organizações cidadãs, funcionários do governo (em dife-

1. Barry Sussman foi editor do jornal Washington Post por 22 anos e editor especial do Watergate, além de colunista da edição National Weekly e diretor de pesquisas de opinião. Ele foi ainda editor do Nieman Watchdog Project de 2004 a 2012.

rentes níveis e instâncias), e especialistas em criar informações falsas que juntos atuavam para descredibilizar a imprensa norte-americana. Por outro lado, o jornalista também apontava o surgimento de iniciativas que estavam agindo no combate às informações falsas e dissimuladas (SUSSMAN, 2008).

É possível perceber que, nessa época, já havia o alerta para o perigo da desinformação. Contudo, foi apenas em 2016, durante a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, que a situação se tornou crítica. Howard et al. (2017, n.p.) mostraram que, por meio do Twitter, foram divulgadas “grandes quantidades de desinformação sobre política e políticas públicas”, impactando de forma direta na opinião dos eleitores do estado do Michigan.

No Michigan, as conversas sobre política no Twitter espelharam as tendências nacionais em que as hashtags relacionadas a Trump foram usadas duas vezes mais do que as hashtags relacionadas a (Hillary) Clinton. Usuários de mídia social do Michigan compartilharam muito conteúdo político, mas a quantidade de informação e de notícias políticas pesquisadas profissionalmente era consistentemente menor do que a quantidade de conteúdos extremistas, sensacionalistas, conspiratórios, mascarados de comentários, notícias falsas e outras formas de notícias inúteis. Essas notícias inúteis não apenas “superaram” as notícias reais, mas também a proporção de conteúdo de notícias profissionais compartilhado atingiu seu ponto mais baixo um dia antes da eleição. (HOWARD et al. , 2017, p. 1, tradução nossa²).

Entre as dezenas de mentiras e conteúdos falsos que foram publicadas no meio on-line durante a campanha eleitoral estava a história que ficou conhecida como *Pizzagate*. De acordo com o conteúdo fabricado, Hillary Clinton, candidata à presidência pelo Partido Demo-

2. No original: “In Michigan, conversation about politics over Twitter mirrored the national trends in that Trump-related hashtags were used more than twice as often as Clinton-related hashtags. Social media users in Michigan shared a lot of political content, but the amount of professionally researched political news and information was consistently smaller than the amount of extremist, sensationalist, conspiratorial, masked commentary, fake news and other forms of junk news. Not only did such junk news “outperform” real news, but the proportion of professional news content being shared hit its lowest point the day before the election”.

crata, e o seu chefe de gabinete, John Podesta, comandavam uma quadrilha especializada em sexo infantil escondida no porão de uma pizzaria, em Washington D.C. “A hashtag #pizzagate se tornou viral quando milhares de contas tuitaram ‘evidências’ a favor e contra a história. Muitos desses tuítes se originaram fora dos Estados Unidos, com grupos desproporcionalmente grandes vindos da República Tcheca, Chipre e Vietnã.” (JARDINE, 2019, n.p., tradução nossa³).

Apesar de parecer absurda, essa história mentirosa teve um desmembramento inesperado com Edgar Welch, um ex-bombeiro da Carolina do Norte, se dirigindo até à capital dos Estados Unidos, armado com um rifle, para resgatar as supostas crianças vítimas de abuso que estariam escondidas no porão da pizzaria. Os clientes e funcionários do estabelecimento ficaram aterrorizados e chamaram a polícia. “O que trouxe Welch ao Distrito em uma tarde fria de domingo no início de dezembro foi uma mistura sufocante de rumores, sordidez política, mudança tecnológica e a emoção inebriante que pode surgir ao desvendar um mistério.” (FISHER; COX; HERMANN, 2016, n.p., tradução nossa⁴).

O que chama a atenção nesse fato é que as desinformações não foram criadas exclusivamente em solo norte-americano. Pelo contrário, vários países do leste europeu e alguns da Ásia tiveram participação nesse processo. Samantha Subramanian, jornalista da Wired, produziu a reportagem *Inside the Macedonian fake-news complex* (Por dentro do Complexo Macedônico de Notícias Falsas), em 2017, na qual apresentou mais histórias sobre a cidade de Veles, na Macedônia, que se transformou na principal produtora de desinformação sobre os candidatos à presidência dos EUA (SUBRAMANIAN, 2017).

3. No original: “The hashtag #pizzagate went viral as thousands of accounts tweeted “evidence” both for and against the story. Many of these tweets originated outside of the United States, with disproportionately large clusters coming from the Czech Republic, Cyprus and Vietnam”.

4. No original: “What brought Welch to the District on a crisp Sunday afternoon in early December was a choking mix of rumor, political nastiness, technological change and the intoxicating thrill that can come from running down a Mystery”.

A jornalista mostrou que jovens macedônios enxergaram na produção de histórias falsas uma oportunidade para ganhar dinheiro. Um deles, chamado pelo pseudônimo de Boris, 18 anos, viu uma das suas postagens ser compartilhada mais de 800 vezes, lucrando assim mais de 150 dólares, em um único mês, apenas com os anúncios do Google. “Entre agosto e novembro (de 2016), Boris ganhou quase US\$ 16.000 em seus dois sites pró-Trump.” (SUBRAMANIAN, 2017, n.p., tradução nossa⁵). Vale destacar que, naquela época, o salário mensal médio era de 371 dólares no país.

De acordo com Kirby (2016), a cidade de Veles “enriqueceu” inventando e vendendo notícias, além de ter influenciado em processos eleitorais, como as eleições presidenciais dos EUA. Centenas de adolescentes da pequena Macedônia viram a produção de desinformação como uma forma fácil e rápida de ganhar dinheiro, contando com toda a potencialidade das plataformas digitais.

A "corrida do ouro digital" certamente impactou a economia de Veles, onde o salário médio é de apenas 350 euros (R\$ 1,3 mil) mensais. [...] Quando era parte da antiga Iugoslávia, a cidade era chamada de Titov Veles em homenagem ao presidente Josip Tito - hoje ela tem o apelido irônico de Trump Veles. (KIRBY, 2016, n.p.).

Em 2020, o Center for Media, Data and Society (Centro de Mídia, Dados e Sociedade), do CEU Democracy Institute, publicou o relatório, elaborado por Judit Szakács, Trends in the business of misinformation in six eastern european countries: an overview (Tendências nos negócios da desinformação em seis países do leste europeu: uma visão geral), cujo conteúdo identificou indivíduos e empresas que possuíam sites locais especializados em desinformação não convencionais e suas ligações com instituições, partidos e outros indivíduos. O documento expôs a tipologia mais recorrente de desinformação e as formas de financiamento nos países analisados, no caso, Eslováquia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Moldávia, Romênia e Hungria (ver Quadro 1).

5. No original: “Between August and November, Boris earned nearly \$16,000 off his two pro-Trump websites”.

Empresa	País	Publicidade	Financiamento	Coletivo	E-commerce	Designações Fiscais
Stav.ba	Bósnia e Herzegovina	X				X
Tv2-friss.com	Hungria	X				
Add-news-ro.info	Moldávia	X				
Active-news.ro	Romênia	X	X			
Srbijadanas.com	Sérvia	X				X
Zemavek.sk	Eslováquia	X	X	X	X	

Quadro 1 – Exemplo de formas de financiamento de empresas de desinformação.
Fonte: Elaborado pelas autoras com base em *CMDS research*.

É possível perceber que a publicidade era a principal fonte de recursos para os veículos especializados em criar e difundir desinformações. No entanto, nota-se também uma diversidade do financiamento, variando, inclusive, de país para país, apontando para uma não padronização da obtenção de receitas, porém, tendo o lucro como um dos principais fatores a ser perseguido nessa indústria. Assim, fica evidente que a produção de histórias e informações falsas não se baseia apenas na desconstrução de uma imagem ou de uma ideologia, mas principalmente na possibilidade de se ganhar dinheiro.

Outro exemplo que ratifica esse argumento vem da Coreia do Sul. Em novembro de 2021, a professora e pesquisadora sobre Mídia, Informação, Dados e Sociedade, da Universidade Estadual do Arizona, K. Hazel Kwon, escreveu sobre a indústria da desinformação no país asiático, afirmando que a desinformação estava se espalhando para além do domínio da espionagem e se tornando uma indústria obscura. Kwon (2021) explica que a desinformação mistura informações reais com falsas e tem sua origem atribuída à União Soviética que, por meio das agências de inteligência, utilizava as histórias para influenciar a opinião pública ou enganar um governo “adversário”.

No entanto, a pesquisadora mostra que, na segunda década do século XXI, as narrativas sofreram modificações, evoluindo “para um mercado no

qual serviços são contratados, trabalhadores são pagos e opiniões desavergonhadas e leitores falsos são comprados e vendidos.” (KWON, 2021, n.p.). As motivações estão associadas, sobretudo, às questões políticas e ao lucro.

Empresas de relações públicas recrutaram influenciadores de mídia social na França e na Alemanha para espalhar falsidades. Políticos contrataram funcionários para criar contas falsas no Facebook em Honduras. E os influenciadores quenianos do Twitter recebem 15 vezes mais do que muitas pessoas ganham em um dia para promover hashtags políticas. (KWON, 2021, n.p., tradução nossa⁶).

A *Global Desinformation Index* (GDI), organização voltada para combater o modelo de negócios direcionados à produção e à difusão de desinformação on-line, reforça a hipótese de que essa indústria é motivada pelas questões financeiras e ideológicas que são elaboradas justamente para minar a confiança nas instituições políticas, sociais e, mais recentemente, científicas. Dessa forma, o espaço digital se transformou no ambiente adequado para a ação de personagens nocivos que vão em busca de engajamento e receita. Para tanto, a GDI desenvolveu o seguinte gráfico:

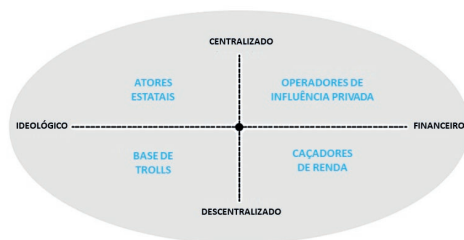


Gráfico 1- Personagens das motivações financeiras e ideológicas da desinformação.
Fonte: Traduzido de GDI e Grace McFadden (2019).⁷

6. No original: “Public relations firms have recruited social media influencers in France and Germany to spread falsehoods. Politicians have hired staff to create fake Facebook accounts in Honduras. And Kenyan Twitter influencers are paid 15 times more than many people make in a day for promoting political hashtags”.

7. MELFORD, Clare; FAGAN, Craig. Cutting the funding of disinformation: the ad-tech solution. London: Global Disinformation Index, 2019. Disponível em: https://www.disinformationindex.org/files/gdi_report_screen_aw2.pdf. Acesso em: 24 mar 2023.

No campo ideológico, segundo Rande Price (2019, n.p.), os atores estatais são aqueles ligados aos governos que espalham informações imprecisas ou auxiliam na promoção de propagandas governamentais: “são atores centralizados que usam a viralidade digital para amplificar a sua mensagem.” Já a base de trolls⁸ é composta por indivíduos ou grupos que se unem para espalhar informações sobre uma causa, um assunto específico ou ainda um problema. “Seu conteúdo e atividades geralmente se concentram no discurso de ódio ou tentam promover uma narrativa falsa.” (PRICE, 2019, n.p.).

No que diz respeito às motivações financeiras, destacam-se os operadores de influência privada e os caçadores de renda (lucro). O primeiro refere-se às empresas contratadas para desenvolver campanhas comerciais e de relações públicas com o objetivo de desinformar a sociedade. “Seus sites de conteúdo enganoso e falso parecem profissionais. Esses domínios, apoiados por anúncios, imitam o jornalismo tradicional.” O segundo pode ser compreendido como o famoso clickbait, utilizado, inclusive, por veículos jornalísticos para conquistar a atenção do público. “Eles produzem desinformação sensacionalista para levar os visitantes (e *bots*) a clicar em seu site para coletar receita.” (PRICE, 2019, n.p.).

Nesse sentido, podemos afirmar que as informações falsas ou incorretas não são uma novidade no campo da Comunicação. Porém, com a consolidação das plataformas digitais, esse tipo de conteúdo passou a circular de maneira mais rápida e recorrente. Em artigo para o CIGI (*Centre for International Governance Innovation*), Eric Jardine, professor assistente de Ciência Política na Virginia Tech e pesquisador sobre os usos da dark web e segurança cibernética, afirmou que “*bots* algorítmicos, programas especialmente projetados que usam o poder de processamento do computador para espalhar conteúdo por meio de contas falsas de usuários, ajudaram a gerar e poluir o ecossistema de informações on-line.” (JARDINE, 2019, n.p., tradução nossa⁹). Essa relação será melhor explorada no tópico a seguir.

8. Trolls são perfis que têm como intuito provocar emocionalmente os membros de uma comunidade através de mensagens controversas ou irrelevantes. Com isso, conseguem interromper uma discussão sadia ou causar conflitos entre os participantes, fazendo com que o objetivo principal do tópico saia de foco.

9. No original: “Algorithmic bots, specially designed programs that use computer processing power to spread content via fake user accounts, have helped to generate and pollute the online information ecosystem”.

Inteligência artificial (IA)

A palavra Inteligência Artificial (IA) foi usada pela primeira vez, em 1956, na Conferência de *Dartmouth College*, em Hanover, nos Estados Unidos. O evento é considerado como fundador do campo de investigação em IA, a qual pode ser entendida como: “o ramo específico da ciência da computação que se preocupa com a modelagem e simulação de inteligência humana.” (LEVY, 2022, p. 12). A ideia era criar máquinas que pudessem racionar. Desse modo, a característica principal da inteligência artificial está em “atribuir a um sistema binário a capacidade de interpretar, organizar e dar sentido a um grande volume de informações.” (BARCELOS, 2020, p. 61). Neste artigo, compartilha-se do entendimento de Vicente e Flores (2021, p. 4) que a consideram simultaneamente como “uma tecnologia é um campo científico de investigação e desenvolvimento (I&D), cujo objetivo principal é gerar máquinas inteligentes.”

Segundo Levy (2022), a IA pode ser dividida em duas abordagens principais. Na primeira, a estática, a IA aprende com os dados fornecidos, com isso ela pode simular a dimensão indutiva do raciocínio humano. Na segunda, a simbólica, a IA depende do conhecimento projetado pelos engenheiros, não aprendendo com os dados. Com mais de seis décadas de trajetória, o atual desenvolvimento da inteligência artificial com o uso de algoritmos em resposta a comandos por texto, voz e/ou reconhecimento de imagem “alcança a função de fazer predições diante de comandos e metadados, superando a lógica das programações, sem que tenham, essencialmente, sido desenvolvidos para isso.” (BARCELOS, 2020, p. 77).

Cada vez mais esta tecnologia passa a fazer parte do cotidiano das pessoas, mediando as suas vidas. A inteligência artificial está nas plataformas de redes sociais (como o *Instagram* e o *Twitter*), nos mecanismos de busca (como o *Google* e o *Yahoo*), nos aplicativos de rotas (como o *Google Maps* e o *Waze*), nas plataformas de streaming (como a *Netflix* e o *Spotify*), nas assistentes virtuais (como a *Siri* e a *Alexa*), nos atendimentos a usuários de empresas que utilizam os *ChatBots* (como a *Aura da Vivo* e a *Lu do Magazine Luiza*), dentre outros.

Conseqüentemente, surgem desafios para a sociedade que envolvem os preconceitos algorítmicos e a falta de transparência nos processos de datificação, a gestão de dados pessoais e a preservação da privacidade, a explicabilidade dos sistemas inteligentes, entre outros (VICENTE; FLORES, 2021).

Como exemplo, tem-se o ChatGPT - *Chat Generative Pre-Trained Transformer* (Transformador Pré-treinado Gerador de Conversas) que é um modelo de linguagem que consegue gerar textos escritos de forma natural e coerente a partir de técnicas de inteligência artificial e aprendizado de máquina (VENTURA, 2023). Lançado em novembro de 2022, ele é desenvolvido pelo *OpenAI*, um Laboratório de Pesquisa em Inteligência Artificial, localizado nos Estados Unidos.

Para mostrar como a tecnologia funciona, perguntamos ao *ChatGPT* “O que é a Amazônia?”. Em poucos segundos, o software apresentou o seguinte texto (ver Figura 1):

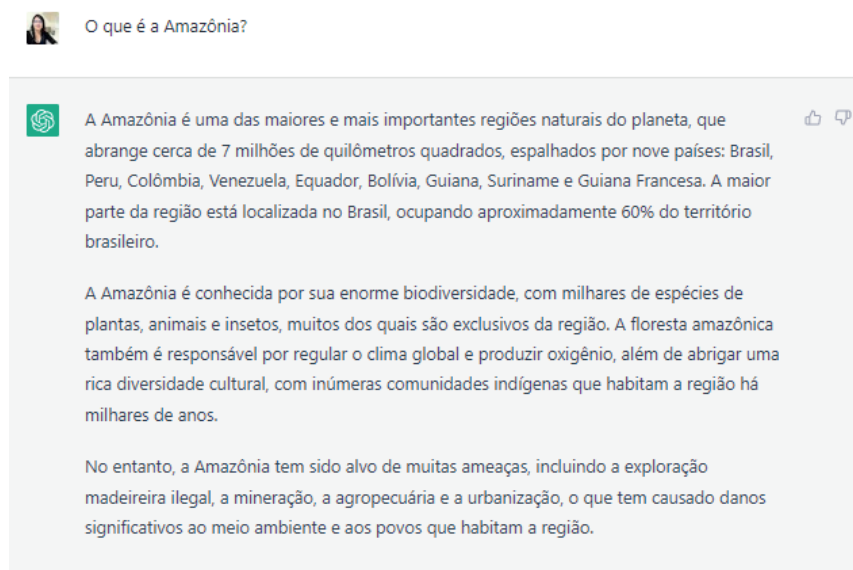


Figura 1 – Resposta do ChatGPT para a pergunta “O que é a Amazônia?”.

Fonte: Captura de tela do ChatGPT em abril de 2023.¹⁰

10. Disponível em: <https://chat.openai.com/chat>. Acesso em: 2 abr. 2023.

Como pode-se perceber, o *ChatGPT* apresentou em língua portuguesa (a mesma da pergunta) as principais informações referentes à geografia e à biodiversidade da Amazônia, incluído ainda alguns dos problemas enfrentados pela região. Por conta da complexidade e rapidez das respostas apresentadas, o software tem impressionado as pessoas e causado repercussão sobretudo entre os especialistas da área com os possíveis problemas que a inteligência artificial pode causar.

Nesse sentido, no dia 29 de março de 2023, foi publicada no site do *Future of Life Institute* uma carta aberta pedindo uma pausa de pelo menos seis meses no treinamento de sistemas de IA mais poderosos que o GPT-4 (o mesmo utilizado no exemplo da Figura 1). Assinada por mais de 20 mil¹¹ pessoas (incluindo especialistas da área), o documento destaca os riscos que a IA pode trazer para a humanidade e as atitudes que devem ser tomadas urgentemente:

A pesquisa e o desenvolvimento de IA devem ser reorientados para tornar os sistemas avançados e poderosos de hoje mais precisos, seguros, interpretáveis, transparentes, robustos, alinhados, confiáveis e leais. Paralelamente, os desenvolvedores de IA devem trabalhar com os formuladores de políticas para acelerar drasticamente o desenvolvimento de sistemas robustos de governança de IA. Estes devem incluir, no mínimo: autoridades reguladoras novas e capazes dedicadas à IA; supervisão e rastreamento de sistemas de IA altamente capazes e grandes conjuntos de capacidade computacional; sistemas de proveniência e marca d'água para ajudar a distinguir o real do sintético e rastrear vazamentos de modelos; um ecossistema robusto de auditoria e certificação; responsabilidade por danos causados pela IA; financiamento público robusto para pesquisa técnica de segurança de IA; e instituições com bons recursos para lidar com as dramáticas perturbações econômicas e políticas (especialmente para a democracia) que a IA causará. (FUTURE OF LIFE, 2023, n.p.).¹²

11. Até o dia 11 de abril de 2023.

12. No original: "AI research and development should be refocused on making today's powerful, state-of-the-art systems more accurate, safe, interpretable, transparent, robust, aligned, trustworthy, and loyal. In parallel, AI developers must work with policymakers to dramatically accelerate development of robust AI governance systems. These should at a minimum include: new and capable regulatory authorities dedicated to AI; oversight and tracking of highly capable AI systems and large pools of computational capability; provenance and watermarking systems to help distinguish real from synthetic and to track model leaks; a robust auditing and certification ecosystem; liability for AI-caused harm; robust public funding for technical AI safety research; and well-resourced institutions for coping with the dramatic economic and political disruptions (especially to democracy) that AI will cause".

De modo semelhante, no dia seguinte, a *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) publicou um comunicado (UNESCO, 2023) no qual pede para que todos os governos implementem normas éticas referentes à IA e chama atenção para a recomendação da organização (NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL, 2022) lançada em 2022:

A UNESCO está preocupada com muitas das questões éticas levantadas por essas inovações, em particular a discriminação e os estereótipos, incluindo a questão da desigualdade de gênero, mas também a luta contra a desinformação, o direito à privacidade, a proteção de dados pessoais e os direitos humanos e ambientais. (UNESCO, 2023, n.p.¹³).

Como viu-se, dentre os problemas relacionados à inteligência artificial está a desinformação. Nesse sentido, há tecnologias baseadas em IA que espalham conteúdos enganosos, como as *deepfakes*. Elas são produzidas por algoritmos de inteligência artificial que fundem, combinam, substituem e sobrepõem imagens e clipes de vídeos com a finalidade de criar produtos falsos que parecem verdadeiros (SANTAELLA; SALGADO, 2021). Com isso, segundo as autoras, as *deepfakes* propagam falsidades e informações erradas: “muitas vezes desmoralizantes, a respeito de pessoas e grupos de tal modo a incitar reações equivocadas, ruídos comunicacionais e, no limite da lei, os crimes de difamação e calúnia.” (SANTAELLA; SALGADO, 2021, p. 101).

Somado a esta equação, tem-se as plataformas de redes sociais. Elas são espaços amplamente utilizados para a disseminação de conteúdos enganosos e possuem uma materialidade que favorece a propagação deste tipo de conteúdo visto que operam por meio de algoritmos e dados (LEMOS, 2023). Nesse sentido, segundo o autor, a indústria da desinformação utiliza as plataformas de redes sociais e suas performatividades algorítmicas para viralizar e gerar engajamento nas publicações enganosas.

13. No original: “UNESCO is concerned by many of the ethical issues raised by these innovations, in particular discrimination and stereotyping, including the issue of gender inequality, but also the fight against disinformation, the right to privacy, the protection of personal data, and human and environmental rights”.

Destaca-se que plataformas digitais como *Facebook*, *Instagram* e *Twitter* funcionam com base em algoritmos, ou seja, “funções que determinam como os programas de computador devem funcionar na leitura, processamento, armazenamento e análise de dados.” (LEMOS, 2021, n.p.). Com isso, cada perfil visualiza informações nas plataformas conforme os seus interesses e interações, os quais são coletados em forma de dados pelos algoritmos para que a plataforma indique conteúdos personalizados, ou seja, o que cada um quer ver e assim as pessoas passem mais tempo conectadas nas plataformas. Por conta dessa lógica de funcionamento:

[...] as plataformas digitais têm sido indicadas como importantes atores na construção de um cenário favorável à circulação de conteúdos enganosos pela quantidade expressiva de usuários que possuem, por sua facilidade e baixo custo para fabricação de informações, ampla visibilidade e, principalmente, por seu modelo de negócios, que lucra a partir do alto engajamento de publicações, independentemente de serem verdadeiras ou falsas. Essas informações costumam atrair a atenção dos usuários pelo apelo emocional que despertam e quando são monetizadas tornam-se lucrativas. (COSTA; NÓBREGA; MAIA, 2022, p. 3).

As tecnologias algorítmicas das plataformas de redes sociais podem servir para disseminar conteúdos desinformativos, mas também para neutralizar esses mesmos conteúdos (SALAVERRIA, 2023). Nesse sentido, as plataformas têm tomado medidas para frear a circulação de conteúdos enganosos: como apagar as publicações, sinalizar mensagens que possam ser mentirosas e reduzir a visibilidade das postagens. Tais ações são realizadas por algoritmos de inteligência artificial.

No Brasil, desde 2020, está sendo discutido o projeto de lei das Fake News (PL 2630/2020), o qual prevê a aplicação de novas regras às plataformas de conteúdo em atuação no país e a responsabilização das mensagens publicadas. Entre os principais aspectos, estão: o combate à desinformação com o objetivo principal de proteger e fortalecer a democracia, reduzir o número de contas inautênticas que propagam conteúdo enganoso e incentivar a transparência, principalmente de sites que lucram com a desinformação (HERDY, 2023).

IA, Desinformação e Amazônia

Em janeiro de 2022, o site *The Ecologist* publicou a reportagem intitulada *Amazon deforestation fuelled by disinformation* (Desmatamento da Amazônia é alimentado por desinformação), na qual discorre sobre uma campanha de desinformação envolvendo a floresta amazônica que tinha como objetivo enfraquecer as leis de proteção ambiental. Na ocasião, um grupo brasileiro de pesquisadores publicou na revista *Biological Conservation* um estudo que revelava a prática do espalhamento de informações erradas e/ou falsas. De acordo com a investigação, foram usadas:

[...] várias táticas para dismantlar as proteções ambientais no Brasil, como fabricar incerteza em relação à ciência consensual; fazer afirmações que aparecem como fatos científicos, mas que contradizem o consenso científico; e fazer afirmações falsas sobre credenciais científicas. (EARLY, 2022, n.p., tradução nossa¹⁴).

Neste caso, percebe-se que a desinformação apresentou conteúdo e objetivos específicos a fim de prejudicar as leis de proteção ambiental. Para ajudar no combate a esse tipo de prática, sites especializados em meio ambiente podem utilizar a inteligência artificial para coletar dados e produzir narrativas verídicas sobre a Amazônia. Além disso, as potencialidades da IA podem auxiliar pesquisadores e jornalistas a identificar desinformações que circulam sobre a região. Um exemplo é a *Amazon Mining Watch*¹⁵, plataforma alimentada por algoritmo que detecta minas de ouro e outras atividades relacionadas à mineração na floresta amazônica a partir da análise de imagens de satélite.

No Brasil, é possível apontar outros usos positivos da IA, como o sistema PrevisIA¹⁶, do *Instituto do Homem e Meio Ambiente da*

14. No original: [...] “have used various tactics to dismantle environmental protections in Brazil, such as manufacturing uncertainty in relation to consensual science; making claims that appear as scientific facts but that contradict scientific consensus; and making false claims about scientific credentials”.

15. Amazon Mining Watch. Disponível em: <https://amazonminingwatch.org/pt#3.9/-5/-70>. Acesso em: 7 abr. 2023.

16. PrevisIA. Disponível em: <https://previsia.org/>. Acesso em: 11 abr. 2023.

Amazônia (Imazon), que consegue prever locais com maior risco de desmatamento na Amazônia antes mesmo dele ocorrer. Na Figura 2, por exemplo, é possível ver que a ferramenta sinalizou um local que seria desmatado e a previsão confirmou-se dois meses depois.



Figura 2 – PrevisIA indicando área que poderia ser desmatada.
 Fonte: Captura de tela de reportagem da TV Globo.¹⁷

Entretanto, a IA não tem sido usada somente para ajudar a coletar dados ou produzir narrativas. A *London School of Economics* fez um levantamento¹⁸ no qual listou 100 iniciativas que utilizam a inteligência artificial das mais diversas formas. Para tanto, criou categorias que vão desde investigação, passando por produção de notícias, pesquisa e inovação, chegando em mídia manipulada (*synthetic media*), personalização e *fact-checking*.

Sobre este último, a *Aos Fatos*, desde meados de 2020, utiliza o *bot Fátima* para verificar fatos em aplicativos de mensagens, permitindo que o usuário, por meio de palavras-chave, encontre checagens sobre assuntos específicos ou acompanhe o trabalho da agência. Portanto, é possível ter acesso a conteúdo verificado sobre a Amazônia via *WhatsApp* ou *Telegram* que são considerados um dos maiores difusores de desinformação (Figura 3).

17. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/03/10/inteligencia-artificial-preve-onde-ha-maior-risco-de-desmatamento-na-amazonia.ghtml>. Acesso em: 4 abr. 2023.

18. JournalismAI Case Studies. Disponível em: <https://airtable.com/shrKhe7Js48HvBhmG/tblBcSZESOAY5Q9A>. Acesso em: 9 abr. 2023.

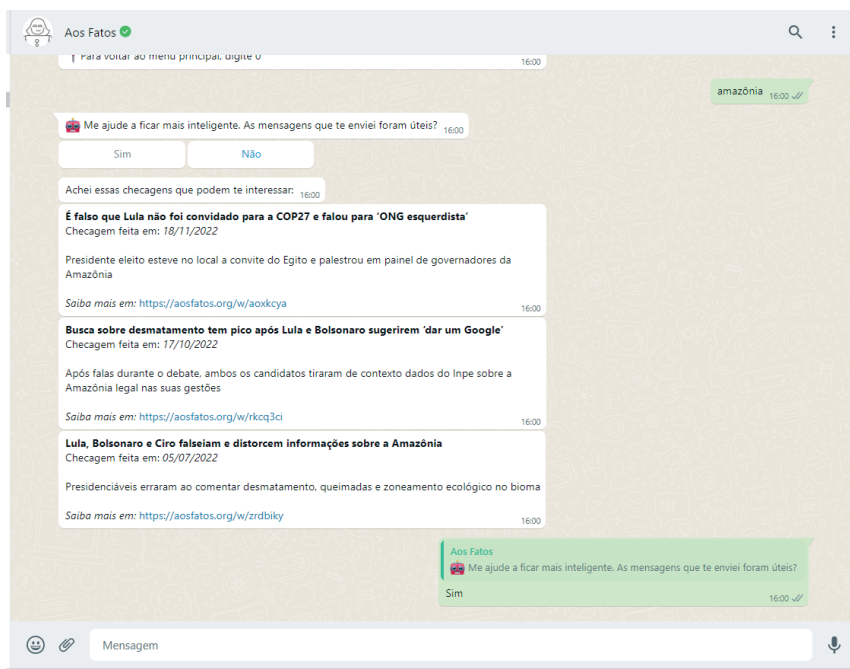


Figura 3 – Checagem de desinformação sobre a Amazônia no Fátima Bot.
Fonte: Agência Aos Fatos (2023).

Zhao *et al.* (2021), no artigo *Deep fake geography? When geospatial data encounter Artificial Intelligence* (Geografia deepfake? Quando os dados geoespaciais encontram a inteligência artificial), alertam sobre a produção de dados geográficos falsos a partir da utilização de cartografias manipuladas com o auxílio da IA. Os pesquisadores fizeram um experimento piloto no qual conseguiram demonstrar como as GANs (*Generative Adversarial Networks*)¹⁹ são capazes de gerar imagens de satélite com características inexistentes, revelando o potencial dos algoritmos em falsificar informações que não podem ser identificadas pelos seres humanos mais facilmente.

Neste caso específico, a geografia *deepfake* pode ser utilizada para gerar imagens de satélite que mascarem a realidade da região amazônica. Locais que abrigam garimpos ilegais, que são desmatados ou queimados

19. GANs são um tipo de abordagem para criação generativa que utiliza métodos de aprendizagem profunda (*deep learning*).

podem ser apagados e substituídos por paisagens intactas da floresta, espalhando assim desinformações sobre os problemas que assolam o bioma. A produção e a propagação de mídia manipulada (*synthetic media*) também não é um fenômeno recente, porém, ganha mais força com o auxílio da tecnologia.

Embora a mídia sintética possa ser usada para uma expressão criativa, permitindo a edição de fotos sem nenhuma habilidade com o Photoshop, por exemplo, também pode alterar o curso do debate da política pública. Quando usado no contexto de desinformação, a tecnologia de texto-imagem permite que atores envolvidos na desinformação produzam imagens alimentadas por fontes de inteligência artificial (IA) para sustentar uma narrativa falsa. (DEMOCRACY REPORTING INTERNATIONAL, 2022, p. 8, tradução nossa²⁰).

No final de 2019, Facebook, Amazon e Microsoft lançaram o DFDC (*Deepfake Detection Challenge*), um banco de dados composto por mais de 100 mil vídeos disponíveis para ajudar a detectar e, conseqüentemente, combater *deepfakes*. A iniciativa prometia uma precisão de até 82,56%, porém, Lyu (2022, n.p.) revelou que havia uma divergência com relação ao conjunto de dados de avaliação e o conjunto de dados mais real: “[...] quando testado em vídeos não vistos, a precisão do melhor desempenho foi reduzida para 65,18%.”²¹

Apontamentos Finais

Após a explanação dos conceitos e dos casos de desinformação e inteligência artificial, foi possível perceber que a IA pode ou não “servir” à indústria da desinformação. Embora haja uma vulnerabilidade das narrativas (SOUSA; ABREU; PORTO, 2021; SOUSA; EIRÓ; CHAGAS JÚNIOR, 2020), sobretudo nas plataformas de redes sociais por conta

20. No original: “While synthetic media can be used for creative expression, enabling photo editing without any Photoshop skills for instance, it can also alter the course of public political debate. When used in the context of disinformation, text-to-image conversation technology enables disinformation actors to produce imagery powered by artificial intelligence (AI) that supports a false narrative”.

21. No original: “[...] when tested on unseen videos, the top performer’s accuracy reduced to 65.18%”.

dos algoritmos de inteligência artificial que favorecem a criação e a propagação de conteúdos enganosos, não se pode negar que também é possível usar a mesma tecnologia para combater esses conteúdos nocivos.

Conforme destacado por Rocha e Sousa (2022), as informações falsas são produzidas em diferentes formatos e mídias justamente para atingir objetivos distintos, uma vez que estão associadas às vulnerabilidades do público e aos temas das narrativas. Dessa forma, o uso de ferramentas que identificam a veracidade (ou não) de imagens e vídeos é mais um fator positivo para ajudar a combater a desinformação sobre a Amazônia que circula nas plataformas digitais.

Assim, inferimos que, mesmo com toda a potencialidade da tecnologia, é necessário reunir um conjunto de estratégias para enfrentar não somente a circulação das informações falsas como também a sua produção (ROCHA; SOUSA, 2021). Portanto, a combinação entre inteligência artificial, alfabetização midiática, estrangulamento de financiamento dessa indústria e legislação adequada, pode ser o caminho para o combate mais efetivo com relação à desinformação.

Em se tratado de Brasil, caso o PL das Fake News seja aprovado, seria mais uma maneira de evitar que informações falsas sobre a região amazônica circulem livremente nas plataformas digitais, diminuindo conseqüentemente a questão da vulnerabilidade das narrativas.

Referências

AGÊNCIA AOS FATOS. [Checagem de desinformação sobre a Amazônia no Fátima Bot]. WhatsApp: [Grupo Aos Fatos]. 9 abr 2023. 16h02. 7 mensagens de WhatsApp.

BARCELOS, Marcelo. *Jornalismo em todas as coisas: o futuro das notícias com Inteligência Artificial (AI) e Internet das Coisas (IOT)*. Florianópolis: Insular, 2020.

BIMBATI, Ana Paula. *O que se sabe até agora sobre o assassinato de Dom e Bruno no AM*. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/06/16/o-que-se-sabe-sobre-assassinato-dom-bruno.html>. Acesso em: 1 abr. 2023.

COSTA, Lucina M.; NÓBREGA, Lizete B. da; MAIA, Carolina. T. Desinformação e plataformas: ações de combate adotadas pelo Twitter durante a pandemia da Covid-19. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 28, n. 3, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/116919>. Acesso em: 1 abr. 2023.

EARLY, Catherine. Amazon deforestation fuelled by disinformation. *The Ecologist*, 2022. Disponível em: <https://theecologist.org/2022/jan/31/amazon-deforestation-fuelled-disinformation>. Acesso em: 9 abr. 23.

FISHER, Marc; COX, John W; HERMANN, Pedro. Pizzagate: from rumor, to hashtag, to gunfire in D.C. *The Washington Post*, 6 dez. 2016. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/local/pizzagate-from-rumor-to-hashtag-to-gunfire-in-dc/2016/12/06/4c7def50-bbd4-11e6-94ac-3d324840106c_story.html. Acesso em: 23 mar. 2023.

FUTURE OF LIFE INSTITUTE. *Pause Giant AI Experiments: an open letter*. Future of Life, 2023. Disponível em: <https://futureoflife.org/open-letter/pause-giant-ai-experiments/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

HERDY, Thiago. *Governo quer taxar plataformas e criar agência para fiscalizar rede social*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/thiago-herdy/2023/03/31/governo-quer-taxar-plataformas-e->

criar-orgao-para-fiscalizar-redes-sociais.htm?cmpid=copiaecola. UOL, 2023. Acesso em: 4 abr. 2023.

HOWARD, Philip N. *et al.* Junk News and Bots during the U.S. Election: what were Michigan voters sharing over twitter? *Data Memo*, Oxford, n. 1, 2017. Disponível em: <https://comprop.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/89/2017/03/What-Were-Michigan-Voters-Sharing-Over-Twitter-v2.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

JARDINE, Eric. *Beware Fake News*. Governing Cyberspace during a Crisis in Trust essay. Waterloo, ON: CIGI, 2019. Disponível em: www.cigionline.org/articles/beware-fake-news. Acesso em: 23 mar. 2023.

KIRBY, Emma Jane. A cidade europeia que enriquece inventando notícias – e influenciando eleições. *BBC News*, 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38206498>. Acesso em: 23 mar. 2023.

KWON, K. Hazel. Disinformation is spreading beyond the realm of spycraft to become a shady industry – lessons from South Korea. *The Conversation*, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://theconversation.com/disinformation-is-spreading-beyond-the-realm-of-spycraft-to-become-a-shady-industry-lessons-from-south-korea-168054>. Acesso em: 24 mar. 2023.

LEMOS, André. *A tecnologia é um vírus*. Pandemia e Cultura digital. Porto Alegre: Sulina, 2021.

LEMOS, André. *Ciclo de Conversas IA, Algoritmos e Media - Conversa 4*. Publicado no canal LabCom – Comunicação e Artes, do YouTube. 31 jan. 2023. 1 vídeo (1h44m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RI7TLnIz0zM>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LÉVY, Pierre. IEML: Rumo a uma Mudança de Paradigma na Inteligência Artificial. *Matrizes*, São Paulo, v.16, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/197482>. Acesso em: 1 abr. 2023.

LYU, Siwei. Deepfake detection. *In*: SENCAR, Husrev Taha; VERDOLIVA, Luisa, MEMON, Nasir (eds). *Multimedia Forensics*. Advances in Computer Vision and Pattern Recognition. Singapore:

Springer, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-16-7621-5_12. Acesso em: 4 abr. 2023.

MELFORD, Clare; FAGAN, Craig. Cutting the funding of disinformation: the ad-tech solution. London: Global Disinformation Index, 2019. Disponível em: https://www.disinformationindex.org/files/gdi_report_screen_aw2.pdf. Acesso em: 24 mar 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *UNESCO lança versão em português de publicação sobre inteligência artificial*. Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/181308-unescolan%C3%A7a-vers%C3%A3o-em-portugu%C3%AAs-de-publica%C3%A7%C3%A3o-sobre-intelig%C3%Aancia-artificial>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PRICE, Rande. Disinformation is profitable. That needs to change. *Digital Content Next*, 21 ago. 2019. Disponível em: <https://digitalcontentnext.org/blog/2019/08/21/disinformation-is-profitable-that-needs-to-change/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ROCHA, Liana Vidigal. As narrativas sobre as queimadas na Amazônia a partir do conceito de Desinformação. In. MIRANDA, Cynthia Mara et al. (org.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

ROCHA, Liana Vidigal; SOUSA, Sarah Melisa Barros de. A desinfodemia na região amazônica: tipificação e aspectos da desinformação sobre a Covid-19. In. JÁCOME, Phellipy et al. (org.). *Narrativas midiáticas e experiências Amazônicas*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

ROCHA, Liana Vidigal; SOUSA, Máira Evangelista de. A vulnerabilidade da narrativa sobre a Amazônia: proposta metodológica de avaliação das configurações da desinformação. In. LEITE, Amanda et al. (org.). *Inspirações metodológicas em contextos amazônicos*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2022.

SALAVERRIA, Ramón. *Ciclo de Conversas IA, Algoritmos e Media - Conversa 4*. Publicado no canal LabCom – Comunicação e Artes, do

YouTube. 31 jan. 2023. 1 vídeo (1h44m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RI7TLnIz0zM>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SANTAELLA, Lucia; SALGADO, Marcelo de Mattos. Deepfake e as consequências sociais da mecanização da desconfiança. *TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, n. 23, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/55981>. Acesso em: 1 abr. 2023.

SOUSA, Maíra Evangelista de Sousa; EIRÓ, Jorge; CHAGAS JUNIOR, Edgar M. A vulnerabilidade da circulação de imagens na internet: imagens que incendeiam as redes e as queimadas na Amazônia. In. MIRANDA, Cynthia Mara *et al.* (orgs.). *Vulnerabilidades, narrativas e identidades*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

SOUSA, Maíra Evangelista de; ABREU, Giovanna Figueiredo de; PORTO, Lucas Matheus Santos. A vulnerabilidade da narrativa jornalística no contexto dos algoritmos. In. JÁCOME, Phellipy *et al.* (orgs.). *Narrativas midiáticas e experiências Amazônicas*. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021

SUBRAMANIAN, Samanth. *Inside the Macedonian fake-news complex*. Wired, 2017. Disponível em: <https://www.wired.com/2017/02/veles-macedonia-fake-news/> Acesso em: 23 mar. 2023.

SUSSMAN, Barry. Revealing the Disinformation Industry. *Nieman Reports Spring*, v. 62, n. 1, 2008. Disponível em: <https://niemanreports.org/articles/revealing-the-disinformation-industry/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SZAKÁCS, Judit. Trends in the business of misinformation in six eastern european countries: an overview. *Center for Media, Data and Society*, 2020. Disponível em: https://cmds.ceu.edu/sites/cmcs.ceu.hu/files/attachment/basicpage/1830/bomfinalreport_0.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

UNESCO. *Artificial Intelligence*: UNESCO calls on all Governments to implement Global Ethical Framework without delay. Unesco, 2023. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/artificial->

intelligence-unesco-calls-all-governments-implement-global-ethical-framework-without. Acesso em: 2 abr. 2023.

VENTURA, Layse. O que é ChatGPT e como acessar a inteligência artificial em português. *Olhar Digital*, 2023. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2023/01/13/dicas-e-tutoriais/o-que-e-chatgpt-e-como-acessar-a-inteligencia-artificial-em-portugues/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

VICENTE, Paulo Nuno; FLORES, Ana Marta, Artificial Intelligence and Journalism: Emerging Topics (2015-2020). *SOPCOM*, 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3829007>. Acesso em: 01 abr. 2023.

What a pixel can tell: Text-to-Image Generation and its disinformation Potential. Disinfo Radar, Democracy Reporting International. Berlin, 2022, Technical Report. Disponível em: <https://democracyreporting.s3.eu-central-1.amazonaws.com/images/6331fc834bcd1.pdf>. Acesso em 29 mar 2023.

ZHAO, Bo; ZHANG, Shaozeng; XU, Chunxue; SUN, Yifan; DENG, Chengbin. *Deep fake geography? When geospatial data encounter Artificial Intelligence*. *Cartography and Geographic Information Science*, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15230406.2021.1910075>. Acesso em: 04 abr. 2023.

CAPÍTULO 8

De jornalistas como comunidade interpretativa aos jornalismo colonizados e colonizadores: coberturas de feminicídios em jornais amazônicos

CYNTHIA MARA MIRANDA

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO

Coberturas jornalísticas de acontecimentos sobre o feminicídio em mídias noticiosas de norte ao sul do país, com raras exceções, reproduzem as lógicas socioculturais hierarquizantes e sobrecarregadas de preconceitos, estereótipos e violências que caracterizam as dinâmicas que sustentam as relações de gênero e as modalidades de poder/saber aí implicadas (CARVALHO, 2012; MIRANDA, 2019; LEAL *et al.*, 2020). Trata-se também de reconhecer os modos como as colonialidades do saber (GROSFUGUEL, 2009; QUIJANO, 2009, LUGONES, 2014; RIVERA CUSICANQUI, 2015; 2018; MALDONADO-TORRES, 2018) atuam na configuração narrativa de acontecimentos desencadeados por relações de gênero quando da sua captura jornalística.

Aqui nos referimos aos jornalismo, no plural, buscando evidenciar não somente a diversidade sociotécnica das plataformas a partir das quais ele é produzido, circula e reverbera, como também a potencial amplitude de políticas editoriais verificáveis, com seus compromissos políticos, econômicos, culturais, ideológicos, comportamentais, etc. Além da pluralidade de profissionais em ação na produção noticiosa, também comprometidas e comprometidos com uma miríade de visões

de mundo, não somente conflitantes entre elas e eles, como ainda, não raro, com relação às orientações editoriais das mídias para as quais prestam serviços.

Tendo como pano de fundo essas noções iniciais, nos debruçaremos sobre as proposições de Barbie Zelizer (2000) acerca das e dos jornalistas enquanto comunidade interpretativa, perspectiva alargada por Nelson Traquina (2005), ao propor a configuração de uma tribo jornalística caracterizada como comunidade interpretativa transnacional. As duas perspectivas se alinham aos estudos identificados como newsmaking, de matriz socioantropológica, muitas vezes recorrendo às práticas etnográficas, e que no jornalismo parece ter sido inaugurada por Gaye Tuchman, socióloga estadunidense responsável por um amplo acompanhamento de rotinas jornalísticas em jornais impressos e televisivos nos Estados Unidos, resultando no livro *Making news: a study in the construction of reality* (1978).

A indicação dos limites heurísticos das noções de jornalistas como comunidade interpretativa ou como tribo interpretativa transnacional será feita por meio da crítica teórica e metodológica de tais pressupostos e da ancoragem na análise da cobertura jornalística de feminicídios em jornais da região amazônica. A partir de uma abordagem metodológica qualitativa, refletimos sobre um conjunto de narrativas sobre feminicídios coletadas em jornais amazônicos impressos com versão on-line, especificamente da capital de todos os estados da região norte coletadas no período de 9 de março a 10 de junho de 2019. A coleta foi integralmente realizada a partir das versões on-line, por meio da utilização das palavras-chave “feminicídio”, “assassinato” e “morta”, e os jornais selecionados para o estudo foram: *O Rio Branco* (Acre), *O Liberal* (Pará), *Diário da Amazônia* (Rondônia), *A Crítica* (Amazonas), *Folha de Boa Vista* (Roraima), *Jornal do Tocantins* (Tocantins) e *Diário do Amapá* (Amapá).

Nossa proposta é pensar, por meio das narrativas jornalísticas, os jornalismo, as e os jornalistas como agentes colonizadas(os) e colonizadoras(es), segundo as lógicas das colonialidades do saber e do poder (GROSFOGUEL, 2009; QUIJANO, 2009, LUGONES, 2014; RIVERA CUSICANQUI, 2015; 2018). Adotaremos, portanto, um duplo

movimento de viragem analítica: de jornalistas como comunidade ou tribo que determina com base predominante em seu ethos o que é notícia, para as forças sociais que atuam na moldagem dos modos como essas e esses profissionais formulam seus pontos de vista; e das e dos jornalistas para os jornalismo, atividade certamente mais complexa, fraturada e contraditória envolvida com outras forças sociais na definição do que é notícia.

Nessa direção, conforme já mencionamos, o presente capítulo promove reflexões sobre as coberturas dos feminicídios em jornais amazônicos, especificamente da capital de todos os estados da região norte. Para desenvolver a proposta, faremos uma revisão conceitual sobre feminicídios, relações de gênero e colonialidades, e também sobre as premissas das e dos jornalistas como comunidade interpretativa e da tribo jornalística enquanto comunidade interpretativa transnacional. Na sequência, apresentaremos breves notas metodológicas e procedemos para a análise das (quase) ausências de coberturas noticiosas dos feminicídios em jornais amazônicos. Por último, evidenciaremos algumas considerações sobre as narrativas jornalísticas sobre feminicídios ocorridos na Amazônia Legal e como reforçam jornalismo colonizados e colonizadores pelas lógicas machistas e misóginas, que reforçam a desigualdade entre os gêneros.

Feminicídios, relações de gênero e colonialidades

Os feminicídios são o que diversas pesquisadoras feministas têm denominado como o corolário de uma série de violências físicas e simbólicas contra mulheres, precisamente por sua condição de gênero. Em sua polissemia, o conceito de feminicídios abarca teorizações sociológicas, políticas, antropológicas e do direito, dentre outras áreas de conhecimento e de ação política e prática, resultando, em diversos países, em legislações específicas de enquadramento dos crimes de feminicídio. Assim, a eliminação física de mulheres, quase sempre com requintes de crueldade, inclusive psicológica, faz parte de um rol de assassinatos motivados por desejo de posse, vingança, massacre para eliminar mão de obra feminina concorrente com homens, dentre outras razões fundadas em princípios machistas e misóginos.

Norma Mogrovejo (2019), em visada crítica sobre colonialismos, acrescenta às motivações para as diversas modalidades de violências físicas e simbólicas contra mulheres o imperativo da monogamia, sustentada pelas perspectivas do amor romântico, que desencadeia ciúmes, impossibilidade de não casamento para as mulheres – sob pena de censura social –, atendendo a determinismos que acabam por aprisionar as mulheres a lógicas que as impedem de pensar relacionamentos não monogâmicos e livres de amarras de exclusividade afetiva. Há, portanto, uma multiplicidade de variáveis a contribuir para a compreensão e superação das violências de gênero contra mulheres.

Epidêmicos em quase todas as sociedades contemporâneas, os feminicídios configuram, na expressão de diversas pesquisadoras, como Rita Laura Segato (2016), uma real “guerra contra as mulheres”. Guerra que costuma se estender, vale lembrar, ainda segundo a mesma autora, a quaisquer pessoas, independentemente de gênero, socialmente percebidas ou associadas ao feminino.

Nos marcos das relações de gênero é impossível não haver violências, ainda que às vezes camufladas em formas mais sutis de degradações e ataques psicológicos. Se o primado das violências de gênero está assentado na pressuposição da superioridade masculina, estamos diante de complexos mecanismos, dos quais não escapam sequer alguns homens, conforme propõe Rita Laura Segato:

Naturalmente, as relações de gênero e o patriarcado desempenham um papel importante como uma cena prototípica dessa época. A masculinidade está mais disponível para a crueldade porque a socialização e o treinamento para a vida do sujeito que deve carregar o fardo da masculinidade o força a desenvolver uma afinidade significativa - em uma escala de tempo de grande profundidade histórica entre masculinidade e guerra, entre masculinidade e crueldade, entre masculinidade e distanciamento, entre masculinidade e baixa empatia. As mulheres são empurradas para o papel de objeto, disponível e descartável, uma vez que a organização corporativa da masculinidade leva os homens à obediência incondicional a seus pares - e também opressores - e encontra nelas as vítimas próximas para dar lugar à cadeia exemplar de comandos e expropriações. (SEGATO, 2018, p. 13, tradução nossa).

Pensadas também a partir das perspectivas das interseccionalidades, as relações de gênero configuram-se em função do pressuposto da espécie humana universalmente representada pelo homem cisgênero, heterossexual e branco, fundante de diversas outras estratégias de opressão. Consequentemente, ser homem negro, cisgênero e heterossexual não o iguala ao branco de mesmas características. Como demonstra María Lugones (2014), mulheres negras, ainda que cisgênero e heterossexuais, ocupam, em sociedades racistas, misóginas e LGBTIQAPN+fóbicas, a penúltima escala de humanidade, atrás de homens brancos e de mulheres brancas e de homens negros, estes, não raro feminicidas de mulheres negras. Em último lugar na escala estão mulheres lésbicas cis negras, assim como mulheres trans negras e periféricas e travestis negras. Como se vê, as visadas interseccionais não devem ser desprezadas se queremos melhor matizar as violências de gênero e os feminicídios que elas trazem como consequência.

Às perspectivas das interseccionalidades, que colocam em evidência múltiplos jogos de poder, estudos feministas e decoloniais acrescentam ao universo das relações de gênero as interconexões com as colonialidades do poder e do saber, o que permite contribuições teóricas e metodológicas, assim como a historicização das origens e desenvolvimentos do machismo e das lógicas patriarcais. Segundo María Lugones:

Uso o termo colonialidade seguindo a análise de Aníbal Quijano do sistema de poder capitalista do mundo em termos da “colonialidade do poder” e da modernidade - dois eixos inseparáveis desse sistema de poder. A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas. Ao pensar a colonização do gênero, eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas também crítico sua própria compreensão do gênero visto só em termos do acesso sexual às mulheres. Ao usar o termo colonialidade, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. (LUGONES, 2014, p. 939).

As lógicas das colonialidades, nessa perspectiva, são parte constituinte/instituinte das inteligibilidades binárias de sexo e de gênero e das imposições cishetenormativas referenciadas no protótipo do homem branco. Em diálogo com as proposições de Rita Laura Segato, das masculinidades e suas relações atávicas com todas as formas de crueldades e violências, temos os componentes históricos do mando patriarcal, cujo reforço não despreza a misoginia, certamente anterior às práticas coloniais modernas, inauguradas com a invasão das Américas, e por isso mesmo decisivas aos regimes machistas de poder. Temos, assim, o explosivo caldo de cultura propício aos feminicídios e demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres. Mas também, e não se deve esquecer esse dado, as condições e condicionantes políticas de combate a essa realidade, de que são testemunhos vigorosos os muitos ativismos feministas.

Para além das interconexões com as relações de gênero, é importante destacar outras dimensões das colonialidades, inclusive porque elas serão fundamentais também para a nossa crítica aos modos de compreensão de jornalistas como comunidade interpretativa ou como tribo interpretativa transnacional. Na síntese de Pablo Quintero, Patrícia Figueira e Paz Concha Elizalde (2019, p. 7)

A colonialidade do saber estaria representada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial. Essa categoria conceitual refere-se especificamente às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder. Nesse sentido, o eurocentrismo funciona como um lócus epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência local europeia como modelo normativo a seguir e, por outro, designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos.

Em suas formas originais de imposição de relações de saber e de poder a colonialidade está indissociavelmente referida ao eurocentrismo, mas é ingênuo reduzir a geopolítica das colonialidades aos espaços europeus e suas zonas de influência no contexto contemporâneo. A ascensão dos Estados Unidos após as duas grandes guerras não somente exacerbou

as heranças eurocêntricas, como acrescentou a elas formas mais cruéis e sofisticadas de colonialidades. No que se refere aos jornalismos, em suas práticas e tentativas de articulações teóricas e metodológicas, como veremos na sequência, a influência dos Estados Unidos têm sido notável.

Comunidades e tribos isoladas?

As premissas das e dos jornalistas como comunidade interpretativa e da tribo jornalística enquanto comunidade interpretativa transnacional estão fortemente enraizadas em tradições analíticas anglo-saxônicas, notadamente nos denominados estudos de *newsmaking*, de matriz socioantropológica e desenvolvidos nos Estados Unidos. Em que pesem matizes entre as duas premissas, ambas partem do pressuposto de que jornalistas, com a crescente profissionalização e conseqüente construção de um ethos próprio, tendem a adotar posições culturais, ideológicas e outras, relativamente às suas ações, mas também aos modos de interpretação dos mundos à sua volta, de maneira bastante autônoma, nem sempre levando em consideração outras forças e atrizes e atores sociais externas e externos aos seus universos. Isso vale, sobretudo, às estratégias de construção das notícias, do recrutamento de fontes e das mútuas influências sobre as percepções acerca de um determinado acontecimento.

Ao propor a noção de jornalistas como comunidade interpretativa, Barbie Zelizer busca superar o que ela compreende como percepções estereotipadas que marcariam os modos de enxergar tais profissionais, sobretudo quando derivadas de estudos sobre as mídias e sobre o jornalismo. É assim que, para ela:

Um modo alternativo de conceber a comunidade jornalística pode ser encontrado indo além dos estudos dos media e jornalismo e recorrendo à antropologia, à etnologia e aos estudos literários, através da ideia de “comunidade interpretativa”. Hymes (1980, p. 2) define a comunidade interpretativa como um grupo unido pelas suas interpretações compartilhadas da realidade. Para Fish (1980, p. 171), do campo dos estudos literários, as comunidades interpretativas produzem textos e “determinam a forma daquilo que é lido”. As comunidades interpretativas exibem certos padrões de autoridade, de comunicação e de memória que interagem mutuamente. (DEGH, 1972). Estabe-

lecem convenções que são predominantemente tácitas e negociáveis no que respeita à forma como os membros de uma comunidade podem “reconhecer, criar, experienciar e falar sobre textos” (COYLE e LINDLOF, 1988, p. 2). Nalguns casos, agem como “comunidades de memória”, como grupos que ao longo do tempo usam interpretações comuns (BELLAH et al., 1985). (ZELIZER, 2000, p. 38).

Barbie Zelizer ancora as suas argumentações em revisões teóricas, assentadas sobretudo nas premissas conceituais destacadas na citação acima, na recuperação de procedimentos de jornalistas dos Estados Unidos na cobertura do Macarthismo e do Watergate – dois acontecimentos que ela julga historicamente essenciais para a configuração de comportamentos de jornalistas frente aos eventos cobertos – e recorrendo a falas de jornalistas sobre as duas coberturas. Embora reconhecendo a influência de fontes ouvidas na produção das notícias – particularmente as perseguições aos comunistas e seus supostos simpatizantes por parte do senador republicano Joseph McCarthy, Zelizer privilegia as ações de jornalistas como se elas e eles habitassem um mundo isolado, com pouca porosidade às pressões externas. Resta, portanto, a sugestão de uma comunidade bastante autônoma relativamente ao restante do mundo, aí incluídas as próprias organizações empresariais onde desempenham as suas atividades.

Se Zelizer não se atém a qualquer tipo de análise textual das notícias, Nelson Traquina, por seu turno, constrói a sua argumentação da comunidade jornalística como tribo interpretativa transnacional ao se debruçar sobre um conjunto de notícias relativas à Aids publicadas em jornais de quatro países (Brasil, Espanha, Estados Unidos e Portugal). Também ancorado em revisões teóricas, o autor não realizou etnografia de jornalistas profissionais envolvidas e envolvidos na construção das notícias que compõem seu corpus, privilegiando, portanto, o produto da ação de jornalistas como método para chegar às perspectivas da tribo interpretativa transnacional.

O ponto de partida do autor, ainda antes da análise textual, é de que “Antropologicamente falando, a comunidade jornalística é uma tribo, e as características e ideologia dessa tribo são um fator crucial na elaboração do produto jornalístico.” (TRAQUINA, 2005, p. 106). Desse modo,

mesmo que Traquina não recorra à etnografia, suas premissas metodológicas e conceituais já se encontram colonizadas pelo viés socioantropológico de autoras e autores presentes em sua revisão conceitual, notadamente pela proposição de avançar um passo a partir do ponto de chegada de Barbie Zelizer, que não havia sugerido ampliar para além dos contextos dos Estados Unidos sua noção de jornalistas como comunidade interpretativa. É assim que Traquina termina o livro indicando a hipótese de que investigações mais amplas poderiam mesmo apontar para uma tribo interpretativa global, e não somente transnacional, como aquela por ele identificada ao longo das análises de notícias sobre a Aids publicadas nos jornais dos quatro países, com significativas semelhanças nos modos de percepção sobre a síndrome.

O fato de Traquina (2005) ter se preocupado, na análise textual, com a identificação de fontes ouvidas para a produção das notícias sobre a Aids em nada contribuiu para que ele refletisse acerca da não autonomia de jornalistas na determinação dos modos de interpretação dos acontecimentos noticiados sobre a síndrome. Desse modo, a constatação de que cientistas foram determinantes como fontes ouvidas para as configurações dos modos jornalísticos de divulgar a Aids não leva o autor a questionar a perspectiva da tribo interpretativa. Tanto Zelizer quanto Traquina, praticamente negligenciam as conflitivas relações de poder e disputas de sentido estabelecidas entre jornalistas, jornalismo, fontes e demais atrizes e atores sociais com os quais inevitavelmente têm que estabelecer negociações. Assim, acabam por ignorar Gaye Tuchman (1978), que em seus estudos de newsmaking sugere influências dos contextos externos às lógicas jornalísticas, como quando identifica notícias menos estereotipadas e preconceituosas sobre o feminismo precisamente quando um maior número de mulheres passa a atuar como jornalistas, trazendo as suas vivências extrajornalísticas para as abordagens noticiosas.

Dessas breves considerações sobre os problemas teóricos e metodológicos que limitam o alcance heurístico das noções de jornalistas como comunidade interpretativa, ou como tribo interpretativa transnacional, além das já indicadas fragilidades em não perceber as pressões externas que tornam complicado o isolamento social dessa categoria profissional

ao moldarem as suas interpretações de mundo em suas múltiplas realidades, propomos pensar especificamente como as colonialidades do saber e do poder exercem aí papel decisivo. Márcia Veiga e Fabiana Moraes, em artigo dedicado ao racismo epistêmico, à decolonialidade e à subjetividade no jornalismo, consideram, dentre outros fatores importantes para a compreensão dos modos como o jornalismo é atravessado pelas colonialidades do saber e do poder, a adoção de estratégias de suposta neutralidade, universalidade e objetividade. Desse modo, para as autoras:

Esse cenário nos remete à compreensão do quanto a epistemologia na qual o jornalismo se fundamenta está assentada na “matriz do poder colonial” (QUIJANO, 2000), que constitui os modos pelos quais seus saberes, métodos e práticas seguem construindo noções de realidade e delimitando as condições de pensamento tanto do campo quanto de suas inter-relações com a sociedade. (VEIGA;MORAES, 2020, p. 3).

Agora temos os elementos que nos permitem propor um duplo deslocamento: de jornalistas como comunidade ou tribo que determina com base predominante em seu ethos o que é notícia, para as forças sociais que atuam na moldagem dos modos de interpretação de tais profissionais; e das e dos jornalistas para os jornalismos, atividade certamente mais complexa, fraturada e contraditória envolvida com outras forças sociais na definição do que é notícia. Tal como as diversas abordagens sobre as colonialidades aqui acionadas alertam, epistemologicamente é necessário superar quaisquer tentações teóricas e metodológicas que pudessem significar objetividade, neutralidade ou universalidade na produção de conhecimentos. E também na hipótese de que sejam guias para a produção jornalística.

Os processos de decolonialidade do saber e do poder ainda passam necessariamente pela ruptura das geoepistemologias eurocêntricas – e também centradas nos Estados Unidos, como vimos aqui no caso dos estudos jornalísticos – e pelo fim de hierarquizações sociais derivadas das relações de gênero, do racismo, da xenofobia e de outras estratégias de exclusão socioeconômica, comportamental e cultural. Do ponto de vista teórico e metodológico, é imperativo o reconhecimento de que,

embora fenômeno de projeção global, as colonialidades requerem investigações específicas segundo realidades também específicas.

No contexto das colonialidades do saber e do poder que atuam especificamente moldando estratégias de coberturas jornalísticas de feminicídios e demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres, há dimensões de violências cometidas pelos jornalismo e outras produções midiáticas, trazendo à cena graves problemas éticos. Segundo Rita Laura Segato:

Ao falar da pedagogia da crueldade, não podemos deixar de mencionar os meios de comunicação de massa, com sua lição de ataque violento (rapiña), escárnio e atentado à dignidade exercida sobre o corpo das mulheres. Existe um vínculo estreito, uma identidade comum, entre o sujeito que bate e mata uma mulher e as lentes da televisão. Também faz parte desse dano a vitimização de mulheres nas mãos de feminicidas como espetáculo televisivo de final da tarde ou aos domingos após a missa. A mídia nos deve uma explicação sobre o porquê de não ser possível retirar a mulher daquele local de vítima sacrificial, exposta a ataque violento (rapiña) em sua casa, na rua e na sala de televisão de cada casa, onde cada um desses feminicídios é reproduzido ad nauseam em seus detalhes mórbidos por uma agenda jornalística que já se tornou indefensável e insustentável. (SEGATO, 2018, p. 14-15, tradução nossa).

São, portanto, as lógicas misóginas, patriarcais, machistas e cisheteronormativas (centradas no homem branco como suposto universal da espécie, acrescente-se) o pano de fundo a partir do qual colonialidades do saber e do poder atuam sobre as supostas comunidades interpretativas, ou tribos interpretativas transnacionais autônomas (isoladas?) de jornalistas. Quanto aos jornalismo, tais perspectivas também não são indiferentes, inclusive porque ao pensarmos o jornalismo no plural, queremos indicar tipos de organizações complexas em permanente tensão em suas relações internas (envolvendo jornalistas, sistemas proprietários, staff administrativo, linha editorial etc.) e externas, com o conjunto social heterogêneo. Uma vez que colonialidades do saber e do poder estabelecem tentativas de imposição de normas, utilizando de todas as forças disponíveis para tal empreitada, elas ensejam resistências, combates e fraturas, tanto nos planos políticos, culturais, econô-

micos, ideológicos, comportamentais etc., quanto nos planos epistemológicos. Não há, conseqüentemente, hipótese de comunidades ou tribos não atravessadas por essas forças e contraforças.

Breve nota metodológica

As narrativas jornalísticas, tendo os feminicídios como acontecimentos cobertos, foram coletadas em jornais impressos com versão on-line das capitais dos estados da Amazônia Legal, especialmente dos estados da região norte, no período de 9 de março a 10 de junho de 2019. Foi adotado como critério a escolha de jornais considerados como de referência em cada estado, entendendo a referência como as publicações que se destacam em suas cidades e/ou estados pela maior abrangência em circulação, ora mesclando os formatos impresso e digital, ora somente digital. Assim, no Acre foi pesquisado o jornal *O Rio Branco*; no Amazonas, o jornal *A Crítica*; no Amapá, o *Diário do Amapá*; no Pará, o jornal *O Liberal*; em Rondônia, o *Diário da Amazônia*; em Roraima, a *Folha de Boa Vista*; e no Tocantins, o *Jornal do Tocantins*, este o único que circula exclusivamente na internet, depois de uma fase em que também possuía versão impressa.

A coleta foi integralmente realizada a partir das versões on-line, por meio da utilização das palavras-chave “feminicídio”, “assassinato” e “morta”, selecionando notícias em que essa inserção tivesse relação direta com os crimes, seus desdobramentos, investigação, julgamento e condenação. É importante destacar que no dia 9 de março de 2015, a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/15) entrou em vigor e, assim, o recorte partiu dos quatro anos transcorridos de seu estabelecimento no país.

O corpus da pesquisa foi constituído por 65 notícias, assim distribuídas: *O Rio Branco* (4), *O Liberal* (20), *Diário da Amazônia* (14), *A Crítica* (12), *Folha de Boa Vista* (7), *Jornal do Tocantins* (5) e *Diário do Amapá* (3). O limitado volume de notícias coletadas no período de 3 meses contrasta com uma distinta realidade marcada pelo alto índice de feminicídios na região amazônica. Os estados do Acre e Amapá, por exemplo, apresentam os índices mais elevados de assassinatos de

mulheres no país, de acordo com o Monitor da Violência (2019)¹. O Acre é o estado que tem maior índice de homicídios contra mulheres: 7 a cada 100 mil mulheres; e também é o estado com maior taxa de feminicídios: 2,5 a cada 100 mil.

Os dados não permitem aferir que, no período analisado, não ocorreram muitos feminicídios, até porque a notificação desse tipo de crime ainda é falha no país. Contudo, levando em consideração que a maior parte das notícias se referem aos crimes ocorridos nas capitais, pode-se considerar que a ocorrência deles, nesse período, no interior dos estados, não teve nenhuma visibilidade nas notícias coletadas.

A leitura do conjunto de narrativas sobre feminicídios coletadas dos jornais da Amazônia Legal adotou como eixos: 1) verificar se o termo feminicídio é referido, e em que nível de inteligibilidade; 2) identificar quem fala e como fala sobre os feminicídios; 3) identificar possíveis personagens silenciadas nas narrativas; e 4) perceber qual o grau de estima se verifica relativamente às mulheres vítimas de feminicídio. Acrescentamos que como pano de fundo das análises, ainda que não explicitamente referidas, estarão as dimensões das colonialidades do poder e do saber e as variáveis implicadas nas relações de gênero, conforme as discussões aqui realizadas.

A significativa (quase) ausência

As interconexões entre narrativas e temporalidades trabalhadas por Paul Ricoeur (1994; 1997), quando acionadas para a compreensão das narrativas jornalísticas, dentre outras contribuições, permitem perceber intrincados jogos temporais de passado, presente e futuro, dimensões de memória individual e coletiva, personagens em cena e acontecimentos que compõem as intrigas (CARVALHO, 2012). Desse modo, ao propor a tríplice mimese, em que mimese 1 refere-se ao mundo pré-narrativo, com suas características socioculturais, morais, éticas, políticas, ideo-

1. Monitor da Violência: assassinatos caem em 2019, mas letalidade policial aumenta; nº de presos provisórios volta a crescer. Disponível em: [<https://g1.globo.com/retrospectiva/2019/noticia/2019/12/16/monitor-da-violencia-assassinatos-caem-em-2019-mas-letalidade-policial-aumenta-no-de-presos-provisorios-volta-a-crescer.ghtml>]. Acesso em: 10 jan 2023.

lógicas etc.; mimese 2 é o ato de narrar, agenciando acontecimentos, temporalidades e personagens, no que Ricoeur denomina “síntese do heterogêneo”; e mimese 3 se realiza pela leitura, que sempre poderá acrescer novos significados às configurações de mimese 2, Paul Ricoeur (1994) nos oferece um conjunto de variáveis profícuas para análises de narrativas jornalísticas.

Além das dimensões anteriores, Ricoeur (1991) propõe, por meio da perspectiva da identidade narrativa, que toda pessoa é capaz de narrar, se responsabilizando ou sendo responsabilizada por outras pessoas por suas ações e seus atos, trazendo à baila o necessário cuidado ético ao narrar-se, ao tecer narrativas sobre outrem, assim como na estima pelas narrativas alheias e por quem as narra. Esse amplo cuidado ético, quando pensado em termos da produção jornalística, implica, no que diz respeito a personagens e fontes ouvidas, não manifestar preconceitos de quaisquer natureza, respeito integral à diversidade humana, não adoção de discursos de ódio, respeito à memória e uma série de outros requisitos. Como vimos a partir de Rita Laura Segato, requisitos que são reiteradamente desprezados pelos jornalismo e por outras mídias quando abordam feminicídios e demais formas de violências físicas e simbólicas contra mulheres.

Para ilustrar o descompasso do uso do termo feminicídio no texto jornalístico, observou-se que nas vezes em que a palavra feminicídio apareceu nos jornais analisados, seu uso foi limitado: utilizado como título e/ou subtítulo das notícias sem nenhuma referência no corpo do texto da narrativa, ou no corpo do texto em trechos que faziam referência à sentença judicial.

No dia 10 de março de 2019, o jornal *A Crítica* utilizou a palavra como título para tratar da notícia de um condenado a 18 anos de prisão e no subtítulo constava que “Arnaldo de Souza Viana matou a esposa por ciúmes dentro da própria casa na rua Padre Josimo, Zumbi dos Palmares, Zona Leste.” (A CRÍTICA, 10 mar. 2019, p. A7).

Como exemplo do uso da palavra feminicídio para se reportar à sentença de crime, podemos destacar notícia do jornal *A Crítica* do dia 5 de abril de 2019 sobre mulher assassinada pelo marido com várias facadas. “Ele foi apresentado ontem na Delegacia Especializada em

Homicídios e Sequestros (DEHS) e vai responder por feminicídio.” (A CRÍTICA, 5 abr. 2019, p. C6). Também no jornal *O Liberal* esse tipo de uso foi identificado. “A Polícia Civil autuou em flagrante, ontem, por feminicídio, Raimundo Assis da Costa. Ele foi preso ontem, no município de Santa Luzia do Pará, no nordeste paraense.” (O LIBERAL, 13 mar. 2019, p. 8).

No *Diário da Amazônia*, em notícia sobre filho que matou a mãe, a palavra está presente na notícia, mais uma vez, como relato de sentença. “As qualificadoras do crime apontadas na denúncia de motivo fútil, mediante surpresa e por razões do sexo (feminicídio) tem apoio nos informes indiciários e na própria versão do acusado.” (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 15 mar. 2019, p. C2).

O descompasso do uso do termo feminicídio ocorreu ao identificar que o seu uso não eliminou dos textos noticiosos expressões que reforçam a desigualdade de poder entre os gêneros, como “matou por ciúmes”, “matou porque não superou a separação”, “matou porque estava embriagado” etc. Além disso, não há contribuição para formação da opinião pública sobre o problema, ao colocar feminicídio no título, mas utilizar a palavra homicídio em todo o corpo do texto.

A seguir apresentamos três trechos de notícias em que, para tratar dos feminicídios e/ou tentativa de feminicídio, observa-se a presença de jargões policiais, o que corrobora para o entendimento de que as notícias de tais crimes são abastecidas pelas informações contidas nos boletins de ocorrência, sem preocupação em traduzir a informação do vocabulário policial para um vocabulário mais compreensível para a população. Embora o jargão técnico policial não prevaleça em todas as narrativas da coleta, tampouco identificamos falas especializadas com relações de gênero que poderiam ser traduzidas de forma inteligível.

Duas viaturas da 10 Companhia de Polícia Militar, do município de Capitão Poço, nordeste do Pará, estão em diligência atrás de um homem de nome Pedro, conhecido como Teteu. (O LIBERAL, 18 mar. 2019, p. 8). Em Castanhal, no nordeste paraense, policiais civis cumpriram, na tarde de ontem, durante a operação As Rosas Calam, mandado de prisão preventiva contra Carlos Patrick Araújo de Sousa, acusado de tentativa de feminicídio. A vítima do crime foi a ex-companheira do

acusado que foi agredida após ter dado à luz um bebê. (O LIBERAL, 1 abr. 2019, p. 8).

Ainda durante a confecção do boletim foi emitido um mandado de prisão pelo Judiciário que foi conduzido para a Delegacia da Mulher e posteriormente conduzido até o Presídio Central onde ficará à disposição da Justiça. (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 5 abr. 2019, p. C3).

Chama atenção, particularmente, a nomeação da operação policial como “As Rosas Calam”, nome nada sutil na sugestão das mulheres como submissas, delicadas e frágeis – ainda que belas, portanto, vítimas incapazes de poder de agência e do narrarem-se a si e por si próprias, lutando contra as opressões típicas das relações de gênero. Para além das eventuais dificuldades de compreensão de jargões técnicos policiais, é de se ressaltar que são suprimidas como potenciais fontes para falarem sobre os feminicídios especialistas sobre o tema, como das áreas jurídicas ou sociológicas.

No corpus geral das notícias houve predomínio do apagamento da memória das mulheres, compreendido como ausência de falas da família e ausência da história das mulheres quando vivas. A seguir, foram selecionados dois trechos de narrativas em que a memória das mulheres assassinadas é apagada, como se nunca tivessem existido. Citar o nome da mulher assassinada no corpo da notícia é insuficiente para a humanização de histórias roubadas brutalmente.

Um casal foi assassinado a golpes de terçado na madrugada desta quinta-feira, no bairro do Campinho, em Capanema, nordeste paraense. Com base no relato de vizinhos, o principal suspeito é o ex-marido da mulher, identificada apenas como Silvana, que teria matado por vingança, além dela, o atual companheiro. (O LIBERAL, 31 maio 2019, p. 11).

No dia 9 de novembro o corpo de uma mulher, de 36 anos, foi encontrado em um córrego no balneário Rio das Graças em Porto Velho. Ela estava nua, com sinais de violência sexual, e de acordo com a Polícia Militar (PM) foram encontrados pedaços das roupas e manchas de sangue em um barranco. (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, 1 maio 2019, p. C3).

O apagamento das personagens, com suas histórias de vida, foi recorrente no conjunto das notícias que analisamos, indicando o despreço pelas narrativas alheias que constitui uma das preocupações de Paul Ricoeur ao tratar das condições éticas que devem reger nossas ações no mundo. Como consequência, o respeito à memória das mulheres não foi algo estruturante das narrativas. No entanto, o despreço pelas vítimas de feminicídios também se fez notar pela recorrência a falas depreciativas e de culpabilização das mulheres assassinadas, conforme destacamos nos dois trechos a seguir.

Outro assassinato registrado foi o de Keitoelen Pereira da Silva, 32, morta com um tiro no abdômen também no sábado, na rua 40C, no bairro Mutirão, na Zona Norte. De acordo com moradores da área, a jovem tinha envolvimento com o tráfico de drogas e a morte dela pode ter sido motivada por dívidas ou desentendimentos com traficantes do local. (A CRÍTICA, 1 abr. 2019, p. C6).

O defensor público Alessandro Oliveira, designado, sustentou tese desclassificatória do homicídio qualificado para homicídio simples, na modalidade culposa, sob alegação de que o réu não tinha intenção de matar a mulher. Em interrogatório o militar reformado alegou que a mulher era uma pessoa maravilhosa, mãe de três filhos adolescentes, mas quando ingeria bebida alcoólica, se tornava uma pessoa agressiva. Laudo de levantamento atestou que a vítima foi atingida no meio da testa a curta distância. Conforme acusação, o crime ocorreu no interior do imóvel onde o casal vivia, no bairro Bengui. A vítima havia ingerido bebida alcoólica e teria discutido por causa de suspeita de relação extraconjugal do marido. (O LIBERAL, 28 mar. 2019, p. 8).

Em pesquisas realizadas a partir de recorte geográfico e de modalidades de mídias jornalísticas mais amplos (LEAL et al., 2020), também foram identificadas estratégias de deprecição e culpabilização de mulheres vítimas de feminicídios e de violências físicas e simbólicas, sugerindo modos recorrentes de colonização narrativa pelas perspectivas hierarquizantes e excludentes das relações de gênero. Trata-se, portanto, de um problema espreado pela sociedade, que não exclui os jornalismos nela postos em prática e circulação.

O feminicídio, a partir da análise das narrativas dos jornais amazônicos, pode ser considerado um crime naturalizado ao ponto de sua ausência se tornar “justificada” nos referidos jornais. Nesse cenário complexo, também observamos amplamente as narrativas sabotadas, assim nomeadas quando as fontes ouvidas são policiais e quando não há uma preocupação em buscar como fonte familiares das mulheres assassinadas. Mesmo em se tratando de narrativas absolutamente factuais, todas as notícias destacam a localidade da ocorrência de tais crimes e esses elementos poderiam ser utilizados para dar um caráter mais plural às fontes.

A colonização simbólica das mulheres vai se solidificando no tratamento dado a elas nas narrativas, como cidadãs de segunda categoria, vivas ou mortas, em decorrência da violência de gênero. Para Lugones (2014), o sistema de gênero tem um lado visível e um lado oculto. O lado visível constrói, hegemonicamente, o gênero e as relações de gênero, e o lado oculto do sistema de gênero foi e é completamente violento. A união dos dois lados, para a autora, é o que constitui o sistema de gênero colonial moderno. Ao nos debruçarmos sobre as narrativas do feminicídio na Amazônia, não há dificuldade em identificar, nas versões da realidade social apresentadas pelo jornalismo, a sedimentação desse sistema de gênero colonial moderno.

Considerações finais

A partir da análise das (quase) ausências de coberturas noticiosas dos feminicídios em jornais amazônicos que especificassem tais crimes pelas lentes das relações de gênero, nos colocamos diante de jornalisismos colonizados e colonizadores pelas lógicas machistas e misóginas, que reforçam a desigualdade entre os gêneros e a narrativa das mulheres como cidadãs de segunda categoria.

Nossas análises nos conduzem à constatação de que, contrariamente às perspectivas de jornalistas enquanto comunidade interpretativa e da tribo jornalística caracterizada como comunidade interpretativa transnacional, a verificação de abordagens muito semelhantes nas narrativas jornalísticas sobre feminicídios ocorridos na Amazônia Legal, em que este conceito é praticamente ignorado em suas características concei-

tuais, apontam para a colonização interpretativa de jornalistas, especialmente pelo jargão policial. Nossa percepção, a partir dos pressupostos das colonialidades do poder e do saber, indica não uma possível interpretação interna a uma tribo ou a uma comunidade, mas a adoção pelos jornalismos e por jornalistas de lógicas interpretativas colonizadas e colonizadoras, assentadas nas lógicas das relações de gênero que apresentamos neste artigo.

Sem que isso configure exatamente algo inesperado, o termo feminicídio, com a carga semântica que lhe torna inteligível, está pouco presente nas narrativas. A adoção do vocabulário “feminicídio” vai além de uma questão gramatical ou legal, pois trata-se de uma questão política e que precisa ser tratada dessa forma. Quando jornais utilizam a palavra restritamente ao âmbito gramatical e/ou jurídico, pouco contribuem para a formação de uma opinião pública mais sensível à igualdade entre os gêneros e mais consciente de que a violência de gênero é um obstáculo para as democracias ainda em consolidação, como é o caso do Brasil. A trama das tessituras noticiosas nos jornais amazônicos que silenciam e ocultam relações de poder entre os gêneros que resultaram nas mortes das mulheres, releva e reforça que o jornalismo está atravessado pelas colonialidades do saber e do poder típicas das relações de gênero, quando ignora o potencial político da adoção da semântica do feminicídio.

Assim, não é possível considerar que a comunidade jornalística escolhe “conscientemente” a forma do uso da palavra feminicídio quando a adota (no conjunto das 65 notícias, 19 vezes foi empregada). Seu uso é delineado a partir da sociedade em que o jornalismo constrói as suas bases (MIRANDA, 2020), o que anula, dessa forma, a possibilidade de um protagonismo do jornalismo na adoção de uma linguagem na perspectiva de gênero que seria capaz de assumir a semântica política do feminicídio para além da questão gramatical e/ou jurídica, o que torna logicamente o problema da significativa (quase) ausência do feminicídio nas narrativas mais complexo para a sua compreensão.

O questionamento sobre as bases da sociedade amazônica marcada simultaneamente pela diversidade e pela desigualdade pode lançar entendimento para a compreensão do porque as notícias são como são

ao reportar o feminicídio a partir de duas reflexões que não se limitam. A primeira reflexão emerge a partir dos dados nacionais que apontam o elevado índice de violência contra mulheres e feminicídio na região, resultado da inabilidade, quando não desinteresse, dos governos locais e estaduais em adotar ações e políticas eficazes para combater tais crimes. Políticas públicas para as mulheres não estão na ordem do dia, exigem disputa de poder e precisam ser justificadas, o que corrobora para o entendimento de que as vidas das mulheres não têm valor.

A segunda reflexão é que, sendo a sociedade marcada pelo machismo, pela misoginia e pelo patriarcalismo, as notícias poderiam ser vistas como artefatos nos quais a desigualdade de gênero paira confortavelmente e é reforçada diariamente pelas colonialidades do poder e do saber que encontram espaço propício nas narrativas jornalísticas, especialmente no que diz respeito às relações de gênero. Além disso, e não menos importante, é que a Lei do Feminicídio em que os crimes dos assassinatos das mulheres em razão do seu gênero passaram a ter uma punição mais elevada (12 a 30 anos de prisão) foi aprovada tardiamente, em 2015.

Agradecimentos

As pesquisas que permitiram a produção deste capítulo são financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Jornalismo, homofobia e relações de gênero*. Curitiba: Editora Appris, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 383-417.

JÁCOME, Phellipy. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

LEAL, Bruno Souza et al. *Um Problema Cotidiano: Jornalismo e violência contra mulher no Brasil*. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze et al. (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 27-54.

MIRANDA, Cynthia Mara. Caminhos para a igualdade de gênero nos meios de comunicação. In: Danusa Marques, Daniela Rezende, Maíra Kubík Mano, Rayza Sarmento, Viviane Gonçalves Freitas. (Org.). *Feminismos em rede*. Rio Grande do Sul: Zouk Editora, 2019, v. 1, p. 40-53.

MIRANDA, Cynthia Mara. Narrativas do Femicídio na Amazônia. *Relatório de Estágio de Pós-Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2020.

MOGROVEJO, Norma. Descolonizar y desterritorializar el amor romántico. Una propuesta civilizatoria. *Norma Mogrovejo*, Cidade do México, 20 nov. 2019. Disponível em: <http://normamogrovejo.blogspot>.

com/2019/11/descolonizar-y-desterritorializar-el.html. Acesso em: 25 jan. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha . *Uma breve história dos estudos decoloniais*. São Paulo: Masp Afterall, 2019.

RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Campinas: Papirus, 1994.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Editor Tinta Limón, 2015.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Un mundo ch'xi es posible*. Ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo, 2018.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Ed. Traficantes de Sueños, 2016.

TRAQUINA, Nelson. *Teorias do jornalismo volume II: a tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional*. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

TUCHMAN, Gaye. *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

VEIGA, Márcia; MORAES, Fabiana. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. *In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 29., 2020, Brasília. Anais [...] Brasília: Universidade de Brasília, 2020.

ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa, s.v., n. 27, p. 33-61, 2000.

Jornais

A CRÍTICA, Manaus: 10 mar., p.A7, 2019.

A CRÍTICA, Manaus: 1 abril, p.C6, 2019.

A CRÍTICA, Manaus: 5 abril, p.C6, 2019.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA, Porto Velho: 15 mar., p.C2, 2019.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA, Porto Velho: 5 abril, p.C3, 2019.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA, Porto Velho: 1 maio, p.C3, 2019.

O LIBERAL, 13 mar. 2019, p. 8, 2019.

O LIBERAL, 18 mar. 2019, p. 8, 2019.

O LIBERAL, 1 abr. 2019, p. 8, 2019.

O LIBERAL, 28 mar. 2019, p. 8, 2019.

O LIBERAL, 31 maio 2019, p. 11, 2019.

Sobre as autoras e os autores

André Demarchi

Doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador e professor Associado da Universidade Federal do Tocantins no curso de bacharelado em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. É líder do Grupo de Pesquisa “ContraNarrativas” e Tutor do Grupo “Pet Indígena Conectando Conhecimentos”. E-mail: andredemarchi@mail.uft.edu.br

Antonio José Pedroso Neto

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, professor associado da Universidade Federal do Tocantins, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT). É integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Política (GPEP/UFT).

Carlos Alberto de Carvalho

Pós-Doutor pela Universidade do Minho. Doutor e Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor associado com atuação na graduação e na pós-graduação. Coordena o “Insurgente: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Redes Textuais e Relações de Poder/Saber”. Bolsista produtividade 2 CNPq. E-mail: carloscarvalho0209@gmail.com

Cynthia Mara Miranda

Pós-Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. Professora no curso de Jornalismo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação, Direitos e Igualdade” (CODiG/Cnpq). Bolsista produtividade 2 CNPq. E-mail: cynthiamara@uft.edu.br

Diego Duarte Borges

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Participante do Grupo de Pesquisa “Narrativas Contemporâneas da Amazônia Paraense – Narramazônia” (UFPA/UNAMA/CNPq), e bolsista pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG). E-mail: diegoduarteborges@gmail.com

Edgar Monteiro Chagas Junior

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), com área de concentração em Antropologia. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Bacharel e Licenciado Pleno em Geografia pela UFPA. Coordenador e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Líder

do Grupo de Pesquisa “Batuques: Patrimônio Cultural e Representações do Lugar” (PPGCLC/UNAMA). E-mail: edgar.chagas@unama.br.

Elton Antunes

Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA. É coordenador do Grupo de Pesquisa em “Historicidades das Formas Comunicacionais (ex-press)”. E-mail: eantunes@ufmg.br

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira

Doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Integrante dos Projetos e Grupo de Pesquisa “Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia” e “Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense” (NARRAMAZÔNIA/UFPA/UNAMA). E-mail: ivana.professora2020@gmail.com

José de Arimateia Ferreira de Oliveira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bibliotecário do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC). Membro do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena do IFAC (NEABI). E-mail: jose.oliveira@ifac.edu.br

Leandro Rodrigues Lage

Pesquisador vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e atua como docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM) da Universidade Federal do Tocantins (UFT). É Doutor em Comunicação Social pela

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista de produtividade do CNPq. Vencedor do Prêmio Adelmo Genro Filho de Melhor Tese (2017), promovido pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor). Realizou pesquisa de pós-doutorado em Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: E-mail: leandrolage@ufpa.br

Liana Vidigal Rocha

Docente do curso de Jornalismo, do mestrado em Comunicação e Sociedade e da especialização em Documentação Audiovisual da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa em “Jornalismo e Multimídia” (CNPq), membro do Grupo de Pesquisa “Geografias da Comunicação Regional” (UFS/CNPq) e do Grupo “Geografias da Comunicação” (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom). E-mail: lianavidigal@uft.edu.br

Luna Carvalho de Lucena

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Participante do Grupo de Pesquisa “Narrativas Contemporâneas da Amazônia Paraense – Narramazônia” (UFPA/UNAMA/CNPq), e bolsista pelo Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG). E-mail: luna.lucena2@gmail.com

Máira Evangelista de Sousa

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), e dos cursos de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/ UFRGS). Coordena o Grupo de Pesquisa “Ubiquidade da Comunicação – UbiCom” (UNAMA/CNPq). E-mail: maira.evangelista-desousa@gmail.com

Rosane Steinbrenner

Jornalista e possui doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e pós-doutorado na área da Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA - UFPA). É professora associada da Faculdade de Comunicação (FACOM/UFPA) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPA). Coordena o Projeto de Pesquisa "Conflitos socioambientais, comunicação e resistências na Amazônia brasileira" (PPGCOM-UFPA), e o Grupo de Pesquisa "Observatório de Comunicação e Resistências". Busca compreender os processos sociais e de midiaticização na perspectiva do pensamento crítico latino-americano, pela vertente da ecologia política e do pensamento decolonial. E-mail: steinbrenner@ufpa.br

Rosângela Araújo Darwich

Pós-Doutora pela Universidade Protestante de Ciências Aplicadas de Freiburg, Alemanha. Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (PPGTPC/UFPA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Universidade da Amazônia (UNAMA). Líder do Grupo de Pesquisa "Poesia no Dia a Dia: Grupos Vivenciais e Resiliência". E-mail: rosangela.darwich@unama.br

Thiago Almeida Barros

Doutor em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA), mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), e Graduado em Comunicação Social - Jornalismo pela UFPA. Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC), e dos Cursos de Graduação em Jornalismo e Publicidade e Propaganda da UNAMA. É integrante dos Grupos de Pesquisa "Capital Social e Cultural" (PPGCLC/UNAMA) e "Comunicação e Política na Amazônia" (PPGCOM/UFPA). E-mail: thiago.barros@unama.br.

Vânia Maria Torres Costa

Doutora em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela UFPA. Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), e da Faculdade de Comunicação da UFPA, onde coordena o projeto de pesquisa “Narrativas, (de)colonialidade e interculturalidade na Amazônia paraense”. É uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa “Narramazônia - Grupo de estudos e pesquisas sobre Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense” - parceria entre UNAMA (PPGCLC) e UFPA (PPGCOM). É uma das coordenadoras do Projeto de Pesquisa “Academia do Peixe Frito”, que discute Literatura, Jornalismo e Negritude no Pará (UFPA/UNAMA). Bolsista CAPES/BRASIL. E-mail: vaniatorres@ufpa.br.

Yasmin Gatto

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Mestre em Comunicação pela UNESP e jornalista, integrante do Grupo de Pesquisa em “Historicidades das Formas Comunicacionais (ex-press)”. E-mail: yasminrgatto@gmail.com



 CAPES

André Demarchi é doutor em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisador e professor Associado da Universidade Federal do Tocantins no curso de bacharelado em Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade. É líder do Grupo de Pesquisa “ContraNarrativas” e Tutor do Grupo “Pet Indígena Conectando Conhecimentos”. E-mail: andre-demarchi@mail.uft.edu.br

Antônio Pedroso é Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, professor associado da Universidade Federal do Tocantins, pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR/UFT) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM/UFT). É integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Política (GPEP/UFT). E-mail: ajpedrosooneto@uol.com.br

Elton Antunes é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela UFBA. É coordenador do Grupo de Pesquisa em “Historicidades das Formas Comunicacionais (ex-press)”. E-mail: eantunes@ufmg.br

Ivana Cláudia Guimarães de Oliveira é doutora em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC/UNAMA). Integrante dos Projetos e Grupo de Pesquisa “Mídia e Violência: percepções e representações na Amazônia” e “Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense” (NARRAMAZÔNIA/UFPA/UNAMA). E-mail: ivana.professora2020@gmail.com

OLHARES
TRANSVERSAIS }

Esta coleção abriga coletâneas temáticas, abrangendo fenômenos, perspectivas teóricas e estudos em Comunicação e áreas afins.